

1

Práticas de Educação Política



Educação Política no Brasil – um panorama

Humberto Dantas

Políticas públicas de Educação Política na Escola Básica

Alexsandro Santos

Rede Nacional de Educação Cidadã

João Tavares

Educação Legislativa: uma revolução silenciosa

Roberto Eduardo Lamari

Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da escola pública: o caso de Sergipe

Cleciane Santos Alves

A educação política e o caso da coleção em Miúdos

Madu Macedo

Geraldo Cunha Neto

Rede de organizações para o desenvolvimento de ações de educação política em ambiente virtual

Humberto Dantas

Renato Eliseu Costa

A educação política na agenda do cooperativismo – o caso do Paraná

Daniely Andressa da Silva

Diogo Tavares

José Roberto Ricken

Educação política na era digital

Bruno Souza da Silva

De jornada improvável a construção necessária

Marjorie Lynn Nogueira

Santos

Henrique Curi

Práticas de Educação Política

Cadernos

ANO XXVI
2025

Adenauer

1

Práticas de Educação Política

EDITOR RESPONSÁVEL
Maximilian Hedrich

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Jorge Ramalho
Estevão de Rezende Martins
Fátima Anastasia
Humberto Dantas
José Mario Brasiliense Carneiro
Leonardo Nemer Caldeira Brant
Lúcia Avelar
Mario Monzoni
Rodrigo Perpétuo
Silvana Krause

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Reinaldo J. Themoteo

REVISÃO
Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Claudia Mendes

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer xxvi (2025), nº1

Práticas de Educação Política

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, julho 2025.

ISBN 978-65-89432-57-9

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não necessariamente representam as opiniões da Fundação Konrad Adenauer.

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo
Rio de Janeiro · RJ · 22270-060
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448
adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Sumário

- 7 **Apresentação**
- 9 **Educação Política no Brasil – um panorama**
Humberto Dantas
- 39 **Políticas públicas de Educação Política na Escola Básica: o desafio da coerência sistêmica**
Alexsandro Santos
- 57 **Rede Nacional de Educação Cidadã: construindo uma coalizão pública em defesa da democracia**
João Tavares
- 79 **Educação Legislativa: uma revolução silenciosa**
Roberto Eduardo Lamari
- 95 **Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da escola pública: o caso de Sergipe**
Cleciane Santos Alves
- 113 **Rede de organizações para o desenvolvimento de ações de educação política em ambiente virtual**
Humberto Dantas
Renato Eliseu Costa

133 A educação política na agenda do cooperativismo – o caso do Paraná

Daniely Andressa da Silva
Diogo Tavares
José Roberto Ricken

155 Educação política na era digital: desafios democráticos e a experiência da parceria Engeform-Movimento Voto Consciente

Bruno Souza da Silva

169 A educação política e o caso da coleção em Miúdos: um sopro de cidadania na mente dos brasileiros

Madu Macedo
Geraldo Cunha Neto

183 De jornada improvável a construção necessária: o papel do RenovaBR na formação de lideranças políticas para a democracia brasileira

Marjorie Lynn Nogueira Santos
Henrique Curi

Apresentação

A educação política é fundamental para a conservação e fortalecimento dos valores e instituições de uma dada sociedade. Para além de aspectos estritamente legais, trata-se do fomento de conhecimento e valores que irão consolidar a compreensão de que a democracia é mais que um sistema de governo: é um valor inegociável. E a educação política assume grande importância porque a democracia não é algo garantido, tão somente porque estamos em uma sociedade democrática. É preciso que o maior número possível de pessoas possa compreender o que é a democracia, e sobretudo é necessário entender que esta é a melhor opção de governo que temos. Estado de Direito, com leis que regulam os diversos aspectos da vida em sociedade, eleições regulares que asseguram a participação, respeito aos direitos humanos, junto com outras formas de participação cidadã. Liberdade de expressão dentro do marco da lei, e a busca de condições para que as pessoas possam florescer e realizar seus potenciais. Estas, entre outras, são conquistas alcançadas por meio de árduas lutas, e que precisam de cuidado constante, sob pena de retrocesso. A polarização que assola não somente a sociedade brasileira, e o crescimento de movimentos extremistas no Brasil e em vários outros países são evidência de que é preciso cuidar das instituições democráticas e ir além, fomentando valores democráticos.

A educação política é um dos pilares da atuação da Fundação Konrad Adenauer no mundo. Constitui aspecto fundamental de sua missão de divulgar a democracia, em todos os países em que atua. No Brasil a KAS

tem atuado no sentido de desenvolver projetos juntamente com diversos parceiros locais, sempre no sentido de disseminar conhecimento sobre a democracia, englobando seus valores e instituições, destacando a sua importância. Junto com os projetos de formação envolvendo cursos, seminários, pesquisas e workshops, nas publicações da KAS o tema educação política tem se destacado, seja através de títulos exclusivamente dedicados à temática, seja de forma transversal. Na série Cadernos Adenauer, desde o seu lançamento em 2000, diversos números foram dedicados a analisar a situação da educação política no Brasil. O primeiro número de 2025 da série Cadernos Adenauer, apresentando um conjunto de dez artigos sobre projetos de educação política realizados em diversos estados brasileiros, bem-sucedidos e que reúnem pessoas engajadas no sentido de disseminar conhecimentos e valores democráticos junto a públicos variados, em iniciativas que podem envolver instituições governamentais, sociedade civil e empresas. E felizmente temos notícias de diversos outros projetos que estão em plena realização, com muitas pessoas envolvidas, temos aqui uma valiosa amostra de um universo muito rico. Gostaríamos de agradecer ao professor Humberto Dantas pela organização e pela autoria de dois capítulos desta publicação. Incansável tanto no ensino quanto na pesquisa sobre educação política no Brasil, Humberto tem colaborado em diversas publicações da KAS bem como em cursos de iniciação política, avançando no debate democrático sobre educação política, e nesta publicação ele nos ajuda a reunir um brilhante grupo de pessoas possuidoras de forte comprometimento com a educação política no Brasil. Estimamos que esta publicação possa contribuir nos debates sobre educação política no Brasil, com a esperança de que os atuais projetos aqui presentes possam ter êxito e prosperar, e que muitos novos projetos possam surgir. Boa leitura!

MAXIMILIAN HEDRICH

Diretor da Fundação Konrad Adenauer no Brasil

Educação Política no Brasil – um panorama

Humberto Dantas

Resumo

O presente artigo busca constituir um panorama geral da educação política no Brasil. Sem o intuito de esgotar o assunto, sua abordagem está dividida em 12 linhas específicas que tratam de estabelecer compreensões conceituais, mas principalmente compromissos de distintas áreas que atuam em torno de tal causa. A partir de um princípio constitucional associado à ideia central de compromisso estatal com a educação para o “exercício da cidadania”, o trabalho procura dialogar com ações e organizações do primeiro, segundo e terceiro setores. Exemplos de diversas atividades são ofertados, assim como o artigo se utiliza de todo o conjunto de trabalhos desta edição de Cadernos para reforçar os argumentos de que, a despeito de não estar consolidada como política pública em âmbito nacional, não falta à busca por amadurecimento da Democracia no Brasil uma série de iniciativas no campo da educação política.

Abstract

This article seeks to provide an overview of political education in Brazil. Without the intention of exhausting the subject, its approach is divided into 12 specific lines that try to establish conceptual understandings, but mainly commitments from different areas that work around this cause.

Starting from a constitutional principle associated with the central idea of state commitment to education for the “exercise of citizenship”, the work seeks to dialogue with actions and organizations from the first, second and third sectors. Examples of various activities are offered, and the article draws on the entire body of work in this issue of Cadernos to reinforce the arguments that, despite not being consolidated as a public policy at national level, there is no shortage of initiatives in the field of political education in the search for the maturing of democracy in Brazil.

Introdução

O objetivo desse texto é trazer uma contextualização da Educação Política no Brasil, com alguns resgates históricos e uma percepção ampla sobre uma série de espaços onde ações desse tipo tem ocorrido. O compromisso não é encerrar o debate sobre a temática, contemplando sua absoluta realidade, mas contextualizar parte dos principais atores, estratégias e ações que em larga medida contribuem para o fortalecimento da Democracia no país.

Em 1988, o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) lançava a primeira edição de um curso de Formação Política composto por nove aulas distribuídas em textos sob o formato de um livro e duas fitas em VHS somando 180 minutos de gravação. Ao todo, cinco professores que comporiam o departamento de Ciência Política da USP, um do departamento de economia, o ex-governador Franco Montoro, assinando dois textos, e o hoje vice-presidente da República entre os professores / autores. Trata-se, provavelmente, do mais emblemático material histórico de educação política do Brasil desde a redemocratização. Em 1987, por sua vez, nascia o Movimento Voto Consciente, que para além de acompanhar por décadas o trabalho da Câmara Municipal de São Paulo e se estender em rede por centenas de cidades do país, disseminava conteúdos de educação política em empresas e escolas por meio de palestras, inicialmente ministradas por vo-

luntários. Tais esforços estão diretamente relacionados ao que se pode compreender como a década política mais relevante do Brasil, os anos 80 do século XX (DANTAS e TORELLI, 2024).

É também em 1988 que o Brasil promulga sua atual Constituição Federal, onde o artigo 205 espelha o compromisso do Estado com a temática da formação política:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 205, 1988, grifo nosso)

Fosse este compromisso com a Cidadania consolidado enquanto política pública formal e a diversidade de exemplos e desafios trazidos por este texto não estaria aqui impressa. A realidade é bastante diferente e tem origem, dentre outros, em desafios de natureza ideológica. O Estado brasileiro confundiu, em diferentes governos, em distintas épocas, educação com doutrinação quando o assunto esteve associado ao ensino da política em sala de aula.

Getúlio Vargas utilizou-se de um louvor a sua figura em materiais didáticos como exemplo nítido do que ditadores fazem em torno da extrapolação de sua própria imagem em atividades escolares (NETO, 2013). O período 1946-1964 seria diferente, e sob a figura de Anísio Teixeira, esforços seriam empreendidos no sentido de compreender a escola como espaço para o ensino, a experimentação e a idealização dos princípios da Democracia (TEIXEIRA, 1997). O período foi sucedido por uma ditadura que durou até 1985 e se utilizou de semelhantes estratégias varguistas, formulando o ideal de louvor à pátria a partir da subversão de conteúdos escolares que viriam a caracterizar as disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira (OSPB)” como epicentros da estratégia governamental nas escolas. As cadeiras já existiam, e é importante salientar que desde o Brasil República já se verificavam es-

forços para a consolidação de conteúdos associados a princípios políticos em sala de aula (SANTOS, 2010). Merecem atenção especial na tentativa de compreensão histórica desse compromisso no país, os textos de João Francisco Resende (2010) e Andressa Pellanda (2016).

O ponto mais desafiador é que com o fim da ditadura cívico-militar no país, e o processo de redemocratização, parece possível se partir da hipótese, bastante perigosa, de que “todos os brasileiros queriam a democracia” e compreendiam minimamente bem seus princípios essenciais a partir das movimentações das Diretas-Já e do processo constituinte. Engano. Uma democracia se faz a partir da formalização de conteúdos escolares básicos, segundo ampla gama de pensadores que podem ser resumidos, por exemplo, em textos como Dantas (2007 e 2017) e Santos (2018).

Ainda assim, para determinados setores da esquerda existia a equivocada (à luz de uma realidade democrática) e forte desconfiança de que disciplinas voltadas à educação política, a partir das experiências doutrinárias de cerca de vinte anos das distorções de Educação Moral e Cívica e de OSPB, serviriam para legitimar governos, políticos e partidos de forma enviesada. Para parte desse segmento, à ocasião no Brasil, política se aprendia na prática cotidiana das ruas e das lutas por causas diversas – como se todos os brasileiros entendessem o que a Democracia significava e estivessem imbuídos de por ela lutar.

Enquanto isso, em certos segmentos da direita, sobrevive até hoje a questionável ideia de que professores são agentes doutrinadores com fortes tendências à esquerda, o que leva à ideia de que política se “aprende em casa”, a partir da atuação de “famílias que protegem seus filhos de ideias comunistas” – como se os cidadãos adultos, em geral, entendessem muito de política (ver MARTINS JR. e DANTAS, 2004). Aqui, o Movimento Escola sem Partido talvez seja o exemplo mais emblemático, sendo possível compreender algo sobre ele a partir da obra “A ideologia do Movimento Escola sem Partido” (AÇÃO EDUCATIVA, 2016).

Este cabo de guerra ideológico teria terminado empatado, sendo possível observar que as dificuldades desde a promulgação da Constituição Federal, até hoje, foram muitas para disseminar a política

em sala de aula como elemento fortalecedor da Democracia. Corroborando esta ideia, as percepções de Santos (2018) de que as dificuldades da educação política no Brasil estão associadas: a) à “ausência de formação inicial e continuada para o magistério”; b) à “inexistência de materiais curriculares de orientação e de materiais didático-pedagógicos (...) que abordem os conteúdos da educação política”; c) aos “esforços de gestão pedagógica e de prática de ensino nas áreas de língua portuguesa e matemática como forma de responder às dinâmicas de avaliação externa que privilegiam essas disciplinas no currículo” e; d) à “dinâmica política de polarização ideológica”.

Mas algo precisa ser dito sobre a educação política no Brasil: leis e desenhos de políticas públicas tratam, mesmo que de forma questionável e merecedora de debate acurado, as temáticas centrais. Exemplos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, os debates sobre as versões a serem constituídas do Ensino Médio, os desenhos para a volta da Sociologia e da Filosofia às escolas na década retrasada etc. Em resumo: existem tentativas e construções, sendo possível encontrar em materiais didáticos oficiais, sobretudo em nível subnacional, algo acerca dos conteúdos políticos minimamente necessários. Mas é o suficiente? Não. E para tanto, este texto está dividido em rápidas seções que buscam compreender por onde a sociedade brasileira tem assistido ações de educação política, debatendo seus desafios e buscando avançar em compromisso fundamental à democracia. Dessa forma, 12 temas serão desenvolvidos de forma resumida, e sucedidos por uma conclusão. Tais temáticas demonstram uma mescla importante entre definições de educação política, desempenhos de papéis institucionais e políticos, ações efetivamente executivas motivadas por diferentes razões e narrativas etc.

1. Definição de Educação Política

O primeiro grande desafio está associado aos esforços empreendidos no sentido de se compreender o que de fato se entende por

“Educação Política”. Que espaço é este? Quais os principais conteúdos aqui trazidos? E quais os limites para se compreender o que se está tentando delimitar? No campo da Educação, no Brasil é de Rildo Cosson o esforço maior para a compreensão do conceito de “Letramento Político” como área do saber e do fazer educacional a ser desenvolvida e garantir conteúdos essenciais à Democracia, principalmente, nas escolas. A obra de 2011, “Letramento político: trilhas abertas em um campo minado”, bem como “Letramento político: por uma pedagogia da democracia” (2010) servem de exemplos.

Ainda no campo da educação, Alexsandro Santos Nascimento, que por vezes aparece na bibliografia como Santos, em outras como Nascimento, empreende esforços no sentido de apreender o que significa educar politicamente e quais os maiores desafios para se levar adiante conteúdos dessa natureza em sala de aula no Brasil, tendo a formação de professores e a constituição de materiais didáticos de qualidade como os maiores desafios executivos. A já citada obra de 2018, nomeada “A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário” (Santos), e o capítulo “Uma promessa não cumprida da democracia – fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira” (2021) servem de exemplos para ilustrar as contribuições do autor para este debate.

Na Ciência Política, Humberto Dantas empreende esforços no sentido de compreender, sem os rigores técnicos da Educação, o que entende como fundamental para o desenvolvimento da Democracia a partir de ações de natureza educativa. Duas obras contribuem para este debate à luz daquilo que o autor entende ser Educação Política: em 2007, o já citado capítulo “Democracia e Cidadania: consciência e participação” e em 2017 o livro “Educação Política”, que inclui relevante texto sobre a ética suprapartidária como elemento fundamental da prática defendida pelo autor.

Em meio a este debate, uma contribuição relevante vem do campo da Administração Pública, com um texto que se tornou referência para os desafios da Educação Política. Luiza Jardim publicou, em 2018, o artigo “O que se entende por educação política no Brasil?” na Revista

Parlamento e Sociedade, da Câmara Municipal de São Paulo. A autora busca compreender diferenças e delimitações entre termos como Letramento Político, Educação Política, Educação para a Democracia e Educação para a Cidadania. Seus esforços se tornaram balizadores para vários debates e o trabalho aparece em teses e dissertações de mestrado que empreendem esforços para tratar do tema daquilo que, aqui, está sendo tratado por Educação Política.

2. Organização de volumes de revistas acadêmicas sobre Educação Política

Outra seção que merece atenção nos debates sobre o tema no Brasil está associada a uma quantidade de revistas acadêmicas que dedicaram volumes temáticos exclusivos para este assunto. Nestas edições, quantidade significativa de trabalhos apresentados, que mesclam diversos autores e autoras de diferentes centros e realidades, e buscam compreender ações práticas, debater políticas públicas, definir conceitos, apreender a visão de segmentos da sociedade sobre Democracia etc. Destaque aqui para as respectivas bibliografias e uma quantidade bastante expressiva de trabalhos.

A revista *Cadernos Adenauer*, da Fundação Konrad Adenauer, em 15 anos, organizou três volumes específicos sobre a temática. No primeiro deles, de 2010, sob o título “Educação Política: reflexões e práticas democráticas”, dez textos que mesclavam conceituações, históricos, ações práticas de diferentes atores e a visão de jovens sobre o desafio de se educar para o exercício da democracia. No segundo volume, denominado “Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios”, lançado em 2016, um total de quinze textos inéditos que ofertavam a dimensão de uma diversidade de ações que se expandiram, ou ao menos se aproximaram entre si, em curto espaço pouco superior a meia década. O terceiro volume é este aqui, que com dez textos, reforça o compromisso da publicação com um debate estratégico para os objetivos e valores da Fundação Konrad Adenauer.

A revista *Parlamento e Sociedade*, da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, reservou cinco volumes para o tema da educação política entre 2018 e 2023. Em parte desses esforços a ideia de se promover seminários com os autores, que se dividiram em temáticas semelhantes àquelas debatidas em *Cadernos Adenauer*. O primeiro volume, em 2018, é denominado “Educação Política para a Cidadania, Juventudes e Democracia” e conta com seis artigos. Em 2021, dois volumes na sequência, denominados: “Educação Política em perspectiva aplicada” e “Desafios atuais da Educação Política no Brasil”. Por fim, em 2023, nova rodada de um par de revistas, sob os títulos: “Políticas públicas e ações de Educação Política” e “Comportamento político e valores democráticos”. Ao todo, 33 textos que traduzem uma diversidade essencial ao debate sobre a temática central.

Em 2011, a Revista *E-Legis*, ligada ao Centro de Formação da Câmara dos Deputados, dedicou seu volume 4, número sete, do segundo semestre, ao tema com sete textos. À ocasião, Rildo Cosson, Humberto Dantas e Rodrigo Estramano de Almeida eram pesquisadores do centro e organizaram este volume, assim como se dedicaram a escrever um texto para a série *Relatos de Pesquisa*, lançada na forma de livro. O capítulo foi intitulado “Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes” (COSSON, DANTAS e ALMEIDA, 2015).

Em 2023, a Revista *Debates*, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedicou seu volume 17, número 2, sob o título “O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil”, à compreensão da temática da educação política, da percepção de estudantes sobre o assunto e de políticas públicas associadas a tal realidade. Em especial, este grupo de pesquisa que organizou tal volume da revista tem produzido livros e textos acadêmicos com destaque.

Existem outras centenas de trabalhos de natureza acadêmica, tais como artigos aleatoriamente espalhados em periódicos e/ou apresentados em eventos científicos, TCC's de graduação e especialização, teses e dissertações, bem como livros que tratam da educação política sob diferentes abordagens. O que cabe salientar aqui é que a partir dos volumes

específicos das revistas evidenciadas acima é possível se compreender algo bastante amplo sobre a temática central desse artigo.

3. Grupos de pesquisa sobre educação política

Os grupos se espalham por universidades e por vezes são descontínuados. No campo da Ciência Política, principalmente, o assunto se mistura à cultura política e ao comportamento político, uma vez que entre seus objetivos está a tentativa de compreender a relação de segmentos da sociedade com valores democráticos. Com trabalhos que abordam especificamente questões de educação política a partir dos esforços de pesquisadores que dedicam teses e dissertações ao assunto, em ampla contribuição, merecem destaque os trabalhos dos professores: Mario Fuks na Universidade Federal de Minas Gerais e; Marcello Baquero e Jennifer Azambuja Morais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também contribuem com esforços bastante significativos, o professor Daniel Pinheiro na Universidade Estadual de Santa Catarina; a professora Marta Mendes da Rocha, na Universidade Federal de Juiz de Fora; a professora Gisele Craveiro, da Universidade de São Paulo; o professor Alexsandro Santos na Unicid; o professor Rildo Cosson em diferentes centros de pesquisa, sobretudo federais; o professor Humberto Dantas e ação de pesquisa de estágio de pós-doutorado na FGV-SP; e a professora Ana Karina Brenner, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro ao longo dos últimos anos. Existem, certamente, outros exemplos marcantes a serem trazidos aqui. No Paraná, destaque especial para contribuições que se robustecem na Universidade Federal do estado, a partir de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia denominado “Representação e Legitimidade Democrática”, bem como atenção à possibilidade de um grupo de pesquisa sobre educação política se fortalecer no departamento de Ciência Política da Unicamp a partir dos trabalhos da professora Andréa Freitas.

Para além do já citado exemplo do trio de pesquisadores que na década passada trabalhou com a temática do Letramento Político na

Câmara dos Deputados – Rildo Cosson, Humberto Dantas e Rodrigo Estramanzo de Almeida –, uma pesquisa no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), entre 2020 e 2022, buscou compreender questões da educação para a Cidadania a partir de programas governamentais de fomento à democratização de escolas goianas. Para além de diversos artigos publicados, o livro “Transparência, Responsabilidade e Participação Democrática – reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação”, editado em 2021 pela Fundação Konrad Adenauer, ilustra tal ação.

Por fim, destaque para uma obra intitulada “Ciência Política e Políticas de Educação”, coordenado em 2021 por Humberto Dantas e Joyce Luz e lançado pela Fundação Konrad Adenauer que, em quase 700 páginas, se configurava no material didático de um curso de pós-graduação que tinha por objetivo formar professores de ensino médio e fundamental dispostos a avançarem com esta agenda em sala de aula. Ao todo, são 38 textos com temáticas essenciais aos saberes desejados para que docentes desenvolvam conteúdos políticos nas escolas. A iniciativa da especialização, com 360 horas, não foi levada adiante, mas o material foi lançado gratuitamente em formato digital.

4. Trabalhos de Extensão

Ainda no ambiente acadêmico, é importante destacar iniciativas relevantes para a compreensão dos desafios da Educação Política. Em 2018, Alexandro Santos e Humberto Dantas ministraram disciplina de educação política para graduandos em Pedagogia da Faculdade do Educador, em iniciativa relevante que buscava aprimorar os conhecimentos de estudantes que buscavam se capacitar para o exercício, principalmente, do magistério.

Entre 2018 e 2020, o curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo ofertou uma disciplina optativa, em sua semana de ações extraordinárias, que buscou envolver seus estudantes em atividades aplicadas de educação política em comunidades. No

primeiro ano, o desenvolvimento de campo ocorreu em projeto social de Heliópolis, São Paulo, e no segundo ano, em ambiente virtual, foi ministrado para jovens do ensino médio de Santa Catarina, em associação aos trabalhos do Parlamento Jovem da escola do parlamento da Assembleia Legislativa.

Mas é no campo de uma extensão comunitária aplicada que os trabalhos desenvolvidos merecem mais destaque. Aqui diversos exemplos, ainda existentes ou descontinuados, requerem atenção. Nos cursos, ou departamentos, de Ciência Política da Unicamp, da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal de Goiás. Além disso, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na PUC de Minas Gerais e na Escola de Ensino Superior da Fipe, por exemplo, orientados por docentes, estudantes se envolvem diretamente na disseminação de conhecimentos de cidadania e política para, principalmente, estudantes de ensino médio de projetos sociais ou de escolas públicas. Trata-se de uma rede ainda silenciosa e pouco próxima de iniciativas que carregam consigo um potencial e um impacto importante de ser mensurado. Exemplos da UFG, Unicamp e USP podem ser observados no número 20 da Revista Parlamento e Sociedade. Já casos associados à UFPE e UFRGS estão descritos na Cadernos Adenauer número 1 de 2016. O exemplo da PUC de Minas Gerais está descrito em Cadernos Adenauer número 3 de 2010. O caso da FipeEES está relatado em Dantas, Sousa e Barbosa (2024).

Como atividade extraordinária em escolas de ensino médio, sobretudo privadas, existem também bons exemplos de ações de formação política com alunos. Aqui o que se verifica é um cuidado bastante acentuado com equilíbrios ideológicos e certas resistências de famílias que parecem desconfiar da importância do conteúdo para a Democracia em ambiente pedagógico.

Nas escolas públicas, sobretudo de ensino médio, é importante verificar que existe uma distância entre o que deveria ser ministrado e o que os professores de fato conseguem realizar. Se de um lado é louvável o trabalho de alguns docentes, e um exemplo lapidar desses esforços

foi registrado em livro da Mobis em 2022, sob organização de Martins et.al., por outro sobram dificuldades. Sobre elas, para além dos desafios já destacados nas citadas obras de Alexsandro Santos, o trabalho de Macedo (2025) relata quantitativamente cenários vivenciados por centenas de docentes da rede estadual da zona leste da capital paulista, onde se nota que por mais que ocorram ações, há falta de conhecimento técnico, ausência de planejamento amplo, não formatação de currículos homogêneos, e resistências diversas dentro e fora das escolas.

5. Pesquisas, indicadores, obras literárias e teorias

Para além de parte das contribuições acima destacadas, associadas à produção de textos que buscam dimensionar o desenvolvimento da democracia no Brasil, a percepção da sociedade sobre o assunto, a ideia de conceituações relevantes e as práticas executadas, há que se destacar a preocupação com o oferecimento de estudos específicos sobre a Democracia no Brasil e a tradução de livros emblemáticos sobre o assunto que passam pelas ideias de educação política. Aqui o destaque fica, em especial, para o Instituto Sivilis, nascido Instituto Atuação, no Paraná, que promoveu a tradução e o lançamento de dez livros, divididos em duas coletâneas, que buscam debater o conceito de Democracia sob diferentes perspectivas. A relevância de tal iniciativa para a educação política é expressiva, mas merece destaque também o desenvolvimento de métodos para mensurar e debater o desenvolvimento democrático. O principal esforço aqui se transformou em um livro aplicando instrumental de indicador à realidade da cidade de São Paulo: “Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo” (2021). Por fim, aqui, destaque para o estudo “Mapa sistêmico de cultura democrática”, lançado em 2022, e uma série de outras contribuições da organização que busca trabalhar com o conceito de desenvolvimento de uma cultura política democrática.

Relevante também foram iniciativas da empresa de pesquisa Box1824, a partir das manifestações de 2013, para compreender o que

jovens do país pensavam sobre o Brasil e, mais especificamente, sobre a política brasileira. Tais pesquisas, intituladas “Sonho Brasileiro” e “Sonho Brasileiro da Política” inspiraram debates significativos sobre a importância da educação política, e a partir dos resultados o grupo envolvido se viu disposto a investir em ações diretas de conscientização a partir de jogos e atividades pedagógicas relevantes (MAYUMI e PEDREIRA, 2016). Só no campo da pesquisa, e buscando entender o que pensavam jovens paulistanos sobre as movimentações de 2013, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo também desenvolveu estudos à época que possibilitaram reflexões sobre questões associadas à educação política (DANTAS e ALMEIDA, 2015).

Ainda no que diz respeito a indicadores, atenção ao trabalho da “International Association for the Evaluation of Educational Achievement” que periodicamente, em ciclos, busca dimensionar o “International Civic and Citizenship Education Study”, um estudo sobre a educação para a cidadania em diferentes dimensões e países do mundo. O Brasil, pela primeira vez, a partir do Ministério da Educação, foi pesquisado em 2022 (SCHULZ et.al., 2025). Nesta edição, infelizmente, praticamente só países europeus foram avaliados. Os resultados merecem a organização de relatórios e reflexões acadêmicas que dimensionem desafios e apontem para soluções em âmbito nacional.

Em relação a livros que tratem de educação política na qualidade de materiais didáticos, destaque especial para conteúdos de algumas organizações: a coleção Em Miúdos, da Biblioteca do Senado Federal sob a autoria de Madu Macedo – ver texto nesta edição de Cadernos Adenauer; os materiais didáticos para escolas do Instituto Sivos; conteúdos desenvolvidos pelo Portal Politize; e livros de educação política desenvolvidos a partir de parcerias da Fundação Konrad Adenauer com as ONG’s Oficina Municipal, RenovaBR e Movimento Voto Consciente. Aqui, diversos outros livros, autores e editoras mereceriam atenção pela riqueza de uma série de iniciativas expressivas, deixando evidente que não falta o interesse no desenvolvimento de materiais a serem conhecidos por quem se interessa por este assunto.

6. A onda de ações no Terceiro Setor

Indiscutivelmente é no terceiro setor que se encontra a maior diversidade de ações atreladas à educação política no Brasil no que diz respeito à diversidade de formatos e respostas ao desafio de se educar politicamente para o desenvolvimento da Democracia. É impossível, inclusive, citar todos os casos conhecidos de organizações desse tipo que se dedicam a tal causa, e é necessário afirmar que diversos projetos surgiram e desapareceram nos últimos anos.

São desde atividades pontuais, passando por negócios sociais, atividades de institutos empresariais e uma série de iniciativas que vão desde o impacto local específico ao desenvolvimento de técnicas apuradas de influenciar e pressionar o poder público para o desenvolvimento de ações universais desta natureza.

O Movimento Voto Consciente e o já citado IBEAC são exemplos dos anos 80, do século XX, que merecem atenção por uma característica de pioneirismo. Mas eles não devem figurar de maneira isolada nesta lista, pelo contrário. Aqui parece possível compreender que as ações têm ondas. Vão desde cursos mais estruturados desenvolvidos presencialmente em comunidades, até o desenvolvimento de plataformas e aplicativos que buscam modernizar o que poderia ser chamado aqui de desafios da Educação Política de forma aplicada.

Um ambiente essencial de ser compreendido neste debate é o religioso. Por mais que exista a ideia de um Estado laico no Brasil, são inúmeras as organizações de natureza religiosa que se preocupam com a disseminação de conteúdos fundamentais de política em ações de educação. O destaque maior aqui é para a Igreja Católica, sendo as pastorais de Justiça e Paz e de Fé e Política os melhores exemplos de espaços onde ocorrem atividades formativas e educacionais. A organização mundial Cáritas, por sua vez, aparece como uma das principais financiadoras de iniciativas desse tipo. No âmbito da CNBB, destaca-se o Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara”, descrito por Dornelas (2010). Também merece atenção aqui a quantidade de instrumentos de comu-

nicação, tais como emissoras de televisão, rádio, revistas, jornais e portais da Internet ligados ao universo católico que possuem espaço para a educação política – um exemplo é o quadro “Avança Democracia” da Rede Vida de Televisão, no ar diariamente, desde agosto de 2010, como parte do telejornal “Jornal da Vida”.

Especificamente no caso das Organizações-Não-Governamentais, a Oficina Municipal é um bom exemplo de organização que iniciou seus cursos de Política presencialmente, principalmente em parcerias com organizações católicas, mas também em sua sede no bairro de Pinheiros, São Paulo-SP, e adiante avançou para ações virtuais sintonizadas aos novos tempos – parte dessa história pode ser conhecida em Carneiro et.al. (2016). Em partes dessas atividades, incluindo ações recentes do Movimento Voto Consciente e da Politize!, atenção às parcerias com a Fundação Konrad Adenauer (KAS) do Brasil. Nesse caso, em especial, importante salientar que os partidos políticos da Alemanha se espraiam, a partir de seus braços fundacionais, pelo planeta e têm a missão institucional de promoverem a educação política para o fortalecimento da Democracia no mundo. Pelo Brasil, para além da KAS, outras fundações desenvolvem, ou desenvolveram, diversas atividades desse tipo.

Para além desses exemplos, projetos diversos aqui buscaram o que se convencionou chamar de “gamificação” dos desafios de ensinar a política, com destaque para iniciativas como o projeto de extensão da Ciência Política da Unicamp, o Fast Food da Política, o Três Palitos, o já citado caso dos desdobramentos das pesquisas da Box1824 e a Bê-a-Bá do Cidadão – para este caso, ver (KRAHENBUHL, 2016).

Além de todos estes projetos e organizações, a Politize!, autodeclarada “a maior organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de educação política da América Latina”, é um caso emblemático. Os trabalhos têm expressiva capacidade de mobilização nacional, a começar pelo compromisso de formar agentes para ações diversas, em grande medida, de forma voluntária. Ademais, configura-se num portal virtual com milhares de conteúdos e milhões de acessos que buscam fortalecer

a Democracia, a Cidadania e a política em geral. Trata-se, seguramente, do que existe de mais impactante em termos quantitativos no Brasil.

Aqui também, representando o terceiro setor, ou o que se convenção chamar de setor 2,5, por conta da ação de empresas privadas com fins lucrativos convertidas em instituições sem este fim, os institutos empresariais merecem destaque. Em termos de volume, é a partir desse tipo de organização que se assiste a um montante significativo de recursos sendo direcionados para atividades de educação política, principalmente de organizações do terceiro setor. Muitos destes projetos e instituições anteriormente citados têm algum tipo de parceria ou subsídio de organizações empresariais do universo 2,5. Aqui seria possível dividir as ações em partes. A primeira delas: um instituto empresarial, ou mesmo uma empresa, desenvolve seu próprio programa ou projeto de educação política para públicos externos – públicos internos serão tratados em seção específica. A segunda: um instituto empresarial, ou uma empresa, desenvolve ação de educação política em parceria com uma dada organização do terceiro setor – um exemplo nesta edição de Cadernos pode ser visto no texto de Bruno Silva que traz a ação entre o Movimento Voto Consciente e a Engeform, sobretudo na parte que não está relacionada às atividades internas que serão tratadas adiante. A terceira: um instituto empresarial, ou uma empresa, financia ação de educação política de uma dada organização sem necessariamente ter envolvimento direto com a atividade, apenas como preferência associada à sua agenda de responsabilidade social – o Movimento Voto Consciente e a Fundação Konrad Adenauer, por exemplo, por anos atuaram em parceria com o Banco Itaú para atividades de educação política presenciais (DANTAS, 2016) e à distância – verificar o texto de Dantas e Eliseu nesta edição de Cadernos.

O caso de ação empresarial de larga abrangência mais conhecido no campo da educação política está associado ao que hoje se convenção chamar de programa de Cidadania do Instituto Votorantim. O histórico da empresa atrelado a atividades neste campo é longo, mas em 2018 se notabilizou por escolher como tema de seu aniversário de 100 anos,

a ideia de um “voto consciente”, utilizando-se da palavra VOTO contida nas duas primeiras sílabas de seu nome (Votorantim). Diversas ações foram realizadas em aproximadamente sete anos intensos, passando pelo desenvolvimento de atividades pedagógicas, pesquisas, lançamento de portais e de livros, realização de pesquisas, formações, financiamentos de projetos de organizações do terceiro setor etc. Findadas as comemorações pelo centenário, as atividades se concentraram no âmbito do Instituto Votorantim.

Para além de alguns dos exemplos empresariais trazidos acima, um portal denominado Um Brasil, ligado à Fecomércio de São Paulo, tornou-se um repositório de centenas de entrevistas sobre os desafios do país. Em suas séries especiais existe um compromisso com a educação política como objeto de reflexão, e no ambiente empresarial há entrevistas relatando os casos de empresas como Natura, Engesform, Tirolez, Votorantim e o sistema de cooperativas do Estado do Paraná.

7. Ações empresariais e o público interno

Se parte expressiva dos exemplos anteriores está associada a ações abertas para públicos em geral, é essencial compreender que muitas empresas desenvolvem atividades para seus colaboradores que estão associadas à educação política. Aqui o volume deve atingir facilmente centenas, quicá milhares de iniciativas. Com uma ressalva: é essencial, nestes casos, separar a necessária “educação política” da criminalizada, pela justiça eleitoral e pelas leis eleitorais, “doutrinação política” sob o formato de pedidos de votos associados aos interesses de empresários e suas preferências pessoais. O crime mais conhecido, noticiado e comentado nos últimos anos no Brasil está associado à empresa catarinense Havan, cujo proprietário ameaçou de desemprego seus colaboradores, em 2018, caso seu candidato presidencial preferido não ganhasse as eleições. Nos anos seguintes a justiça chegou a definir em quase R\$ 100 milhões a punição pela tipificação de “assédio eleitoral”, e particularmente colaboradores desligados da empresa ganharam causas. Este não

é um caso isolado, mas trata-se de exemplo emblemático e ironizado pelo próprio réu.

O que se pode realizar, e faz décadas tem ocorrido, inclusive sob um olhar recente positivo da Justiça Eleitoral, são ações voltadas ao estímulo e consciência para o exercício do voto. Empresas lançam cartilhas, promovem cursos, desenvolvem palestras, organizam debates e estimulam atividades diversas – as palestras são as atividades mais comuns. Parte desse movimento atende a questões centrais textualmente ligadas à disseminação de valores atrelados ao universo ESG, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), às diretrizes da ISO 26.000, às certificações NBR 16.001 e aos parâmetros sociais do GRI – Global Report Initiative.

Promover um relato de todas estas iniciativas e buscar compreender em que medida as empresas estão atuando tem se caracterizado como importante iniciativa do Movimento Voto Consciente e da Rede Nacional de Educação Cidadã. Em encontro realizado em março de 2024, mais de 20 empresas e organizações de natureza empresarial participaram e levaram suas iniciativas para um fórum fechado de troca de ideias.

8. A educação política como estratégia para atuação política

Para além de estimular projetos do terceiro setor, ou criar iniciativas dessa natureza, bem como para além de ser possível separar os públicos internos e externos, as atividades de educação política podem estar associadas ao que se convencionou chamar de estratégias de relações governamentais. Aqui parte-se do seguinte pressuposto: quanto mais conscientes forem os atores dentro da empresa ou no seu universo de relacionamento, maiores serão as possibilidades de atuação em relação ao poder público.

Assim, diversas instituições privadas têm apostado na formação de públicos para além da lógica de consciência e responsabilidade social. São programas mais aprofundados e estratégicos, que procuram orientar equipes e parceiros para uma atuação mais efetiva. Na Fundação Getúlio

Vargas, por exemplo, existe um MBA em Relações Governamentais e parte expressiva do público é formado por estudantes que trabalham em empresas e buscam aprimorar capacidades de atuação junto ao Estado em suas diferentes esferas governamentais e poderes.

Nesse caso, em especial, há quem discuta que isso não é “educação política” enquanto responsabilidade social. De fato, pode até não caracterizar de forma tão emblemática, mas não parece possível dizer que não se trata de uma educação para a elevação da capacidade de relacionamento privado com o universo público que busca empreender esforços para a conscientização e fortalecimento de agendas e objetivos. Quem faz isso de forma mais organizada no Brasil, com um programa sólido de Educação Política nacional e espreado por estados, é o universo das cooperativas. O texto de Silva, Tavares e Ricken nesta edição de Cadernos evidencia o que se pretende afirmar aqui a partir do Paraná.

9. A formação de políticos – o terceiro setor e os partidos políticos

Outra seara importante de considerar no campo da educação política está associada à formação de políticos e gestores públicos. Este segundo público está simbolizado por escolas de governo, por organizações do terceiro setor que possuem esta incumbência, como a Oficinal Municipal e o Centro de Liderança Pública – a despeito de diferenças estratégicas entre tais organizações – e por instituições que estrategicamente buscam realizar formações, de acordo com suas agendas, para fortalecer princípios e ideais – o caso do Sebrae aqui é emblemático e merece atenção. Mas para além dos servidores, existe a formação técnica e política de políticos.

Neste caso, novamente é necessário se fazer uma divisão de percepções. Os partidos políticos brasileiros, a exemplo dos alemães, são obrigados a terem fundações. A estas organizações, de acordo com as regras, existe a destinação de 20% dos recursos do Fundo Partidário, o que representa que as legendas do país possuem cerca de R\$ 200 milhões

anuais para, dentre outras ações, atividades formativas. Nesse caso, em especial, destaca-se o fato de que a doutrinação ideológica é bastante esperada aqui, uma vez que a lógica democrática pressupõe que diferentes partidos disseminem distintos valores entre seus filiados e simpatizantes. Nos últimos anos, sobretudo em ambiente virtual, tem sido possível verificar, sobretudo entre as grandes legendas, a formulação de materiais educativos, estudos, pesquisas, seminários, cursos etc. No PT, por exemplo, existe até mesmo um mestrado na Fundação Perseu Abramo, e no Republicanos uma graduação em Política.

Para além desse compromisso doutrinário ou ideologicamente posicionado, não faltam exemplos de organizações que procuram, ou procuraram, realizar atividades de educação especificamente para políticos. Mais uma vez, os exemplos de Sebrae, Oficina Municipal e CLP podem ser trazidos, assim como o caso da RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Outro ponto que merece destaque aqui são dezenas de iniciativas para estimular o ingresso na política, com destaque para públicos específicos, associados a minorias em termos de representação eleitoral. O ponto de maior destaque são ações voltadas, principalmente, para o universo feminino, e em especial para mulheres negras.

Mas o exemplo de formação política para políticos mais amplo do Brasil está atrelado às atividades da Associação RenovaBR, escola suprapartidária de formação de políticos criada em 2017 que passou a organizar atividades formativas em janeiro de 2018 e, desde então, se converteu numa rede com mais de três mil pessoas formadas e estimuladas a uma participação ativa nos processos eleitorais, distribuídas em mais de 20 partidos políticos e em praticamente todos os estados do país. O texto de Santos e Curi, nesta edição de Cadernos Adenauer, traz mais detalhes sobre a organização.

10. O poder público – a ação começa no Legislativo

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe o compromisso do Estado brasileiro com escolas de governo. Tal tipo de organização

tem como objetivo aprimorar a condição dos servidores públicos para o enfrentamento dos desafios profissionais específicos de seus cotidianos. Ao longo das últimas décadas, centenas de escolas foram criadas ou fortalecidas com o intuito de formar funcionários públicos. A ideia, inicialmente associada ao Poder Executivo, rapidamente se espalhou para os demais poderes, com escolas associadas ao Judiciário e ao Legislativo. Neste segundo caso, Rildo Cosson (2008) observa que para além de espaços para a formação de servidores alocados nos parlamentos, as escolas do Legislativo tinham a missão de servirem como Escolas de Democracia, a partir de atividades de letramento político voltadas para diferentes públicos em perspectiva ampla e aberta.

O caso historicamente mais robusto está associado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que desde o início dos anos 90 realiza atividades diversas para aproximar os mais diferentes públicos do legislativo estadual – para além de estimular fortemente a consolidação de uma rede mineira de escolas municipais dessa natureza, associadas às câmaras de centenas de cidades.

Mas é impossível deixar de destacar uma ampla quantidade de organizações desse tipo espalhadas por todo o Brasil – nos legislativos e nos respectivos tribunais de contas. Há escolas ativas nas duas casas do Congresso Nacional, em praticamente todas as assembleias estaduais, na casa legislativa do Distrito Federal e em centenas de cidades do país. Buscando organizar e dimensionar este volume de organizações e atividades, existe a ABEL – Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e Contas que contabiliza cerca de 500 escolas distribuídas pelo país – o texto de Roberto Lamari, nesta edição de Cadernos, aprofunda o sentido da ABEL.

Em termos de projetos específicos, o que as escolas desse tipo mais fazem são atividades destinadas para estudantes, sobretudo de ensino fundamental II e médio em parcerias com escolas, principalmente públicas. Programas que simulam atividades parlamentares buscam aproximar o público-alvo das atribuições de vereadores e deputados, sendo que merece atenção o fato de que existem, hoje, parlamentares eleitos que foram impactados por atividades desse tipo em suas trajetórias escolares.

11. O Judiciário, sobretudo a Justiça Eleitoral, também atua

Se o Legislativo é perene na sua missão de desenvolver atividades de educação política para o fortalecimento da Democracia, sobretudo tendo em vista que representa diversidades ideológicas e precisa elevar sua capacidade de se legitimar perante a sociedade, o Judiciário também realiza ações. Principalmente em anos eleitorais, e próximo a datas importantes associadas ao alistamento eleitoral, dentro outras, não é incomum que a Justiça Eleitoral realize campanhas de conscientização. Se por um lado, parece se tratar de uma obrigação de estímulo institucional, de forma mais silenciosa é importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral e seus órgãos instituídos em todos os estados do país possuem programas bastante relevantes de educação política. Casos não faltam, e em edição de Cadernos Adenauer, Moraes (2010) relatou a experiência do Pará.

Para além dessa postura ativa de disseminar conhecimentos e promover programas educativos, nos últimos anos o Judiciário brasileiro precisou se ocupar de uma atividade extraordinária no campo defensivo: o volume de notícias falsas para desacreditar o processo eleitoral nacional e, principalmente, o sistema de captação de votos a partir das urnas eletrônicas, fez com que diversas estratégias educativas fossem realizadas para legitimar procedimentos e atividades atreladas à democracia. Por mais relevante que esta iniciativa seja, ela evidencia os riscos dos ataques ao Estado Democrático de Direito no Brasil protagonizados, principalmente, por parte de uma extrema direita radical.

12. O Poder Executivo – legalmente, o ator central da causa

O Brasil traz, como visto anteriormente, em sua Constituição Federal, um compromisso com a educação política, traduzido como educação para a Cidadania. A causa poderia estar, faz décadas,

absolutamente inserida em todas as atividades escolares como algo evidente, a despeito de ser ou não uma disciplina específica – algo que gera polêmicas, como mostrado por Almeida (2016), e pelos trabalhos já citados de Rildo Cosson e Alessandro Santos. Mas isso não ocorre pelas razões debatidas, sobretudo, no início desse artigo. Assim, tornou-se causa de responsabilidade social empresarial, agenda de instituições do terceiro setor e preocupação de poderes como o Legislativo e o Judiciário. Isso não é um problema, e poderia existir, mesmo que tudo funcionasse dentro do esperado em termos legais. As agendas, pautas e atitudes, provavelmente, seriam diferentes, mas a causa “educação política” espraia-se pelo mundo e se verifica de diferentes formas, em nações com distintos patamares de desenvolvimento de suas respectivas democracias.

No Brasil, principalmente a partir da instituição da Sociologia e da Filosofia na escola, em regramento da década retrasada, verificou-se um esforço do poder público em desenvolver, principalmente nas redes estaduais, materiais didáticos específicos. Os temas tratados se aproximam de agendas relevantes, como o pensamento político, a separação dos poderes, as atribuições dos cargos eletivos, as esferas de poder etc. O problema está associado, como já dito aqui, à capacitação docente, entre outros.

Assim, o que se tem notado nos últimos anos, são casos emblemáticos e isolados de educação política nas escolas públicas, que convivem com dois elementos relevantes. O primeiro deles: as escolas têm dificuldades, e isso se espelha nas atitudes e sensações dos professores, conforme mostra Macedo (2025). Mas o segundo é positivo: apesar das barreiras e dos estímulos contrários da sociedade, os jovens reconhecem a importância do assunto e querem entender e conhecer mais sobre política segundo mostram pesquisas, principalmente, associadas ao universo dos estudos de Marcello Baquero e Jennifer Azambuja Moraes, bem como de Humberto Dantas. Isso significa que os desafios são imensos, em parte legitimados pelos estudantes e legalizados pela Constituição Federal de 1988 e as normas infraconstitucionais.

No Executivo municipal, ações em parcerias com o Legislativo, associando a rede pública às atividades das escolas do parlamento têm funcionado de forma positiva, principalmente, em cidades pequenas, onde é possível abarcar a totalidade de escolas e estudantes de uma determinada série/ano. Já no caso do Executivo estadual, para além dos desafios de criarem-se materiais, principalmente para o Ensino Médio, atividades pontuais são marcantes junto ao terceiro setor. Mas aqui fica como emblema maior as ações de Educação para a Cidadania iniciadas na parceria entre a Controladoria Geral de Goiás e a Secretaria Estadual de Educação para a criação do programa “Estudante de Atitude”, que ensina jovens a realizarem auditorias cívicas no ambiente escolar, atuando sobre a realidade e planejando aprimoramentos. O livro organizado por Ziller et.al (2021) detalha as atividades e ainda carrega consigo exemplos de outros cinco locais do país com iniciativas semelhantes. O que se sabe é que esta rede está em progresso, e mais localidades estão desenvolvendo algo desse tipo. Também merece atenção em nível estadual o trabalho realizado em Sergipe, e em parte traduzido nesta edição de Cadernos Adenauer no texto de Cleciene Alves.

O que falta para o Poder Executivo no Brasil, no entanto, é escalar ações de educação política que possam ser disseminadas em larga escala para milhões de estudantes, sobretudo de ensino médio e fundamental II em perspectiva universalizada. Para tanto, é necessário voltar as atenções para os esforços do Ministério da Educação, que busca criar um roteiro básico, uma política nacional e uma formação para docentes que se espraie pelo país e dê segurança de que teremos um conteúdo equilibrado e respeitoso das diversidades ideológicas. Para tanto, é importante que se leia, nesta edição de Cadernos Adenauer, o texto de Alessandro Santos.

13. Conclusão

O que se fez aqui foi tentar organizar minimamente o universo da Educação Política no Brasil a partir de seus atores, compromissos, desafios, complexidades, diversidades e atividades. Certamente faltaram

exemplos de centenas de iniciativas que se espriam pelo Brasil, e provavelmente, alguns casos citados já deixaram de existir, ofertando, em alguma medida, um legado positivo na vida de mais ou menos pessoas.

Mas algo precisa ser registrado aqui: em 2010, quando se organizou o primeiro volume de Cadernos Adenauer que tratava exclusivamente desse assunto, foi difícil reunir dez textos. Em 2016, muita gente ficou de fora, demonstrando evolução da temática. Agora, em 2025, escolher foi faltar com espaço para centenas de ações. Ou seja: há um espriamento da temática, por mais que também existam retrações – que na maioria dos casos estão associadas às dificuldades financeiras e ao quanto é difícil se “viver de” educação política no Brasil.

Assim, hoje parece possível dizer que as empresas estão num instante de recuo de investimentos para este tipo de atividade, mesmo diante das ameaças à Democracia que o país atravessou entre 2022 e 2023. Ataques às suas imagens organizacionais, com campanhas virtuais maliciosas não faltam para justificar parte de um arrefecimento do interesse empresarial. Além disso, o mundo parece discutir de forma perigosa os parâmetros da Democracia, sobretudo a partir da vitória de Donald Trump nas eleições mais recentes nos Estados Unidos e à postura das Big Techs em uma série de protocolos fundamentais ao universo democrático.

São tempos desafiadores, mas que podem ser contrapostos às atitudes do poder público. Exemplos de atividades voltadas à política e à cidadania parecem mais fortes do que diferenças ideológicas. Escolas do Legislativo e programas no Poder Executivo atuam pelas mãos de governantes e representantes que vão da esquerda à direita, deixando de lado parte do discurso de ódio que tem caracterizado o país, e institucionalizando a educação política em alguns territórios estratégicos e essenciais. Isso é fundamental, e mostra que fora dos holofotes e da espetacularização radical da atual política existem excelentes alternativas para se pensar uma politização plural e democrática.

Para terminar, importante registrar que todo este esforço de organizar as ideias, atualmente, não seria possível sem a atuação da Rede

Nacional de Educação Cidadã – mais bem detalhada no texto de João Tavares, nesta edição de Cadernos. O coletivo, que nasceu de um esforço de jovens para concluir um curso livre de liderança, se institucionalizou e se tornou responsável por organizar todo ecossistema de educação política no Brasil. Trata-se de uma entidade que tem contribuído para orientar a agenda, sistematizar encontros, aproximar atores e contribuir com o poder público para transformar a educação política em um conteúdo formal nas escolas de forma o mais universalizada possível. Em resumo: trata-se, hoje, de quem faz com que os sonhos, as causas, os desejos, os desafios e as visões convirjam dentro do possível e em direção a mais Democracia.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do Movimento Escola sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ALMEIDA, R. Pensamento, cultura e educação política no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

CADERNOS ADENAUER. Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, volume 1, 2016.

CADERNOS ADENAUER. Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, volume 3, 2010.

CARNEIRO, J. M.; SANTOS, G.; DANTAS, H.; BRITO, E. Oficina Municipal e a formação política de cidadãos e gestores. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

COSSON, R. Escolas do legislativo, escolas de democracia. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. Cadernos Adenauer, v. 11, n. 3, 2010.

COSSON, R. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 4, n. 7, 2011.

COSSON, R.; DANTAS, H.; ALMEIDA, R. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In. BERNARDES, C.; SCHWARTZ, F. (orgs.).

Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro. Brasília, Câmara dos Deputados, série Relatos de Pesquisa, número 5, 2015.

DANTAS, H.; SOUSA, M.E.; BARBOSA, N. Extensão Universitária em Educação para a Cidadania da FipeEES – O Que Pensam e Sentem os Jovens de Ensino Médio Sobre o Tema? Boletim Informações Fipe, Edição 530, novembro de 2024.

DANTAS, H. Democracia e Cidadania: consciência e participação. In. DANTAS, H.; MARTINS JR., J.P. (orgs.). Introdução à política brasileira. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, v. 1, 2016.

DANTAS, H.; ALMEIDA, R. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2015.

DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

DANTAS, H.; MELO, T. Apego a valores democráticos – qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo? Juventude.br, São Paulo, volume 19, número 1, 2021.

DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M.I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010

DANTAS, H.; TORELLI, L. Política e Democracia – Conceitos e História para a interpretação da realidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, RenovaBR e Movimento Voto Consciente, 2024.

DANTAS, Humberto. Educação Política. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

DORNELAS, N. A presença da Igreja Católica no Brasil e suas implicações sociopolíticas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

E-LEGIS – REVISTA ELETRÔNICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília: Centro de Formação da Câmara dos Deputados, volume 4, número 7, 2º semestre de 2011

JARDIM, L. O que se entende por educação política no Brasil? Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

KRAHENBUHL, C. Educação política na prática: jogos e dinâmicas participativas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

MACEDO, A.P. Educação Política para a cidadania: percepções, experiências e vivências de professores paulistas. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicid, São Paulo, 2025.

MARTINS JR., J.P.; DANTAS, H. O Índice de Participação e a importância da educação. Revista Opinião Pública, Campinas, ano 10, v. 2., 2004.

MARTINS, J.; CORRÊA, C.; FAGANELLO, C.; PIMENTEL, F.; MARTINS, P. (orgs.). Cidadania, Democracia e Participação – práticas pedagógicas para o ensino fundamental II e médio. Porto Alegre: Simplíssimo, 2022.

MAYUMI, C.; PEDREIRA, B. Educação política na prática: usando empatia e vivência como resultado. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

MORAES, D.; DANTAS, H. Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Atuação, 2021.

MORAIS, I. Escola Judiciária Eleitoral do Pará: perspectivas e desafios para uma educação cidadã na Amazônia. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

NASCIMENTO, A. Uma promessa não cumprida da democracia – fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In: DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

NETO, L. Getúlio 2 (1930-1945). São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Comportamento político e valores democráticos. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 11, número 21, 2023

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Desafios atuais da Educação Política no Brasil. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 9, número 17, 2021

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Educação Política em perspectiva aplicada. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 9, número 16, 2021

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Educação Política para a Cidadania, Juventudes e Democracia. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 6, número 11, 2018

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Políticas públicas e ações de Educação Política. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 11, número 20, 2023

PELLANDA, A. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

RESENDE, J.F. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

SANTOS, A. A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

SANTOS, A. Pátria, Nação e Povo Brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Dissertação de Mestrado. PEPG Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo: PUCSP, 2010.

SCHULZ, W. et.al. Education for Citizenship in Times of Global Challenge IEA International Civic and Citizenship Education Study 2022 International Report. Amsterdam: IEA, 2025.

TEIXEIRA, A. Educação para a democracia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ZILLER, H.; RAMALHO, D.; ALMEIDA, I.; DANTAS, H. (orgs.) Transparência, responsabilidade e participação política: reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

Humberto Dantas é doutor em Ciência Política pela USP, com atuação destacada em educação política. Cumpriu estágio de pós-doutoramento na FGV-SP, na área de Administração Pública, com pesquisa sobre políticas de educação política. Parceiro em ações de educação política da KAS desde 2008. É professor universitário, palestrante e consultor em temas relacionados à democracia, cidadania e sistema eleitoral. Coordena a graduação em Gestão Pública da FipeEES e a pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. É consultor da ONG RenovaBR, presidente do Movimento Voto Consciente e conselheiro da Associação de Escola do Legislativo.

Políticas públicas de Educação Política na Escola Básica: o desafio da coerência sistêmica

Alexsandro Santos

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta de modelo conceitual para a formulação e implementação de políticas públicas de educação política para a cidadania na educação básica. Parte-se do reconhecimento de que a educação política é um dos elementos estruturantes da qualidade das democracias e de que sua insuficiência ou ausência está relacionada à erosão e desconsolidação democrática em curso em diferentes países do mundo. A partir de um diálogo com autores da ciência política e da teoria curricular, o texto argumenta que as políticas educacionais devem ser realizadas a partir de uma perspectiva de coerência sistêmica, estruturada por quatro dimensões: vertical, horizontal, temporal e contextual. Argumenta, ainda que a formação política para a cidadania nas escolas é responsabilidade do Estado e discute as variáveis interdependentes que podem assegurar essa coerência sistêmica para os esforços de formulação e implementação de políticas públicas de educação política para a cidadania.

Abstract

This article presents a proposal for a conceptual model for the formulation and implementation of public policies on political education for

citizenship in basic education. It starts from the recognition that political education is one of the structuring elements of the quality of democracies and that its insufficiency or absence is related to the erosion and deconsolidation of democracy underway in different countries around the world. Based on a dialog with authors from political science and curriculum theory, the text argues that educational policies should be carried out from a perspective of systemic coherence, structured by four dimensions: vertical, horizontal, temporal and contextual. It also argues that political education for citizenship in schools is the responsibility of the state and discusses the interdependent variables that can ensure this systemic coherence for efforts to formulate and implement public policies for political education for citizenship.

Introdução

O início do século XXI tem sido diagnosticado como um tempo de desdemocratização (TILLY, 2007); autoritarismo competitivo (LEVITSKY e WAY, 2010); recessão democrática (DIAMOND, 2011), desconsolidação da democracia (FOA e MOUNK, 2016); retrocesso democrático (WALDNER e LUST, 2018) ou, ainda, erosão democrática (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Apesar de singularidades de cada um desses conceitos, pode-se dizer que são formas de operacionalizar e explicar um fenômeno experimentado em diferentes países, numa espécie de tendência transnacional, cujos contornos incluem, de modo não exaustivo: (1) o declínio da ideia de democracia como valor universal (SEN, 1999); (2) a fragilização ou captura de instituições que organizam os processos eleitorais, enfraquecendo ou impedindo a livre competição entre grupos e elites políticas; (URBINATI, 2014; HELLMAN, JONES e KAUFMANN, 2000); (3) a crise de confiança nas instituições democráticas como instâncias capazes de mediar conflitos e produzir bem-estar social para todos (NORRIS, 2011; MOUNK, 2018) e (4) conflitos de autoridade política manifestos na relação entre a escala global/transnacional e a escala local, solapando a soberania e a legitimidade dos estados nacionais (MOUFFE, 2018; RODRIK, 2011; FRASER, 2005).

Se parte desses elementos dizem respeito ao funcionamento das instituições políticas, à correlação entre as expectativas mobilizadas pela população na competição eleitoral e os resultados sociais e econômicos da democracia e à reconfiguração da autoridade pública nas tensões entre global/nacional, não é possível se esquivar de reconhecer que parte da explicação desse processo de desdemocratização é o não cumprimento de uma tarefa indispensável para a sustentação dos regimes democráticos: a educação política. (MOUNK, 2018; FOA e MOUNK, 2016; CROUCH, 2004).

Sem que valores, atitudes e instrumentos cognitivos indispensáveis à compreensão das relações democráticas e à estruturação de subjetividades cidadãs, dificilmente as sociedades serão capazes de se proteger e encontrar alternativas para os conflitos que têm fragilizado a democracia e, muito provavelmente, corações e mentes de seu povo serão capturados por mentalidades e projetos autoritários (DANTAS, 2015, DANTAS, 2019). É preciso, por isso, formular, implementar e institucionalizar uma política pública de educação política, que se caracteriza como um esforço intencional, permanente e sistêmico para inculcar e assegurar a apropriação de uma cultura democrática por parte dos indivíduos que compõem uma dada sociedade. (EMLER e FRAZER, 1999; ICHILOV, 1995; MOUNGNIOTTE, 1994)

Considerando sua função social precípua e o lugar que ocupa na estrutura das sociedades contemporâneas, os sistemas estatais de educação básica (e suas escolas) são parte central desse esforço. No Brasil, desde a consolidação dessas instituições e agências sociais, há um conjunto de altas expectativas em torno de sua responsabilidade e de sua capacidade de inscrever a uma certa configuração de cidadania e os regimes valorativos, cognitivos e atitudinais associados a ela, como elementos indispensáveis para tecer os padrões da convivência comum desejada nos corações e mentes dos sujeitos sociais, independentemente de suas diferenças e desigualdades de origem. A presença permanente de tais expectativas no tecido social produziu efeitos normativos importantes. Nossa Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 9.394/96, que estrutura a educação básica e superior do país são eloquentes na de-

claração de que a função precípua da educação escolar é a preparação para o pleno exercício da cidadania e na explicitação de uma conexão direta entre a formação cidadã e a realização substantiva da democracia. (DANTAS, 1999; SANTOS, 2018)

Entretanto, entre os parâmetros normativos estabelecidos e a materialização da educação política nos sistemas de ensino e nas escolas, há um espaço institucional a ser ocupado pela formulação e implementação da política pública de educação política. As políticas públicas de educação podem ser compreendidas como a mobilização, por parte dos governos, de um conjunto coordenado de instrumentos de ação pública com a finalidade de organizar as interações das estruturas governamentais e não-governamentais com os cidadãos (BUCCI, 2006, LASCOUMES e LE GALE, 2007) para a realização de determinados objetivos vinculados à garantia do direito de acesso e permanência na escola e de um conjunto de direitos de aprendizagem, que expressam as expectativas em torno das capacidades cognitivas, físicas, psicossociais e afetivas necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Para que sejam bem-sucedidas, as políticas públicas de educação devem se estruturar para gerar coerência sistêmica (FULLAN e QUINN, 2016; LOONEY, 2021), que considerem o currículo como eixo estruturante do projeto de formação humana que se pretende mover, mas que não ignore o alinhamento deste projeto de formação humana com os esforços e instrumentos de ação pública que respondem pelas outras dimensões da realização finalística do processo educacional e cuja ausência ou desalinhamento impedem ou tornam bastante insuficientes os resultados esperados.

Ao assumir a necessidade objetiva de construir políticas públicas destinadas à educação política e a complexidade de mover-se nessa direção numa realidade de desdemocratização, é ainda mais radical a necessidade de produzir esta coerência sistêmica, elemento estruturante para sua resiliência, sustentabilidade e institucionalização.

Neste artigo, apresenta-se uma proposta de modelo analítico (framework) para a formulação e implementação de políticas públicas

de educação para a cidadania numa perspectiva de coerência sistêmica, mobilizando recursos epistemológicos e conceituais disponíveis na ciência política, na administração pública e nas ciências da educação.

Desenvolvimento

Educação Política na Educação Básica: promessa não cumprida da democracia brasileira

A partir da segunda metade do século XIX, processo de construção de um pensamento social brasileiro entrelaçou-se à produção e disseminação de diferentes projetos de nacionalidade, disputando o imaginário social do passado, do presente e do que seria o futuro do país. A Proclamação da República trouxe elementos novos nessa equação e acelerou o debate em torno da relação entre o Estado e o cidadão. (SANTOS, 2008)

Intelectuais, educadores e lideranças políticas de diferentes origens se debruçaram sobre as conexões entre a construção e fortalecimento do estado nacional e as fragilidades e potencialidades das instituições políticas, econômicas e culturais nesse processo. Na maior parte das propostas formuladas, havia uma espécie de convocação à educação escolar como motor relevante na estruturação da cidadania e na formação de um povo para uma Nação. Essa tópica da ação educativa da escola de educação básica, pública e estatal, para forjar cidadãos brasileiros dispostos a comprometer-se com um projeto comum de sociedade permaneceu tema presente no pensamento social brasileiro desde o século XIX e dela se ocuparam formuladores políticos de diferentes matrizes ideológicas ao longo do século XX.

Sob diferentes nomenclaturas, o esforço por construir uma consciência cívica (ou cidadã) a partir da mobilização do trabalho pedagógico realizado nas escolas de educação básica foi uma pauta permanente e contínua que atravessou toda primeira metade do século XX, mesmo que com

variações em torno das inspirações mais adequadas para que ele fosse efetivado. Seja a partir de propostas inspiradas mais próximas da defesa da democracia liberal, na trilha dos esforços epistemológicos de John Dewey e seus seguidores (como a aposta de Anísio Teixeira) ou a partir de propostas que dialogavam com as experiências socialistas, na esteira das apropriações do marxismo em contexto nacional (como as elaborações de Clarkson de Melo Menezes, Estevão Pinto e Otavio Brandão); a defesa de que a escola básica era um lugar incontornável para a formação política das pessoas e para garantir que elas se apropriassem das ferramentas necessárias à sua inserção consistente e emancipada na vida social não foi ignorada. (SANTOS, 2021, p. 175)

Com o golpe militar de 1964 e a instauração da ditadura cívico-militar, uma outra forma de estruturar essa conexão entre educação básica e projetos de nação se configurou: tratava-se, sobretudo, do esvaziamento da pluralidade de debates construídos ao longo da primeira metade do século XX e do deslocamento da noção de formação cívica para o polo autoritário, mediante construção de um dispositivo curricular que combinava, no ensino fundamental e no ensino médio (à época, escola de primeiro e escola de segundo grau), a chamada educação moral e cívica (EMC) e o estudo da organização social e política do Brasil (OSPB)

Em particular, o regime instaurado pelo golpe militar de 1964 assumiu como uma de suas bandeiras a realização de um esforço nacional de educação cívica e de formação moral patriótica de seus cidadãos para a defesa da ordem social e política vigente, e para combater os perigos da propaganda comunista para a família e os costumes brasileiros. Nesse sentido, os currículos da educação básica experimentaram um processo de revisão de modo a responderem à convocação de formar as gerações mais jovens no amor à pátria. Parte da pauta dos movimentos de educadores progressistas e democráticos que se organizaram para destituir a ditadura civil-militar brasileira nos anos 1980 se esforçou para denunciar essa apropria-

ção e deslocamento do conceito de Educação Cívica e sua utilização para operacionalizar um processo de disseminação de valores avessos à democracia e de fabricação e defesa de um simulacro de cidadania calcado na obediência à ordem autoritária estabelecida. (SANTOS, 2021, p. 175).

Na luta contra o regime militar, os educadores e educadoras progressistas estabeleceram uma crítica a esse arranjo curricular e denunciaram seus prejuízos na formação das subjetividades e na captura da escola por uma ideologia autoritária. No processo de redemocratização, o país logrou êxito na supressão desse arranjo curricular. Mesmo antes da aprovação da [nova] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, reformas curriculares empreendidas nos estados e municípios eliminaram essas disciplinas em praticamente todas as escolas do país e reorientaram a presença dos temas da educação política:

As reformas curriculares propostas a partir da metade dos anos 1990 passaram a endereçar, ao menos no nível normativo, o campo da educação política para a democracia a partir de duas soluções. Uma parte dos conteúdos típicos do letramento político foi acomodado nas disciplinas de Geografia, História, Sociologia e Filosofia, compreendendo que a educação cívica poderia ser realizada com o ferramental analítico e conceitual dessas áreas do conhecimento. Uma outra parte desses conteúdos passou a figurar como arranjos temáticos transversais, que deveriam ser assumidos como responsabilidade de todos os professores e de todas as áreas do conhecimento. (SANTOS, 2021, p. 176).

Esta solução curricular foi acionada na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas da educação básica após a LDB de 1996. Também foi o modelo eleito na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), durante a gestão Fernando Henrique Cardoso. A mesma escolha de política curricular presidiu a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciada durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff e concluída na gestão de Michel Temer.

Após a sanção da BNCC, os estados, os municípios e o Distrito Federal empreenderam a revisão de seus currículos, alinhando-os às determinações presentes no documento nacional, assegurando que os conteúdos e temas da educação política também estivessem presentes nas normas curriculares subnacionais, dos diferentes sistemas de ensino.

Trata-se de reconhecer, portanto, que o Brasil não carece de uma diretriz ou norma curricular para a implementação da educação política na educação básica. Ao mesmo tempo, importa explicitar que, apesar disso, outros elementos necessários à produção de uma política pública com coerência sistêmica, capaz de estruturar e sustentar esse esforço de formação cidadã.

Coerência Sistêmica para Políticas Públicas de Educação e a Educação Política para a Cidadania

O conceito de coerência sistêmica emerge no campo de estudos sobre políticas educacionais a partir da análise dos elementos comuns de sucessivos fracassos de reformas educacionais no último quartel do século XX e no início do século XXI e da formulação de uma crítica epistemológica a modelos de formulação e implementação de políticas educacionais organizados a partir da segregação artificial de elementos específicos da estrutura de ação, dos arranjos institucionais e da configuração dos sistemas de ensino e de sua reificação como portadores da resposta definitiva aos desafios impostos pela complexidade dos processos educativos em larga escala. A formulação mais elaborada do conceito de coerência sistêmica foi produzida pelos pesquisadores Michael Fullan e Joanne Quinn, em 2015:

Para ir direto ao ponto, coerência consiste em **uma compreensão profunda e compartilhada sobre o propósito e a natureza do trabalho**. Coerência, portanto, está na mente e nas ações das pessoas, sobretudo em seu agir coletivo. É fácil ver por que a coerência é difícil de alcançar em contextos de sobrecarga, fragmentação e volatilidade de políticas públicas.

Mas é possível realizá-la. Há apenas uma forma de promover maior coerência: **ação intencional e interação contínua**, focada em desenvolvimento de capacidades, clareza, precisão na prática, transparência, acompanhamento do progresso e correções contínuas. Tudo isso exige **a combinação certa entre “pressão e apoio”**: o estímulo ao progresso dentro de culturas que sejam ao mesmo tempo focadas e acolhedoras. (FULLAN e QUINN, 2015, p. 33, tradução nossa, grifos no original)

Em nossas investigações, temos assumido que, para reconhecer coerência sistêmica, é necessário identificar quatro componentes: a) a clareza compartilhada de propósito de uma dada política educacional, manifesta em elevado grau de compreensão comum, por parte de todos os agentes que participam de sua realização; b) corresponsabilização entre os atores que implementam a política, compreendida como a aliança estratégica e a colaboração tática e operacional entre líderes políticos/tomadores de decisão, gestores educacionais, professores/as e comunidade escolar; c) alinhamento entre os objetivos definidos pela política e as condições objetivas disponibilizadas para sua implementação, considerando as capacidades institucionais e os recursos humanos e técnicos necessários; d) capacidade adaptativa, compreendida com a relação ótima entre contextualização das ações a partir das demandas e necessidades locais e a sustentação de procedimentos comuns, estruturantes da política e, portanto, invariáveis.

Também temos considerado, em diálogo com Elmore (2004) e Looney (2021), a coerência sistêmica a partir da manifestação de quatro dimensões de coerência, como é possível identificar no Quadro 1 a seguir.

A produção da coerência sistêmica é um processo dinâmico, interativo e iterativo. Não há um momento em que a coerência sistêmica se estabelece e não mais se transforma. Ela depende de um esforço intencional e permanente, da tomada de decisões por parte da gestão dos sistemas de ensino que provoquem e fortaleçam seus elementos constitutivos.

QUADRO 1. Dimensões da coerência sistêmica

Tipo	Breve descrição
Coerência Vertical	Alinhamento entre os níveis de um mesmo sistema educacional, expressos na conexão integrada entre os direcionadores (propósitos, estratégias estruturantes, arranjos comuns de implementação) considerando o nível nacional de gestão, o nível de gestão de cada rede de ensino, o nível da gestão escolar e o nível da gestão de sala de aula.
Coerência Horizontal	Alinhamento entre os diferentes componentes (ou instrumentos de ação pública) escolhidos para implementar a política a partir do projeto formativo e curricular que se deseja realizar (formação de gestores e professores, materiais didáticos, instrumentos de avaliação, protocolos e estratégias de alocação do tempo e organização da infraestrutura e do ambiente educacional, processos de pactuação e legitimação democrática junto à comunidade escolar)
Coerência Temporal	Alinhamento estratégico na longa duração, expresso na continuidade dos propósitos compartilhados e na manutenção dos elementos estruturantes da política, inclusive em conjunturas de transição governamental
Coerência Contextual	Alinhamento entre o reconhecimento, manutenção e compartilhamento dos padrões estruturais estratégicos da política e as características, necessidades e instrumentos que emergem em cada localidade, articulando processos de aprendizagem cruzada entre o comum e o específico, o geral e o singular.

Fonte: elaboração própria.

Coerência Sistêmica para Políticas Públicas de Educação Política

Como formular e implementar uma política pública de educação cidadã na perspectiva da coerência sistêmica?

Inicialmente, importa assinalar que centro gravitacional da coerência sistêmica é o currículo, cuja robustez se constitui no alinhamento, conexão e equilíbrio entre prescrições normativas, recursos didáticos, práticas pedagógicas e processos de avaliação orientados por uma visão clara sobre a progressão das expectativas de aprendizagem ao longo da trajetória escolar, elementos que traduzem o currículo em prática educativa intencional e compartilhada por todos os agentes responsáveis por sua materialização.

Uma matriz curricular para a educação política é a expressão de um projeto formativo e a declaração de um conjunto de direitos e aprendizagens que se pretende que os estudantes desenvolvam. Entretanto, sem sustentar o alinhamento, a conexão e o equilíbrio entre os elementos anteriormente apontados, este projeto formativo se esvaia ou mantém-se apenas no nível das boas intenções (MARCELO, 2012; SCHMIDT e PRAWAT, 2006)

A realização última deste projeto formativo acontece na **relação pedagógica** estabelecida entre os educandos e seus professores, como sujeitos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, que – em interação – produzem práticas pedagógicas e processos de avaliação formativa, mediados por recursos didáticos definidos a partir dos direcionadores do currículo.

A existência de recursos didáticos de qualidade, que traduzam o projeto formativo previsto e o currículo prescrito decorrente desse projeto formativo é um elemento crítico na coerência sistêmica de uma política pública para a educação política. Os recursos didáticos devem estar a serviço das práticas pedagógicas e de processos de avaliação consistentes e sua elaboração e distribuição deve estar atenta às especificidades, singularidades, necessidades e características sociodemográficas da população a que se destina, bem como ajustados às condições de uso pedagógico, considerando o tempo disponível para as aulas, o formato das turmas, a quantidade de alunos e o fato de os professores apresentarem diferentes graus de autonomia e desenvolvimento profissional, podendo necessitar de maior ou menor detalhamento das propostas existentes nesses materiais.

Outro cuidado indispensável é assegurar que os materiais não sejam veículos fomentadores de distúrbios e conflitos que prejudiquem a mediação pedagógica e o trabalho em sala de aula. O campo da educação política na educação básica se inscreve em uma dimensão pluralista e suprapartidária, afastando-se de uma abordagem proselitista, que escapando da finalidade precípua de formar para o exercício pleno da cidadania, queira conquistar a adesão de educandos e de educadores a determinado programa partidário ou ideologia política.

O manejo desses recursos didáticos, na realização de práticas pedagógicas e processos de avaliação da aprendizagem exigem que professores e professoras participem de processos de formação inicial e continuada orientados para prepará-los para os desafios técnico-pedagógicos, relacionais e atitudinais presentes na sala de aula quando se move um currículo em torno da educação política. Nos cursos de li-

cenciatura (para todas as áreas do conhecimento) é preciso que sejam mobilizadas algumas aprendizagens fundamentais para todo e qualquer professor, que lhes permita reconhecer sua responsabilidade com este tema transversal. Ao mesmo tempo, os sistemas e redes de ensino precisam organizar processos de formação continuada com seus profissionais para aprofundar, atualizar e ampliar essas aprendizagens.

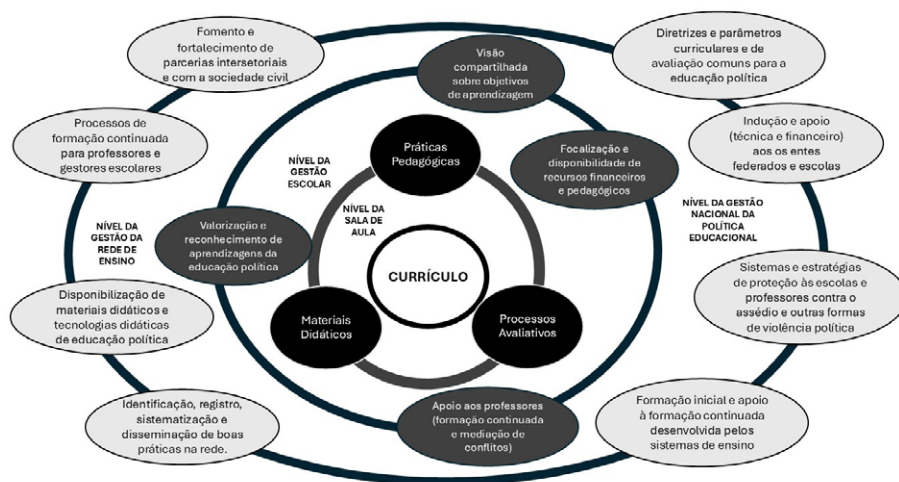
Deslocando-se da sala de aula para o nível da gestão escolar, importa assinalar que as possibilidades e os limites para a qualidade e efetividade das práticas pedagógicas são dependentes do processo de liderança institucional e pedagógica realizado pelas equipes gestoras das escolas (coordenadores pedagógicos, diretores escolares), que tem a responsabilidade de organizar o ambiente escolar para favorecer a aprendizagem. Esse trabalho tem elementos que são comuns a qualquer tipo de projeto formativo, tais como a infraestrutura física, a disponibilidade e condições dos insumos pedagógicos, a qualidade do clima escolar, a relação democrática e participativa com as famílias dos estudantes na construção da proposta pedagógica, a mediação de conflitos institucionais, a gestão dos recursos financeiros disponíveis e elementos que se adicionam quando se trata da implementação da educação política para a cidadania, dentre os quais destacamos: a) a construção compartilhada de metas e objetivos claros para toda a escola a respeito das aprendizagens que se deseja garantir a cada estudante (alinhamento estratégico das aprendizagens no currículo); b) o apoio aos educadores, mediante estratégias de formação continuada, para ampliar sua capacidade de ação e mediante estratégias de proteção e mediação de conflitos que emergem quando os temas da educação política encontram resistências junto à comunidade escolar; c) a focalização de recursos estratégicos de natureza financeira e pedagógica para apoiar atividades intraescolares e extra escolares; d) a valorização das aprendizagens da educação política como entregas relevantes da escola para sua comunidade, realizando eventos de compartilhamento e disseminação das produções dos estudantes e de seus professores.

Por seu turno, os gestores responsáveis pela liderança dos sistemas de ensino devem organizar instrumentos de política educacional que

estimulem, apoiem e reconheçam esforços de suas unidades educacionais no campo da educação política, mobilizando três estratégias; a) a criação e fortalecimento de ações intersetoriais para ampliar as possibilidades e arranjos possíveis para a educação política a partir da escola (como por exemplo, a celebração de convênios e parcerias com escolas do legislativo, escolas do poder judiciário, das defensorias públicas e dos tribunais eleitorais e de contas); b) a elaboração e implementação de estratégias de formação continuada para professores e gestores escolares, fortalecendo sua ação cotidiana; c) disponibilização de materiais e tecnologias pedagógicas para o trabalho de educação política nas diferentes etapas de ensino; e d) a criação de estratégias para identificar, registrar, sistematizar, disseminar e reconhecer práticas inspiradoras de educação política existentes em sua rede e que podem alcançar escala com o apoio da gestão educacional.

Considerando, a estrutura do pacto federativo brasileiro, importa reconhecer o papel de indução, coordenação nacional e assistência técnica e financeira do governo federal para a implementação de políticas públicas para a educação cidadã. Afastando-se de uma visão centralizadora, cabe à União, através do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, principalmente para: a) delimitar as diretrizes gerais para guiar os esforços dos entes federados na formulação e implementação de seus programas e políticas para a educação política na educação básica; estabelecendo parâmetros curriculares e de avaliação comuns em todo o território nacional; b) induzir e apoiar técnica e financeiramente as escolas e os entes federados na implementação de ações de educação política; c) atuar diretamente na formação inicial de professores e gestores e colaborar com os entes subnacionais na formação continuada de seus profissionais de educação e d) estruturar sistemas e estratégias de apoio e proteção aos profissionais de educação e às escolas, contra o assédio e outras formas de violência mobilizadas por grupos de interesse e movimentos contrários à educação política para a cidadania na escola, supervisionando e atuando para evitar a captura das ações de educação política por interesses setoriais da sociedade e

originados em diferentes agregações do espectro político e ideológico. A comunicação clara e assertiva de que a educação política é uma prioridade do sistema de ensino e deve ser assumida em todas as escolas como elemento obrigatório do currículo e indispensável para a formação cidadã.



Considerações finais

Neste artigo, partimos da constatação de processos de fragilização e erosão democrática no cenário contemporâneo para argumentar em torno da necessidade de estruturação de políticas públicas de estado no campo da Educação Política. Tendo em vista este enquadramento inicial, propomos um marco analítico para a formulação e implementação de tais políticas públicas considerando o conceito de coerência sistêmica e suas declinações. O marco analítico proposto sinaliza oito variáveis complementares e interdependentes para assegurar a coerência sistêmica dos esforços no campo da educação política estruturadas a partir do centro gravitacional do currículo como projeto formativo e do reconhecimento da educação política como elemento estruturante da realização do direito humano à formação cidadã, expresso em nosso

arcabouço normativo a partir do marco constitucional de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Este artigo dialoga com: a) o esforço de gestoras e gestores públicos que, sem esperar as condições ideais, mas comprometidos com mover o Estado na direção certa, iniciaram esforços intencionais, articulados e promissores de políticas públicas de educação política, b) o esforço de empreendedores de políticas públicas e construtores de pontes, que se movimentam há algumas décadas na sociedade civil e por dentro das estruturas do Estado, atuando pela ampliação dos espaços, das oportunidades e dos modos de fazer educação política com as escolas; c) o esforço de coalizões e redes, envolvendo uma multiplicidade de organizações da sociedade civil que atuam tanto na dimensão do *advocacy* por políticas públicas de estado para a educação política quanto na ideação, formulação e implementação “mão na massa” de programas e projetos em parcerias promissoras com as escolas e com as redes de ensino e d) o esforço do campo democrático da sociedade brasileira na defesa de um projeto social inclusivo, equitativo, inspirado pela visão de responsabilidade comum pela vida comum e que se posiciona intransigentemente pela defesa das instituições democráticas e do valor inegociável da cidadania ativa.

Espera-se contribuir com investimentos de pesquisadores e gestores públicos tanto no sentido de ampliar a compreensão de variáveis críticas para a formulação e implementação das políticas públicas de educação política quanto para a melhoria do trabalho já desenvolvido no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas de educação básica. Tais esforços movimentam propósito e inteligência comum e, no processo de formulação e implementação de políticas públicas de estado, esses são ingredientes bastante poderosos para ampliar a coerência sistêmica das ações e produzir os resultados desejados na formação dos educandos e das educandas brasileiras.

Os limites deste artigo não permitiram que fossem explorados desafios postos no campo social mais amplo e que restringem as capacidades institucionais para mobilizar políticas públicas de educação nesta

direção. Elementos presentes nas disputas e na polarização/calcificação ideológica da sociedade brasileira ou elementos históricos presentes na arquitetura institucional da formação inicial e continuada de professores, entre outros condicionantes abrangentes e estruturais, certamente precisam ser investigados com maior profundidade para que a interpretação deste modelo analítico não produza uma simplificação exagerada da complexidade do tema. Do mesmo modo, o aprofundamento de cada uma das variáveis, mobilizando experiências empíricas e explicitando de modo detalhado seus elementos constitutivos deve ser objeto de futuros investimentos de pesquisa.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.

DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141–155, 2015.

DANTAS, Humberto. **Educação política**: sugestões de ação a partir de nossa atuação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

ELMORE, Richard F. **School reform from the inside out**: policy, practice, and performance. Cambridge: Harvard Education Press, 2004.

EMLER, Nicholas; FRAZER, Elizabeth. Politics: the education effect. **Oxford Review of Education**, v. 25, n. 1-2, p. 251–273, 1999.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation: the democratic disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.

FRASER, Nancy. Reframing justice in a globalizing world. **New Left Review**, n. 36, p. 69–88, 2005.

FULLAN, Michael; QUINN, Joanne. **Coherence**: the right drivers in action for schools, districts, and systems. Thousand Oaks: Corwin Press, 2016.

HELLMAN, Joel S.; JONES, Geraint; KAUFMANN, Daniel. Seize the state, seize the day: state capture, corruption, and influence in transition economies. **Journal of Comparative Economics**, v. 31, n. 4, p. 751–773, 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments—from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1–21, 2007.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive authoritarianism: hybrid regimes after the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. New York: Crown Publishing Group, 2018.

LOONEY, Janet. Policies for educational inclusion. **L4WB Magazine**, n. 2, 2021.

MARCELO, Carlos. Currículo y profesionalidad docente. **Revista Iberoamericana de Educacion**, Madrid, nº 60, vol. 1, p. 1-15, maio, 2012. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie60a01.pdf>

MOUFFE, Chantal. **For a left populism**. London: Verso, 2018.

MOUGNIOTTE, Alain. **Eduquer à la démocratie**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994.

MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

RODRIK, Dani. **The globalization paradox: democracy and the future of the world economy**. New York: W.W. Norton & Company, 2011.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. A escola básica e a educação política para a cidadania: provocações para um debate necessário. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, n. 11, p. 17–31, 2018.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. Pátria, nação e povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEN, Amartya. Democracy as a universal value. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 3, p. 3–17, 1999.

SCHMIDT, William H.; PRAWAT, Richard S. Curriculum coherence and national control of education: issue or non-issue? **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 38, n. 6, p. 641–658, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/00220270600682804>

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

URBINATI, Nadia. **Democracy disfigured: opinion, truth, and the people**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome change: coming to terms with democratic backsliding. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 93–113, 2018.

Alexsandro Santos. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, cumpriu estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública e Governo da EAESP FGV. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo e Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Básica no Ministério da Educação.

Rede Nacional de Educação Cidadã: construindo uma coalizão pública em defesa da democracia

João Tavares

Resumo

Este artigo parte do reconhecimento, amplamente sustentado por pesquisas nacionais e internacionais, de que a educação cidadã é um dos pilares fundamentais para o fortalecimento das democracias contemporâneas. No Brasil, embora historicamente negligenciada como política pública estruturada, a educação cidadã tem sido promovida por diversos atores de maneira fragmentada. A partir desse diagnóstico, o texto apresenta a trajetória de construção e fortalecimento da Rede Nacional de Educação Cidadã (RedeNEC), criada em 2022 com o objetivo de articular esse ecossistema disperso e transformá-lo em força política e institucional. Ao mapear atores, sistematizar práticas e fomentar conquistas concretas, a Rede busca consolidar a educação cidadã como uma agenda estruturante no país.

Abstract

This article starts from the recognition, widely supported by national and international research, that citizen education is one of the fundamental pillars for strengthening contemporary democracies. In Brazil, although historically neglected as a structured public policy, citizen education has been promoted by various actors in a fragmented way.

Based on this diagnosis, the text presents the trajectory of building and strengthening the National Citizen Education Network (RedeNEC), created in 2022 with the aim of articulating this dispersed ecosystem and transforming it into a political and institutional force. By mapping actors, systematizing practices and fostering concrete achievements, the Network seeks to consolidate citizen education as a structuring agenda in the country.

O problema da cultura democrática

Como fazemos para desenvolver o Brasil? Essa pergunta já atravessou gerações – ora como inquietação cívica, ora como desabafo coletivo. Não há quem se preocupe verdadeiramente com o destino do país que não a tenha formulado, ao menos uma vez, diante das desigualdades, das frustrações cotidianas ou dos potenciais desperdiçados. Ela é, de certo modo, parte da nossa identidade nacional: uma mistura de empatia, indignação e desejo sincero de buscar por um caminho, encontrar uma alternativa para uma questão que faz parte do nosso sofrimento coletivo.

Essa pergunta é também, genuinamente, uma fábrica de respostas mal arranjadas: simples demais, inexequíveis por essência. Propostas que não sobrevivem a dois minutos de debate sério, daquele em que prevalece a honestidade intelectual. Ou hipóteses com certa fundamentação, mas incompletas – que partem de diagnósticos fatalistas, como o de que fomos colonizados por países que nos exploraram, da concepção de que o clima interfere no desenvolvimento ou de que nossa posição geográfica no mundo nos impede de estabelecer relações comerciais benéficas o suficiente com nossos parceiros.

Por sorte nossa, a ciência econômica tem se debruçado sobre essa questão há décadas – e nos oferece hoje uma base sólida de evidências e teorias que ajudam a iluminar caminhos viáveis para o desenvolvimento. A ciência econômica tem oferecido, ao longo das últimas décadas, um arcabouço sólido de evidências que reconhece a centralidade

da educação no desenvolvimento. Theodore Schultz, Nobel de 1979, foi pioneiro ao demonstrar que investimentos em capital humano – como educação, saúde e capacitação – impulsionam diretamente o crescimento econômico. Gary Becker, laureado em 1992, ampliou esse conceito ao mostrar que decisões educacionais são investimentos racionais com efeitos de longo prazo. Já Amartya Sen, Nobel em 1998, introduziu uma inflexão ética e política ao afirmar que o verdadeiro desenvolvimento se dá pela ampliação das liberdades reais das pessoas, sendo a educação não apenas um meio, mas um fim em si mesma.

A educação é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de um país – e, para quem trabalha na área, essa não é uma novidade. Mas passemos aos recentíssimos vencedores do Prêmio Nobel de 2024, concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson por seus estudos sobre como as instituições moldam a prosperidade das nações. Se não se perguntaram o que faz um país se desenvolver, esse trio de economistas questionou o contrário: o que impede ou prejudica o processo de desenvolvimento de um país? Esse é, aliás, exatamente o título da obra mais famosa de dois deles, *Por quê as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* (2012), que prevê que as diferenças de desenvolvimento econômico são fortemente influenciadas pela qualidade de suas instituições políticas e econômicas.

Para formular sua tese sobre os determinantes do desenvolvimento, os economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson propuseram uma distinção central entre dois tipos de instituições: inclusivas e extrativistas. Instituições de qualidade, segundo os autores, são aquelas que promovem ampla participação política, garantem o Estado de Direito, fomentam a igualdade de oportunidades e estabelecem limites ao exercício do poder – características que definem seu caráter inclusivo. Por outro lado, instituições extrativistas concentram poder e riqueza em pequenas elites, restringem o acesso da população aos processos decisórios e limitam as possibilidades de mobilidade social. A diferença fundamental reside, portanto, no grau de inclusão política e distributiva que essas instituições permitem – ou, em outras palavras, no quão demo-

cráticas são, em sentido substantivo, as regras que regem a vida pública de um país.

Essa teoria, à primeira vista abstrata, revela-se profundamente conectada com a trajetória da América Latina – e, de maneira particular, com a formação histórica da sociedade brasileira. O político e jurista Franco Montoro¹ costumava afirmar que as pessoas não vivem na União ou nos estados, mas nos municípios. Somente a partir deles, dizia, é possível compreender a realidade e construir políticas públicas com sentido prático. E é justamente no plano municipal que se evidenciam as consequências concretas das instituições inclusivas.

Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade da Colúmbia Britânica e da PUC-Rio analisou a concentração do poder político em dezenas de municípios brasileiros entre 1940 e 2000. Os resultados foram reveladores: nos municípios onde houve maior oxigenação eleitoral – com o enfraquecimento de oligarquias familiares e o ingresso de novos atores na arena política – observou-se melhor governança e desempenho superior em indicadores como renda per capita, alfabetização e mortalidade infantil. Em suma, onde houve mais democracia, houve mais desenvolvimento.

O fortalecimento da cultura democrática, portanto, não é apenas um ideal moral: é um fator decisivo para a melhoria das condições de vida da população. Após esse percurso pelas grandes teses da economia política contemporânea, vale lembrar que a intuição popular, tantas vezes desvalorizada, já aponta nessa direção. Em qualquer conversa de rua no Brasil, é comum ouvir que “o problema está na política” ou “nos políticos”, percebidos como defensores de interesses privados em detrimento do bem comum. Essa percepção se traduz em índices alarmantes de desconfiança: em pesquisa recente, apenas 6% dos brasileiros declararam ter “muita confiança” nos partidos políticos, e 11% no Congresso Nacional.

1 André Franco Montoro (1916–1999) foi jurista e político brasileiro, defensor do municipalismo e da participação cidadã. Foi governador de São Paulo e um dos articuladores da redemocratização brasileira.

Chegamos, assim, a um dos obstáculos centrais para a consolidação da cidadania e da democracia no Brasil: a persistente dissociação, no imaginário político nacional, entre os papéis do Estado e da sociedade. Nossa formação histórica – marcada pelo patrimonialismo e por estruturas autoritárias – moldou uma cultura política em que o cidadão tende a assumir uma postura passiva, como se fosse mero espectador da vida pública. Em geral, não se reconhece como agente capaz de transformar seu entorno – e, justiça seja feita, tampouco é instigado ou preparado para isso. Falta-nos, portanto, não apenas o exercício cotidiano da cidadania, mas também o desenvolvimento das competências democráticas que a sustentem.

Do ponto de vista das evidências sobre a precariedade da nossa cultura democrática, o cenário é alarmante: entre os 22 países avaliados no estudo internacional International Citizenship and Civic Study (ICCS) de 2022², o Brasil ocupa a última posição em proficiência em cidadania. Nos principais índices de qualidade democrática, o desempenho também é preocupante. No Democracy Index de 2023, publicado pela revista britânica *The Economist*, o país obteve a nota 5,0 (em uma escala de 0 a 10) no quesito cultura política – patamar comparável ao de países classificados como regimes autoritários, como Zimbábue, Omã, Iêmen e Azerbaijão. De forma ainda mais inquietante, países como o Haiti e o Sudão – que enfrentam, respectivamente, um colapso institucional profundo e uma guerra civil – registraram nota superior à brasileira (5,63), indicando, paradoxalmente, uma valorização cultural da democracia e seus elementos mais alta do que a observada no Brasil, a despeito dos contextos extremos que enfrentam.

Na ausência de estudos comparativos mais abrangentes que investiguem as capacidades estatais voltadas à educação cidadã em diferentes contextos nacionais, é possível destacar alguns exemplos de políticas

2 O ICCS é avaliação internacional desenvolvida pela IEA (International Association for the Evaluation of Educational Achievement) que mede o conhecimento cívico e a disposição para a participação democrática entre estudantes do ensino básico em diversos países. Em 2022, o Brasil participou pela primeira vez.

públicas estruturadas e bem-sucedidas na área. Um dos casos mais notáveis é o da Alemanha, que desde 1952 mantém a Bundeszentrale für politische Bildung (bpb) – a Agência Federal de Educação Cívica – uma instituição independente, com orçamento próprio e missão clara de fortalecer a cultura democrática no país. A *bpb* atua na promoção da compreensão política, no incentivo à participação cívica e na consolidação de valores democráticos entre os cidadãos. Suas ações incluem também a organização de seminários e a distribuição gratuita de materiais didáticos sobre democracia a cidadãos e instituições de ensino interessadas. Por sua atuação consistente desde o pós-guerra e por seu pioneirismo no campo da educação política institucionalizada, a bpb é amplamente reconhecida como uma das principais referências internacionais em políticas públicas de educação cidadã.

Um outro caso de política robusta em educação cívica é promovido pela França, que por meio do seu Ministério da Educação já incluía conteúdos de formação cívica em seu currículo desde o pós-guerra, mas consolidou e fortaleceu sua política em 2015, com a criação da disciplina obrigatória *Éducation morale et civique* (EMC) em todos os níveis da educação básica. Essa reformulação foi impulsionada pelos atentados de janeiro daquele ano³, que levaram o governo francês a recolocar a formação republicana, o laicismo e os valores democráticos no centro do projeto educativo nacional. A política é coordenada tecnicamente pela *Direction de l'Éducation Morale et Civique*, unidade especializada dentro do ministério, responsável por definir diretrizes curriculares, produzir materiais didáticos, formar professores e supervisionar a implementação nas escolas.

3 O atentado à redação do jornal satírico *Charlie Hebdo*, ocorrido em janeiro de 2015, impulsionou mudanças significativas na política educacional francesa, especialmente no fortalecimento da educação moral e cívica nas escolas públicas. A repercussão do episódio levou o governo francês a reforçar a presença de conteúdos voltados à laicidade, à tolerância e ao Estado de Direito no currículo nacional.

Na América Latina, algumas experiências apontam caminhos possíveis para a institucionalização da educação cidadã, apesar do tema ainda ser tratado de forma superficial na maioria dos países. O México talvez ofereça o modelo mais robusto: além de contar com a disciplina obrigatória *Formación Cívica y Ética* no currículo nacional, o país dispõe de uma estrutura permanente de educação cívica vinculada ao *Instituto Nacional Electoral (INE)*, órgão responsável pela administração eleitoral que coordena ações formativas com orçamento e equipe próprios. Na Colômbia, a educação cidadã foi integrada à agenda da convivência democrática e da cultura de paz, em articulação entre os ministérios da Educação e do Interior, combinando formação para os direitos, participação e diversidade – com apoio contínuo de organismos internacionais.

Já o Chile apresenta uma trajetória de reintrodução legislativa da educação cívica, após décadas de ausência, com a criação da disciplina obrigatória *Educación Ciudadana* no ensino médio a partir de 2016, como parte do esforço de reconstrução democrática. Esses exemplos evidenciam que políticas de educação cívica mais efetivas tendem a combinar marcos legais consistentes, estruturas administrativas estáveis e vinculação direta com as instituições de Estado que promovem a democracia.

Diante dessas experiências, torna-se inevitável nos fazermos uma outra pergunta incômoda – e urgentemente necessária: por que o Brasil ainda não possui uma política pública robusta e permanente de educação cidadã? Por que, em pleno século XXI, a quarta maior democracia do mundo segue tratando a formação para o exercício da cidadania como um tema periférico?

A resposta, ainda que desconfortável, aponta para uma ausência de mobilização coordenada, de visão estratégica e de vontade política. Superar esse vazio exige mais do que reformas pontuais ou boas intenções: exige a construção de um movimento coletivo capaz de transformar a educação cidadã em política de Estado – com alcance nacional, estrutura institucional e compromisso duradouro com a democracia. A Constituição Federal de 1988 avaliza esse movimento na medida em

que define, em artigo 205, que uma das tarefas da educação brasileira é o preparo para o exercício da cidadania. Não se trata apenas de ensinar cidadania como conteúdo, mas de organizar a cidadania como projeto político e pedagógico de país.

A Rede Nacional de Educação Cidadã

A Rede Nacional de Educação Cidadã foi criada em 2022 com o propósito de fortalecer a cultura democrática no Brasil ao estimular e articular o ecossistema de educação cidadã. Sua origem está ancorada em um diagnóstico simples, mas profundo: nenhum ator isolado seria capaz de enfrentar, sozinho, as barreiras sistêmicas que historicamente bloqueiam o avanço dessa agenda no país. Precisaríamos nos unir.

Como apontam Dantas e Caruso (2011), ao longo do processo de redemocratização brasileira, a educação cidadã foi sistematicamente negligenciada. Essa inércia do , entretanto, motivou a articulação de uma geração de empreendedores sociais, pesquisadores, servidores públicos e educadores comprometidos com a democracia, cuja resposta à convocação para formar um movimento coletivo foi imediata e unânime – uma prática coerente com os valores que defendiam.

Nesse contexto, os cofundadores⁴ da Rede Nacional de Educação Cidadã reconheceram que apenas por meio do diálogo, da cooperação e da união de forças seria possível promover conquistas institucionais duradouras para o setor. A criação da Redenec parte, portanto, justamente da inconformidade com esse contraste entre a relevância estratégica da educação cidadã e seu lugar secundário na agenda nacional – uma desvalorização que revela uma miopia persistente, entre analistas profissionais e de botequim, diante de seu potencial de transformação. Desde seu surgimento, a Rede teve a ética suprapartidária, na formulação de Humberto Dantas, como princípio inegociável (DANTAS, 2017).

4 A Rede Nacional de Educação Cidadã foi cofundada em 2022 por Helena Schmidt, João Tavares, Leandro Moraes, Tashi de Fáveri e Valmor Araújo.

Com isso em vista, a RedeNEC assumiu como missão de primeira ordem inserir a educação cidadã na agenda pública do país – mobilizando governos, empresas, universidades, organizações da sociedade civil e veículos de comunicação. Atuando como articuladora e facilitadora, a Rede busca promover conexões, ampliar o alcance e potencializar o impacto de todos que, em diferentes frentes, já promovem a cidadania no Brasil. Para tanto, a organização é dividida em três frentes estratégicas: a articulação e gestão da Comunidade, produção e disseminação de Conhecimento e a condução de ações de Advocacy.

A pergunta sobre quem promove a educação cidadã no Brasil guiou, desde o início, a atuação da RedeNEC. Após três anos de escuta e prospecção, foram identificadas centenas de iniciativas de diferentes setores – como escolas do Legislativo, órgãos de controle, universidades e organizações da sociedade civil – que, mesmo sem coordenação entre si, atuam pelo fortalecimento da cultura democrática. Esse processo deu origem a um mapeamento plural e interinstitucional do ecossistema de educação cidadã. Para compreender sua complexidade e potencial, é necessário examinar com mais atenção seus principais eixos – e os espaços, instituições e atores que hoje sustentam, promovem e ampliam a cultura democrática no Brasil.

O Ecossistema de Educação Cidadã

Um primeiro eixo do ecossistema de educação cidadã é formado pelas organizações da sociedade civil (OSCs), que desempenham um papel fundamental nesse campo. Via de regra, essas organizações são motores da inovação, promovendo transposições pedagógicas arrojadas e produzindo recursos didáticos interativos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em geral, também buscam estabelecer parcerias cooperativas com o Ministério da Educação e com Secretarias Estaduais e Municipais, ampliando seu impacto e legitimando metodologias autorais – muitas vezes entendidas como critérios de sucesso institucional.

No entanto, um desafio recorrente enfrentado por esse setor é a dificuldade de captação de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades. Isso se deve, em parte, ao fato de que educação cidadã e democracia não figuram entre as prioridades da filantropia nacional. Segundo a *Pesquisa Doação Brasil 2022*, as causas que mais recebem doações são voltadas ao bem-estar de crianças, saúde e combate à fome. Em levantamento realizado pela RedeNEC, constatou-se que, em 2022, a diferença entre os orçamentos projetados e os recursos efetivamente captados pelas oito maiores organizações da sociedade civil foi de R\$1,9 milhão – um déficit que compromete o desenvolvimento de iniciativas previamente planejadas.

Em paralelo ao trabalho das OSCs, o segundo eixo estruturante é composto pelas universidades, que atuam como importantes polos de educação cidadã. Pesquisadores, atrelados ou não a centros temáticos, são responsáveis pela geração de evidências e estudos que fundamentam políticas públicas e projetos voltados à cidadania e participação social, frequentemente em parceria com organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

Para além da produção de conhecimento, o ensino superior brasileiro tem se destacado na promoção da cidadania por meio dos projetos de extensão universitária, que articulam teoria e prática a partir de problemas sociais concretos. A chamada curricularização da extensão, tornada obrigatória em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação⁵, tem justamente esse propósito: fortalecer o protagonismo estudantil e contribuir para uma formação ética, crítica e comprometida com o bem comum.

Particularmente nos cursos das áreas de ciências humanas, a extensão universitária tem se consolidado como um vetor ainda subaproveitado, mas promissor, para o desenvolvimento de projetos de educação cidadã suprapartidária e de qualidade – quase sempre ancorados na

5 A resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e sua integração curricular aos cursos de graduação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

produção de evidências. De norte a sul do país, a Redenec tem dialogado e colaborado com universidades públicas e privadas que se posicionam como atores estratégicos nesse campo.

Outro componente relevante desse ecossistema é o das controladorias, que vêm se consolidando como atores inesperados – mas extremamente relevantes – no campo da educação cidadã. Tradicionalmente voltadas ao controle interno e à prevenção da corrupção, essas instituições passaram a reconhecer na formação cidadã uma aliada estratégica para o fortalecimento do controle social e da participação informada da população. A Controladoria-Geral da União (CGU) lidera esse processo com um programa robusto, institucionalizado há mais de uma década, e presença em todas as 27 capitais brasileiras.

No plano subnacional, destaca-se a experiência da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, com o programa *Estudante Atitude* – uma gincana cívica que mobiliza a comunidade escolar em torno de ações de protagonismo e melhoria do ambiente educacional. Em 2024, o programa já alcançava 93% das mais de 1000 escolas estaduais e passou a inspirar outras controladorias, como as de Belo Horizonte (MG) e Serra (ES). A partir de 2025, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) iniciou a coordenação de esforços para disseminar e institucionalizar essas práticas, sinalizando a consolidação de um novo eixo da educação cidadã baseado na integridade e no controle democrático.

Na mesma linha de atuação institucional, o Poder Judiciário também desempenha um papel multifacetado na promoção da educação cidadã, com ações descentralizadas e níveis variados de institucionalização. Uma dessas frentes ocorre por meio de associações da classe, como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que realizam ações educativas pontuais junto às escolas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), embora não integre o Judiciário, também atua com destaque nesse campo, especialmente por meio do programa *OAB vai à escola*.

Além disso, os Tribunais de Justiça Estaduais desempenham um papel importante por meio do programa *Cidadania e Justiça também se*

aprendem na escola, criado em 1993 pelo no Paraná e hoje presente em todos os estados. A iniciativa estimula a ida de magistrados às escolas e o acolhimento de alunos nos tribunais, promovendo o entendimento sobre o Estado Democrático de Direito. Com mais de 6 milhões de estudantes alcançados, o programa enfrenta, contudo, a descontinuidade causada pelas mudanças de gestão nos tribunais. De forma isolada, outras experiências são realizadas, como a do TJ de Sergipe, que formou 5.800 jovens em 2024 em parceria com a Seduc, demonstrando o impacto potencial dessa atuação.

Em nível nacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também tem inserido a educação cidadã em sua agenda, especialmente por meio do programa *Fazendo Justiça*. Voltado à qualificação de políticas no sistema penal e socioeducativo, o programa desenvolve formações sobre cultura democrática, justiça restaurativa e cidadania ativa – contribuindo para a construção de sujeitos cívicos mesmo em contextos de vulnerabilidade, e ampliando o alcance das políticas públicas de formação cidadã.

Outro pilar essencial desse ecossistema é a Justiça Eleitoral, reconhecida como uma das instituições mais estruturadas na promoção da educação cidadã, especialmente por meio das Escolas Judiciárias Eleitorais (EJES), presentes em todos os 27 Tribunais Regionais Eleitorais. A rede é articulada por meio do Sistema EJE, com destaque para o programa *Eleitor do Futuro*, que desde 2002 leva dinâmicas interativas sobre democracia às escolas públicas, com uso frequente da urna eletrônica como recurso pedagógico.

Apesar do alcance expressivo, as EJES enfrentam heterogeneidade institucional, com grandes variações de equipe, recursos e grau de prioridade entre os estados. Os mais de 2.600 Cartórios Eleitorais também atuam localmente com ações de formação cidadã. Em 2024, a EJE do TSE lançou as *Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das EJES*, buscando padronizar e qualificar essa atuação em parceria com as escolas.

Além das instituições citadas, o Ministério Público também vem ampliando sua atuação em educação cidadã, por meio de iniciativas

em diferentes níveis. Em 2023, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) articulou um acordo interinstitucional para incentivar ações de formação democrática junto às forças de segurança pública. Paralelamente, o projeto *NaMoral*, promovido por Ministérios Públicos estaduais, tem ganhado destaque na formação de estudantes do ensino médio, com foco em ética e valores democráticos. Em 2025, o programa foi institucionalizado como política pública pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, fortalecendo sua integração ao sistema educacional.

Por fim, merece destaque o eixo formado pelas Escolas do Legislativo, que compõem um dos segmentos mais estruturados da educação cidadã no país. Presentes em casas legislativas de diferentes níveis federativos, essas instituições atuam de forma articulada por meio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), que hoje reúne, engaja e fortalece mais de 400 escolas associadas. Além de promoverem a formação interna de servidores públicos, essas escolas desenvolvem ações voltadas à população e às escolas públicas. O trabalho é marcado pela diversidade de formatos e capacidades institucionais entre os estados e municípios, mas conta com iniciativas consolidadas e de ampla capilaridade.

Embora ainda enfrentem desafios, como a ausência de um marco legal específico que reduza a dependência das gestões legislativas, as Escolas do Legislativo têm avançado no reconhecimento institucional de sua atuação. A aprovação do Dia Nacional da Educação Legislativa, em 2024, a institucionalização da *Coleção em Miúdos*⁶, da autora Madu Macedo, e a criação do *ParlaFlix* são passos importantes nesse sentido. Com atuação suprapartidária e crescente institucionalização, esse eixo se firma como uma das principais referências em educação cidadã no

6 Fruto de uma parceria entre a ABEL e a Gráfica do Senado Federal, a *Coleção em Miúdos* é um dos mais disseminados recursos de educação cidadã no Brasil. Até abril de 2024, segundo a própria gráfica, mais de 600.000 unidades foram enviadas a 580 municípios brasileiros.

país, reunindo experiências consistentes, capacidade técnica e legitimidade junto a diferentes públicos e territórios.

Complementando todos os demais, o eixo do sistema educacional ocupa uma posição absolutamente central na efetivação da educação cidadã. Composto por técnicos das secretarias de educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, esse grupo está na linha de frente da prática educativa, sendo responsável por transformar diretrizes, programas e propostas em experiências reais de aprendizagem para os estudantes. São esses profissionais que, no cotidiano das escolas, abrem as portas da comunidade escolar à cidadania, acolhendo e articulando as iniciativas promovidas por outros atores do ecossistema.

Mais do que implementar políticas, esse eixo tem o poder de dar vida à educação cidadã no chão da escola. É por meio da escuta, do engajamento e da mediação cotidiana desses profissionais que os estudantes entram em contato com conceitos como participação, democracia, corresponsabilidade e direitos. Além disso, são as escolas, em sua capilaridade e presença nos territórios, que oferecem a estrutura concreta para que projetos diversos – públicos e da sociedade civil – possam se conectar à experiência educacional. Valorizar, apoiar e capacitar continuamente esse segmento é, portanto, condição indispensável para que a educação cidadã avance como uma política viva, com o preparo de cada estudante para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Transformando a Energia em Movimento

Com a consolidação do ecossistema de educação cidadã no Brasil, tornou-se evidente que não bastava reconhecer e conectar boas iniciativas: era preciso transformar essa diversidade de experiências – e disposição para o trabalho coletivo – em força mobilizadora. Mais do que atuar como um repositório técnico ou um hub de boas práticas, a Rede Nacional de Educação Cidadã assumiu o compromisso de colocar essa energia em movimento, buscando soluções conjuntas e conquistas

institucionais capazes de levar a educação cidadã a uma nova escala de impacto.

No plano nacional, a RedenEC estruturou uma agenda contínua de advocacy em defesa da criação de uma política nacional de educação cidadã. Essa ação foi sustentada por um processo consultivo robusto que mobilizou, entre julho de 2023 e janeiro de 2024, 63 especialistas no inédito Conselho Consultivo para a Educação Democrática, em encontros síncronos e assíncronos, culminando na elaboração do documento *Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã: A Formação para a Cidadania como Política Pública Nacional*. O documento foi entregue formalmente em março de 2024, em 14 atos institucionais, a órgãos como o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, a Secretaria-Geral da Presidência da República, e diversos ministérios, incluindo os da Educação, Planejamento, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

A proposta recebeu receptividade positiva na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, especialmente por parte do diretor de Políticas e Diretrizes para a Educação Integral, Alexsandro Santos, educador e pesquisador experiente da área. Essa interlocução contínua reforça o reconhecimento da necessidade de enfrentar o grande vazio da área: a ausência de uma política nacional estruturada de educação cidadã. Não se trata apenas de formulação, mas da criação de um mecanismo que viabilize sua implementação em larga escala, de forma articulada com os diversos atores do ecossistema.

Além dessa frente, a RedenEC tem atuado junto ao Congresso Nacional na promoção do projeto de lei que propõe a Semana Nacional de Educação Cidadã, que visa instituir, no calendário escolar e institucional, um momento anual de mobilização em torno da democracia nas mais de 178 mil escolas públicas e privadas do país. A iniciativa também pretende mobilizar os demais atores do ecossistema -como tribunais, controladorias, ministérios públicos, universidades e OSCs -para fortalecer a pauta dentro e fora do ambiente escolar. Outra frente estratégica tem sido a contribuição com o debate sobre a reformulação do ensino

médio, com o objetivo de garantir que a educação cidadã seja incorporada como eixo transversal nos itinerários formativos definidos pelo Ministério da Educação em 2024.

Cientes dos desafios que envolvem a implementação efetiva de políticas públicas, a RedenEC acompanhou de perto a experiência inovadora do estado de Sergipe, que instituiu a primeira Rede Estadual de Educação Cidadã do país. A iniciativa foi idealizada e conduzida por Isabela Mazza, técnica da Secretaria de Educação, que articulou uma coalizão interinstitucional envolvendo o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Delegacia da Mulher, o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Eleitoral. Juntas, essas instituições viabilizaram atividades formativas com estudantes e gestores escolares, promovendo o diálogo entre escolas e órgãos públicos comprometidos com a cultura democrática. Em sua fase inicial, a política alcançou 35 escolas da rede estadual – número que ultrapassou a marca de 100 unidades em 2025, demonstrando sua capacidade de expansão com legitimidade e articulação local.

A experiência sergipana, sistematizada no estudo *Experiências Inovadoras em Democracia: A Rede Estadual de Educação Cidadã de Sergipe* (RedenEC e Instituto Unibanco, 2024), revela que a implementação em rede, com participação ativa de instituições do Estado comprometidas com o fortalecimento da cultura democrática, é capaz de acelerar processos de implementação, superar resistências políticas e burocráticas e criar condições de sustentabilidade institucional para a política. Embora ainda não haja estudos de impacto consolidados, relatos de campo indicam que a participação dos estudantes em contextos escolares democráticos tem favorecido o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento, autoestima cívica e autoeficácia – ou seja, uma percepção subjetiva de que podem não apenas participar da vida em sociedade, mas também ocupar espaços de decisão.

Além disso, essa experimentação coletiva tem apontado para uma nova abordagem pedagógica, na qual a escola pública se torna um espaço mais atrativo, conectado à realidade e voltado para a formação integral dos estudantes – preparando-os, de fato, para o exercício da cida-

dania. Ao integrar diferentes instituições do Estado e da sociedade em torno de um mesmo propósito, a política de Sergipe demonstra que é possível transformar o cotidiano escolar em um ambiente de vivência democrática concreta – condição essencial para uma educação cidadã viva, contextualizada e transformadora.

O futuro da educação cidadã no Brasil

No momento em que este artigo é escrito, em abril de 2025, o Brasil aguarda com expectativa o lançamento pelo Ministério da Educação do programa nacional de educação cidadã. Trata-se de uma oportunidade histórica para a institucionalização da educação cidadã como política pública nacional, com diretrizes claras e articulação interinstitucional trazidas para a governança da própria política pública. No entanto, como toda política estrutural, o programa não resolverá por si só os muitos desafios que ainda precisam ser enfrentados para que essa agenda seja efetivamente universalizada. Será preciso aproximar o Brasil legal do Brasil real.

Assim, a consolidação da educação cidadã como um direito garantido a todos os estudantes do país dependerá de um esforço coletivo que envolve a sociedade civil organizada e as instituições de estado integrantes do programa. A seguir, são elencadas algumas das questões centrais que o ecossistema de educação cidadã precisará enfrentar nos próximos anos – não como hipóteses abstratas, mas como desafios concretos e inevitáveis que determinarão o grau de sucesso de nossas ambições coletivas.

1. Formação de professores e lideranças escolares qualificada e baseada em evidências: o Brasil precisará construir uma estratégia eficaz de formação continuada de professores e lideranças escolares pautada com base em evidências sólidas que garantam não apenas o domínio conceitual sobre cidadania e democracia, mas também o domínio pedagógico necessário para integrá-la ao cotidiano escolar. Em todo esse

processo, é preciso ter especial atenção e cuidado na abordagem com estes profissionais, levando em conta fatores como a necessidade de sensibilização prévia em relação à importância do tema, a sobrecarga de trabalho de professores e o provimento da devida assistência técnica para a implementação dos programas.

2. Avaliação e identificação de modelos de excelência: o ecossistema precisará avançar na construção de sistemas de monitoramento e avaliação das práticas de educação cidadã com o objetivo de consolidar um repertório de iniciativas comprovadamente eficazes que possam servir de referência no processo pedagógico. Os ideais da adaptabilidade e escalabilidade precisam ser alinhados às demandas dos professores e estudantes que, cada vez mais, demandam atividades dinâmicas e participativas.

3. Monitoramento e avaliação das políticas implementadas: processo fundamental para o acompanhamento da qualidade e da consistência das práticas de educação cidadã no Brasil, o Ministério da Educação, em conjunto com os atores envolvidos na governança da política, terá a tarefa de coletar dados que subsidiem a produção de evidências em torno de boas práticas. No mesmo sentido, abre-se o debate para que as competências trabalhadas pela educação cidadã passem a integrar os instrumentos de avaliação já existentes na educação básica brasileira.

4. Construção de uma matriz de saberes em educação cidadã: é preciso parametrizar as práticas e conteúdos de educação cidadã. Para isso, será fundamental desenvolver uma matriz que organize os conteúdos, competências e experiências essenciais para cada etapa da formação cidadã ao longo da trajetória educacional. Essa matriz deve oferecer diretrizes claras sobre o que ensinar com que profundidade, sempre respeitando o desenvolvimento progressivo dos estudantes, os contextos escolares e as previsões já existentes na BNCC e nas demais regulamentações da educação brasileira.

5. A criação de mecanismos e para preservação de uma ética suprapartidária: um dos maiores desafios será garantir que a educação cidadã seja conduzida com compromisso ético, pluralidade de visões e fidelidade ao Estado Democrático de Direito. Para isso, será necessária a formação contínua de docentes e gestores, assegurando que conteúdos sejam trabalhados de forma responsável, sem viés político-partidário – e com sensibilidade para mediar eventuais tensões no ambiente escolar. Guias, materiais e formações serão necessários para evitar que a educação cidadã seja confundida, pela opinião pública, com iniciativas doutrinárias.

No mesmo sentido, à medida que o tema da cidadania se torne mais presente nas escolas, será preciso estruturar processos de resolução de conflitos em escolas, diretorias e secretarias de educação para lidar com situações que eventualmente surjam entre educadores, estudantes, famílias e comunidades. A mediação qualificada será chave para consolidar uma cultura de diálogo e confiança, protegendo docentes e preservando o princípio da liberdade de ensino.

6. Produção e distribuição de materiais didáticos em escala nacional: a universalização da educação cidadã exigirá que todos os territórios tenham acesso a materiais didáticos de qualidade, atualizados e condizentes com a diversidade cultural e pedagógica do país. Será necessário garantir recursos editoriais e logísticos compatíveis com a ambição da política, evitando que a falta de materiais seja um gargalo – como já é hoje.

Uma recomendação concreta é a adoção de um eixo de Cidadania no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), legitimando-o como mecanismo estruturante para a distribuição desses recursos, assegurando escala, padronização mínima e transparência nos processos de produção e aquisição. Alternativamente, a distribuição de materiais didáticos poderá ser feita de forma suplementar pelo Ministério da Educação, de acordo com o previsto pelo artigo 24 da Lei nº 9.099 de julho de 2018.

7. Estímulo à adesão e ao engajamento dos entes subnacionais: para que a educação cidadã ganhe força e continuidade, será essencial estimular a adesão e o engajamento dos estados e municípios ao programa. Para isso, a oferta de suporte técnico – e preferencialmente financeiro – é uma variável condicionante que determinará o alcance da iniciativa. Além disso, parcerias com instituições públicas do ecossistema e a possibilidade de contato com as organizações da sociedade civil de referência serão diferenciais que podem atrair e motivar estudantes, professores, gestores escolares e técnicos a promoverem a educação cidadã.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BPB – Bundeszentrale für politische Bildung. **Erlass über die Bundeszentrale für politische Bildung (BPB)**. Disponível em: <https://www.bpb.de/die-bpb/ueber-uns/auftrag/51244/erlass-ueber-die-bundeszentrale-fuer-politische-bildung-bpb/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rceso07-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 abr. 2025.

DANTAS, H. **Apresentação:** O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, vol. 03, 2010.

DANTAS, H. **Educação política:** sugestões de ação a partir da nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p., 2017.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; MARTINEZ-BRAVO, Monica. Menor concentração de poder em elites locais eleva desenvolvimento, diz estudo. **Folha de S.Paulo**, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/menor-concentracao-de-poder-em-elites-locais-eleva-desenvolvimento-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ICCS – International Civic and Citizenship Education Study. **ICCS 2016 International Report**. Amsterdam: IEA, 2017.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Pesquisa Doação Brasil 2022**. São Paulo: IDIS, 2023. Disponível em: <https://pesquisadoacaobrasil.org.br>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MINEDUC – Ministerio de Educación de Chile. **Ley 20.911 de 02 de abril de 2016**: Crea el Plan de Formación Ciudadana. Disponível em: https://convivenciaparaciudadania.mineduc.cl/wp-content/uploads/2023/04/Ley-20911_02-ABR-2016.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

MINEDUCACIÓN – Ministerio de Educación Nacional de Colombia. **Entornos escolares para la vida, la convivencia y la ciudadanía**. Disponível em: <https://educacion-rindecuentas.mineduacion.gov.co/pilar-1-educacion-de-calidad/entornos-escolares-para-la-vida-la-convivencia-y-la-ciudadania/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RedeNEC). **Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã**: a formação para a cidadania como política pública nacional. Brasília: RedeNEC, 2024.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RedeNEC); INSTITUTO UNIBANCO. **Experiências Inovadoras em Democracia**: A Rede Estadual de Educação Cidadã de Sergipe. São Paulo: RedeNEC; Instituto Unibanco, 2024.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023**. Londres: EIU, 2023. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Paris Announces Plan to Promote Secular Values. 22 jan. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/23/world/europe/charlie-hebdo-attack-leads-to-changes-in-french-schools.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

VALOR ECONÔMICO. **Datafolha**: confiança nas Forças Armadas. G1 Política, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/17/datafolha-confianca-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.

Educação Legislativa: uma revolução silenciosa

Roberto Eduardo Lamari

Resumo

Este artigo analisa a centralidade da educação na consolidação de uma sociedade participativa, à luz de autores como Paulo Freire, Hannah Arendt e Boaventura de Sousa Santos, e enfatiza a relevância emergente da educação legislativa no contexto democrático brasileiro. Parte-se da concepção freiriana de educação como prática de liberdade, ampliada pela noção arendtiana de responsabilidade intergeracional e pela proposta de uma democracia de alta intensidade defendida por Santos. Nesse cenário, a educação legislativa é apresentada como um campo estratégico de formação cidadã, fortalecimento institucional e qualificação de servidores públicos, com base nos princípios definidos pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL). O estudo destaca ainda a importância de um Projeto Político-Pedagógico como princípio estruturante das Escolas do Legislativo, ausente na definição original proposta pela ABEL. Por fim, discute-se o papel da ABEL na articulação em rede, por meio de iniciativas como o Parlaflif, o podcast Legis-Ativo-Educa, a Semana da Educação Legislativa, o Prêmio Abel, entre outras. A promulgação da Lei nº 14.798/2024, que institui o Dia Nacional da Educação Legislativa, é interpretada como marco institucional de uma revolução silenciosa, que reposiciona o Parlamento como espaço também educativo, essencial ao fortalecimento da democracia no Brasil.

Abstract

This article analyses the centrality of education in the consolidation of a participatory society, in the light of authors such as Paulo Freire, Hannah Arendt and Boaventura de Sousa Santos, and emphasizes the emerging relevance of legislative education in the Brazilian democratic context. It starts from Freire's conception of education as a practice of freedom, expanded by Arendt's notion of intergenerational responsibility and by the proposal of a high-intensity democracy defended by Santos. In this scenario, legislative education is presented as a strategic field for citizen education, institutional strengthening and the qualification of public servants, based on the principles defined by the Brazilian Association of Legislative and Audit Schools (ABEL). The study also highlights the importance of a Political-Pedagogical Project as a structuring principle for Legislative Schools, which was absent from the original definition proposed by ABEL. Finally, it discusses ABEL's role in networking, through initiatives such as Parlaflif, the Legis-Ativo-Educa podcast, Legislative Education Week and the Abel Prize, among others. The enactment of Law 14.798/2024, which establishes the National Day of Legislative Education, is interpreted as the institutional milestone of a silent revolution, which repositions Parliament as an educational space, essential for strengthening democracy in Brazil.

1. A educação como base de uma sociedade participativa

Educação é, inegavelmente, o alicerce da construção de uma sociedade participativa. Ela se inicia no convívio familiar e se estende às instituições formais, moldando cidadãos conscientes, capazes de compreender criticamente o mundo e transformá-lo. Como ensina Freire (1968), educar é um ato libertador, um processo dialógico em que educadores e educandos se reconhecem como sujeitos históricos, aprendendo e ensinando em comunhão com a realidade que os cerca.

Freire (1968) propõe uma educação problematizadora, que rompe com o modelo bancário e instaura um espaço de troca mútua de saberes. Neste modelo, o professor não deposita conteúdos, mas estimula o questionamento e o pensamento crítico, formando sujeitos capazes de enfrentar as estruturas opressoras com coragem e lucidez. A educação, assim, deixa de ser uma técnica de adaptação para se tornar um instrumento de emancipação e ação transformadora.

A prática educativa é, para Freire (1967), um ato político e ético. A neutralidade na educação é ilusória, pois toda ação educativa carrega intenções e escolhas. Por isso, educar exige amor e coragem: amor pelo outro enquanto sujeito de direitos, e coragem para não fugir do debate, da análise crítica da realidade, mesmo diante de temas incômodos ou desafiadores.

Arendt (1961) amplia essa discussão ao associar educação e responsabilidade. Em sua obra “Entre o Passado e o Futuro”, ela enfatiza que educar é assumir o compromisso com o mundo comum, preparando os jovens para a vida pública e política. A educação, nesse contexto, tem a função de apresentar o mundo às novas gerações e, ao mesmo tempo, garantir que elas possam renová-lo com liberdade e criatividade.

Para a autora, o ato educativo tem uma natureza paradoxal: conserva o mundo tal como é e o reinventa por meio dos recém-chegados. Assim, a cidadania não nasce de uma transmissão de conteúdos, mas do amor ao mundo e da disposição em agir em sua defesa. Formar cidadãos é, portanto, formar pessoas aptas a julgar, deliberar e participar da vida pública com responsabilidade e respeito à pluralidade.

Santos (2006), o professor Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, atualiza essa perspectiva ao propor uma democracia de alta intensidade, que exige uma educação crítica e inclusiva. Em “A Gramática do Tempo”, ele sustenta que não basta garantir o voto e o funcionamento das instituições: é preciso promover uma cultura política participativa, enraizada em valores democráticos e no reconhecimento da diversidade de saberes.

A educação, para Santos (2006), deve formar sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, sensíveis às desigualdades e prepa-

rados para o diálogo intercultural. Uma democracia forte depende de cidadãos que saibam conviver com as diferenças e atuar politicamente em seus territórios, e isso só é possível com uma educação cívica que valorize a reflexão, a ação e a justiça social.

Nesse contexto, ganha relevância a educação legislativa, como forma concreta de aproximar o cidadão do parlamento e das políticas públicas. Através das Escolas do Legislativo e programas como o Parlamento Jovem, abre-se espaço para que jovens e adultos compreendam, debatam e participem do processo legislativo, promovendo uma cultura política mais ativa, transparente e democrática.

Essa dimensão educativa do legislativo está em sintonia com as ideias de Freire, Arendt e Santos: educar para a cidadania é convidar o sujeito a ser protagonista da vida pública. A educação legislativa fortalece o diálogo entre representantes e representados, ampliando os espaços de participação e reforçando o compromisso ético da política com o bem comum.

Concluimos, assim, que a educação, enquanto prática de liberdade, responsabilidade e criticidade, constitui o cimento de uma sociedade participativa. Apenas com cidadãos conscientes, formados em ambientes que estimulam o diálogo, o pensamento crítico e a ação coletiva, será possível construir e sustentar uma democracia viva, plural e comprometida com a justiça social.

2.A Educação legislativa trabalhada nas escolas do legislativo

Ao tentar definir o que é Educação Legislativa com base na doutrina da educação formal, fica a questão, mas qual é a educação legislativa que estamos falando, a que realmente existe no legislativo brasileiro, e que é trabalhada pelas escolas do legislativo?

Por existir uma dúvida, e o termo ser razoavelmente novo, a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, criou por meio do Ato n.04/2024, um grupo de trabalho com pessoas de di-

versas partes do país que trabalham diariamente com a educação legislativa no Brasil, com o intuito de definir os Princípios da Educação Legislativa e da Escola do Legislativo.

O documento colaborativo que será lançado no portalabel.org.br denominado: Princípios da Educação Legislativa e da Escola do Legislativo: construindo democracias participativas, traz em linhas gerais as seguintes contribuições:

A Educação Legislativa é um campo estratégico para o fortalecimento das democracias, promovendo a cidadania ativa, o conhecimento institucional e a participação social, sendo um instrumento essencial para formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades, e engajados na construção de políticas públicas. Essa formação amplia a capacidade de participação dos cidadãos nos processos legislativos, aproximando-os das instituições públicas e fortalecendo o pacto democrático.

Neste diapasão Cosson (2008) assevera que função de promoção da democracia leva as escolas a estenderem suas atividades para a sociedade, localizando como parte de suas atribuições, para além da noção estrita de treinamento e desenvolvimento de servidores, a educação para a cidadania.

Há consenso sobre a importância de eliminar barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais para garantir que a educação legislativa seja acessível a todos. Isso inclui a oferta de materiais em formatos adaptados, como Braille, Libras e legendas, além de plataformas digitais compatíveis com tecnologias assistivas, de forma ampla, equitativa e gratuita

A ética e a responsabilidade social são pilares fundamentais para a educação legislativa. A formação deve ser orientada por valores que promovam a integridade, a transparência e a justiça social, fortalecendo a confiança pública nas instituições legislativas e políticas.

A capacitação permanente de servidores e parlamentares é unanimemente reconhecida como essencial. As Escolas do Legislativo devem adaptar seus conteúdos e metodologias às mudanças sociais, po-

líticas e tecnológicas, garantindo que as formações sejam relevantes e eficazes.

As Escolas do Legislativo apresentam um grande potencial de cooperar com a qualificação do servidor público, além de desempenharem um importante trabalho na discussão deste Poder. O Trabalho e a atuação dessas Escolas podem ajudar a melhorar a produção legislativa, os processos administrativos e a própria gestão interna, o que permitiria caracterizá-las como importantes centros de geração e irradiação de inovações na esfera Legislativa (Thimoteo et.al., 2012).

O uso de tecnologias modernas para a disseminação do conhecimento legislativo é amplamente defendido. Ferramentas digitais não apenas aumentam o alcance das iniciativas, mas também promovem a transparência e a eficiência no compartilhamento de informações.

Os autores propõem que a educação legislativa inclua debates sobre sustentabilidade social e ambiental, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa perspectiva inédita integra a preocupação com o impacto a longo prazo das políticas públicas.

Eles sugerem um enfoque na capacitação de cidadãos e servidores para resolver conflitos institucionais de forma pacífica. Este princípio fortalece a cultura do diálogo e da cooperação no contexto legislativo.

A proposta de ações contínuas para capacitar cidadãos e servidores no enfrentamento de conteúdos desinformativos é uma contribuição relevante e contemporânea. Essa abordagem envolve o desenvolvimento de habilidades para identificar e combater notícias falsas relacionadas ao Legislativo.

Ressaltam um foco específico na inclusão de jovens, especialmente os de regiões periféricas, no processo político. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de engajar as novas gerações como agentes transformadores da sociedade.

Os autores defendem que a educação legislativa deve refletir e valorizar a diversidade cultural, étnica e política da sociedade brasileira. Isso inclui estratégias pedagógicas que contemplem múltiplas linguagens e respeitem diferentes contextos socioculturais.

A convergência entre os princípios gerais e as contribuições inéditas aponta para um modelo educacional abrangente e dinâmico. Um exemplo prático é o desenvolvimento de programas que combinem:

- **Inclusão e Sustentabilidade:** Cursos sobre políticas públicas sustentáveis oferecidos em formatos acessíveis.
- **Combate à Desinformação e Participação Jovem:** Oficinas para jovens em regiões periféricas, capacitando-os a identificar e responder a conteúdos desinformativos sobre o Legislativo.
- **Mediação de Conflitos e Ética:** Capacitações para servidores e parlamentares que promovam habilidades de negociação e reforcem o compromisso com a justiça social.

Os princípios identificados pelo Grupo de Trabalho oferecem uma base sólida para a educação legislativa. Eles combinam a promoção da cidadania ativa, a inclusão, a ética e a democratização do conhecimento com inovações que atendem às demandas contemporâneas. Essa abordagem integrada fortalece não apenas o Legislativo, mas a sociedade como um todo, promovendo um futuro mais justo, equitativo e sustentável para o Brasil.

A definição dos princípios é muito importante porque serve de norte de como as escolas do legislativo devem trabalhar, no entanto este não é um documento estático, e deve ser atualizado à medida que a sociedade está em constante transformação.

Contudo, nota-se que o documento ao definir os princípios da educação legislativa não incluiu o planejamento ou projeto pedagógico, como um princípio fundamental a ser seguido. Não há divergências sobre a necessidade ou não da construção de um projeto político-pedagógico em um ambiente escolar, porque esta discussão não existe na pedagogia. Para correntes ditas mais progressistas, o projeto político-pedagógico é importante como forma democratizante do ensino, para os mais conservadores é um instrumento hábil de gestão (LAMARI,2024).

A partir dessas reflexões, é possível arriscar um conceito de educação legislativa para as escolas do legislativo, que pode ser definida como a realização de atividades de educação para cidadania, voltando-se desta forma a toda sociedade, capacitação do servidor público, função primordial e que foi reafirmado pelo mandamento constitucional do artigo 39, parágrafo 2º, e a discussão de políticas públicas, necessária como apoio aos parlamentares.

Esta definição de educação legislativa, vai ao encontro da definição de funções das escolas do legislativo de Rildo Cosson, que assevera que a primeira função seria a capacitação de servidores, a segunda é a produção, registro e divulgação de saberes legislativos e a prestar assessoria qualificada a setores da Casa, aí estão incluídos os parlamentares, e a terceira é a promoção da democracia ou aproximação do Legislativo com a sociedade (COSSON, 2008).

É importante definir conceito e princípios da educação legislativa, para que exista um norte para as escolas do legislativo não se distanciarem dos seus objetivos e missão, não é raro ver escolas realizando atividades técnico-profissionais ou assistenciais, em que pese serem extremamente meritórias, é flagrante o desvio de finalidade da escola do legislativo e interferência em competência exclusiva do Poder Executivo, fatos que podem ensejar problemas com órgãos de controle, como Ministério Público e Tribunais de Contas.

3. A ABEL e o trabalho em Rede com Escolas

Desde a criação da primeira escola do legislativo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 1992, e com o surgimento da Emenda Constitucional n.º 19/1998, que ensejou o artigo 39, 2º, da CF, muitas escolas surgiram, primeiro em todas as Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas e posteriormente nas Câmaras Municipais, contudo esse movimento ganha impulso significativo após a criação da ABEL – Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas, em 2003. De lá pra cá, a ABEL vem trabalhando de forma

cooperativa e em rede com as escolas do legislativo, fortalecendo a educação legislativa.

Nos últimos anos, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de uma rede de escolas em todo o país, a ABEL está investindo na realização de podcast, encontros regionais, transmissão de vídeo aulas, por meio do Parlaflix, a criação da Semana da Educação Legislativa, o Troféu Abel Digital, valorizar o tradicional e importante Prêmio Abel, a revista RELF, estar presente de forma ativa nas redes sociais, além de modernizar seu Portal como canal de comunicação.

Podcast

O Podcast LegisEducaAtivo, uma parceria da ABEL e do Movimento Voto Consciente -MVC, hospedado na mídia jornalística Congresso em Foco, que vai ao ar pelo canal de YOUTUBE da ABEL e do MVC, e no spotify, foi lançado em agosto de 2023, com programas semanais, que contam sempre com uma escola do legislativo do país, em um bate papo descontraído, comandado pelo Presidente da ABEL e pelo cientista político Humberto Dantas, diretor do MVC, chegou até o final do ano de 2024, com 63 episódios, isso tem permitido o compartilhamento de experiências, dificuldades e perspectivas do trabalho em cada localidade, além de possibilitar que algumas ações concretas possam ser compartilhadas.

Parlaflix

A criação de uma plataforma que contenha palestras, debates e cursos com temáticas que sirvam às escolas, podendo gerar conteúdo ao vivo ou gravado, ocorreu em outubro de 2023 surge com o intuito de oferecer uma grade que possa ser acessada principalmente por escolas de menor porte e que eventualmente tenham dificuldade de promover estas ações. As escolas podem promover a divulgação das atividades do Parlaflix como se fossem sua, fazendo cards com sua logo marca.

Em 2024 o Parlaflifx teve 22 atividades entre cursos, seminários e palestras, totalizando 47 horas, e 554 inscritos e 252 certificados emitidos. Para o ano de 2025, a intenção é intensificar os cursos, ouvir os associados para verificar demanda e a possibilidade de ofertarem cursos. A iniciativa carece ainda de maior divulgação, a ideia inicial foi de não divulgar para testes e ajustes.

Semana da Educação Legislativa

Com o intuito de celebrar o Dia Nacional da Educação Legislativa, Lei nº 14.798/2024, a ser comemorado no dia 15 de maio, a ABEL pensou em estimular que as escolas façam atividades educativas e comemorativas, desta forma a Semana foi criada para promover a educação legislativa em todo o território nacional como parte fundamental da manutenção da democracia.

Na I Semana da Educação Legislativa realizada em 2024, tiveram como participantes 39 escolas, que geraram mais de uma centena de atividades de educação para a cidadania, e que foram compartilhadas para conhecimento de todos. Este é um exemplo de trabalho em rede que deve ganhar corpo

Troféu Abel Digital

Na primeira edição do Troféu Abel Digital, o tema foi “Educação Legislativa, Direito de todos, a ação tem como foco ampliar o acesso do cidadão a conteúdos destinados ao saber Legislativo e de Contas em sites de mídias sociais, as escolas podiam se inscrever em 4 categorias: escolas do legislativo com até 10.000 habitantes, escolas com 10.001 a 50.000 habitantes, escolas acima de 50.001 habitantes, e escolas das assembleias legislativas, câmara distrital e tribunais de contas.

Dezoito escolas se inscreveram, foram 459 postagens, com 33.414 interações como curtidas, comentários e compartilhamentos e 488.635 visualizações, espera-se que na segunda edição, tenhamos mais escolas participantes e os números sejam ainda maiores. Esta iniciativa, tem o

formato de competição, mas é colaborativa à medida que a mensagem espalhada é a mesma, e o trabalho em rede mais eficaz é o premiado.

Prêmio Abel

O Prêmio Abel, é uma das iniciativas mais tradicionais da ABEL, está consolidado como atividade, O Prêmio ABEL reconhece os melhores projetos em educação legislativa em suas diversas modalidades. As escolas associadas têm a oportunidade de competir em quatro categorias distintas: Educação Legislativa: reconhecimento por iniciativas que promovam a formação e qualificação de servidores públicos; Inovação: destaque para projetos que explorem novas tecnologias, métodos de aprendizagem, EAD e outras inovações na educação legislativa; Comunidade: reconhecimento de projetos educacionais voltados para o público externo, contribuindo para uma educação cívica mais ampla e participativa; Publicação: premiação de publicações acadêmicas, revistas e materiais que enriqueçam o conhecimento sobre educação legislativa. Em 2024, foi criada a categoria educação legislativa e em 2025, categoria Fiscalização destinado a Sociedade Civil e Tribunais de Contas.

O Prêmio ABEL busca valorizar o empenho e a excelência na promoção da educação legislativa, incentivando a criação e implementação de projetos que impactem positivamente a sociedade e fortaleçam os pilares da democracia.

Cinquenta e seis escolas concorreram ao Prêmio ABEL/2024, demonstrando interesse na premiação que ao incentivar a apresentação de projetos permite o compartilhamento deles, e cria um banco de boas práticas e valoriza o trabalho realizado e promove o reconhecimento das escolas vencedoras no nível local e nacional.

Encontros Regionais

A Abel tem Diretores Regionais, com o intuito de descentralizar atividades e que o trabalho em rede feito pela ABEL nacionalmente possa

ser incentivado localmente, fazer encontros regionais traz uma linguagem e realidades que muitas vezes não é possível apresentar nos dois encontros nacionais, além de permitir que mais pessoas possam participar de encontros mais próximos, outro fator importante que verifica-se é a participação de câmaras interessadas em criar suas escolas, e nas localidades onde são feitos os encontros regionais, após o encontro temos novas escolas sendo criadas.

Em 2024, foi realizado o I Encontro do Norte, I Encontro do Nordeste, o I Encontro do Sul, e a ABEL passou a apoiar efetivamente encontros tradicionais como o da Rede Mineira e do APEL – Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas, regiões que tem mais escolas, por inúmeros fatores, mas certamente por existir a Rede Mineira e a APEL que fazem este trabalho de congregar o movimento de escolas com excelência e incentivam o trabalho em rede.

Não foi realizado o Encontro da Região Centro-Oeste, contudo em 2025 serão realizados todos os segundos encontros em cada região, apoiaremos as redes tradicionais e o centro-oeste terá seu primeiro encontro, como promete a direção da associação brasileira das escolas.

RELF – Revista de Educação Legislativa em Foco

A criação de uma Revista de cunho acadêmico pela ABEL, tem o intuito principal de discutir questões do Poder Legislativo, e em especial temas da educação legislativa que permitam reflexões sobre as escolas do legislativo, acredita-se que este espaço deve atrair inúmeras escolas e pensadores locais que não conseguem espaço porque suas casas legislativas não têm esse canal, desta forma a ABEL aproxima diversos pesquisadores da educação legislativa.

Redes Sociais

O *facebook* era a mídia social tradicional da ABEL, a partir de julho de 2023 o *Instagram* passou a ser a mídia principal e mais ativa, sem

abandonar o *facebook*, além da criação em 2024 dos perfis no *TikTok* e *linkedIn*, as redes estão ativas, com atualizações diárias, compartilhamentos e colaboração com as escolas, é certamente o trabalho em rede mais eficiente e de resultado rápido.

O Portal ABEL, também sofreu reformulação e passou a ser o local de informações da ABEL, realização de inscrições, saber dos encontros e atividades realizadas, conter dados de transparência, a possibilidade de baixar documentos associativos e fiscais, transformar o Portal ABEL em um canal efetivo de comunicação é um trabalho permanente que exige atualização diária e mudança de cultura dos associados que precisam se acostumar a acessar o portal sempre que precisem de informações de encontros, regulamentos de prêmios, fazer suas inscrições, associar-se, entre outras funcionalidades. Contar com um cadastro atualizado de todas as escolas o país, é o maior desafio permanente da ABEL, contudo isso tem sido feito com a colaboração dos associados e trabalhos dos diretores regionais.

Enfim, como se vê os trabalhos que podem ser realizados em rede são muitos, a troca e a colaboração com escolas de todo o país é fonte permanente de aprimoramento. Orientadas por características típicas das redes, como transitividade e horizontalidade, as escolas vão se articulando e colaborando umas com as outras, e a ABEL vai se fortalecendo como catalisadora deste movimento.

O trabalho em rede tem a ver com o próprio perfil e natureza do Parlamento, que, além de plural, exerce o poder de forma colegiada: quanto mais horizontal, mais democrático.

Considerações

Como imaginar que em 2003 o então Diretor do Instituto Legislativo Brasileiro -ILB, Florian Madruga ao reunir as cinco escolas existentes em sala do Senado Federal, e criar a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e Contas – ABEL, passados mais de 20 anos, este movimento se tornou uma realidade irreversível e essencial para o fortalecimento do Poder Legislativo e da Democracia brasileira.

Nestes anos a ABEL se consolidou, as escolas são uma realidade, a educação legislativa deixou de ser apenas uma bandeira, as atividades de educação para cidadania são transformadoras das realidades de pessoas em todo o país, a qualificação do servidor é o melhor debate que valoriza o servidor público, a coleção em miúdos é o mais bem-sucedido projeto gestado pela ABEL, com os devidos créditos a Florian Madruga e Madu Macedo, que alcançou o país todo e hoje forma milhares de crianças.

Cabe à ABEL fazer um levantamento de todas as atividades realizadas pelas Escolas, e mensurar ainda que por amostragem, que os projetos de escolas impactam milhares jovens, crianças e adultos por todo o país.

A Educação Legislativa, um ideal empunhado durante mais vinte anos, deixou de ser sonho, quando da instituição da Lei 14.798/2024, que institui o Dia Nacional da Educação Legislativa, a ser celebrado anualmente no dia 15 de maio, a realidade fática é que de forma quieta, persistente, e com muito trabalho a Educação Legislativa é uma revolução silenciosa a favor do Brasil, capaz de levar a educação cidadã, a formação de servidores e a discussão de políticas públicas aos quatro cantos do país.

Ainda que naturalmente se enfrente reveses, enfrentamentos, e a falta de percepção de alguns agentes políticos, a educação legislativa é uma realidade, e é forçoso dizer que mudou a forma como o Poder Legislativo passa a se relacionar com a sociedade, das tradicionais funções descritas por Montesquieu (2000), em *O Espírito das Leis* à de criar e aprovar leis, além de fiscalizar o poder executivo, garantindo a separação e o equilíbrio entre os poderes para evitar o abuso e o despotismo, reescrever Montesquieu (2000) e acrescentar a função educativa ao Parlamento, como forma de aproximação com a sociedade, é dar à educação legislativa o real lugar que deve ocupar.

Referências

AGÊNCIA SENADO, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/08/lei-torna-15-de-maio-dia-nacional-da-educacao-legislativa#:~:text=A%20data%20de%2015%20de,tribunais%20de%20contas%20do%20pa%C3%ADs.,> consultado em 05/04/2025.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005 (obra original de 1961).

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia**. Brasília: edições Câmara, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

LAMARI, Roberto Eduardo et.al. As Escolas no Poder Legislativo e a Necessidade de um Projeto Político Pedagógico. **Revista Parlamento de Itapevi Democracia e Cidadania**, nº 6, p. 130 a 156. Itapevi (SP): Câmara Municipal de Itapevi, 2024.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABEL.www.portalabel.org.br, consultado em 04/04/2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

THIMOTEO, Fátima Elisabete Pereira et.al. A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo: trajetória e identidade. **Revista Parlamento Paulista**, v.2, n.3, p.158-181, São Paulo (SP): Câmara Municipal de São Paulo, dez.2012.

Roberto Eduardo Lamari · Presidente da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté/SP, especialista em Ciência Política pela Fundação escola de Sociologia e Política de São Paulo, e especialista em Gestão Pública pela USP. Presidente da Associação Brasil (ABEL).

Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da escola pública: o caso de Sergipe

Cleciane Santos Alves

Resumo

O artigo apresenta a construção de uma proposta de Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da educação básica em escolas públicas do estado de Sergipe. A experiência tem como ponto de partida o programa SerCidadão, articulado à Rede Estadual de Educação Cidadã, evidenciando práticas pedagógicas voltadas à formação de estudantes como sujeitos de direitos e agentes de transformação social. O respectivo texto demonstra como essas ações têm promovido o desenvolvimento da consciência crítica e o engajamento dos jovens na vida pública, criando espaços de escuta e participação social dentro do ambiente escolar. A partir da vivência concreta em uma escola pública do interior sergipano, especialmente no ensino médio, o artigo detalha iniciativas que aproximam os estudantes das dimensões estruturais da política, fortalecendo o vínculo entre educação e democracia. Ademais, também é apresentada uma prática pedagógica realizada no ensino fundamental, focada no Letramento Político por meio da leitura e retextualização de textos legais, como estratégia para despertar o senso crítico e a compreensão das estruturas sociopolíticas. Como desdobramento das experiências vividas na educação básica, o artigo compartilha a trajetória de pesquisa e intervenção pedagógica desenvolvida no Mestrado Profissional da Universidade Federal de Sergipe, culminando em uma

proposta de Letramento e Prática Político-Cidadã. Por fim, socializa uma proposta formativa para o fortalecimento de lideranças jovens em escolas estaduais da região centro-sul de Sergipe, reafirmando a potência da educação cidadã como instrumento de emancipação e construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Abstract

The article presents the construction of a proposal for Citizenship Education and Political Literacy in the context of basic education in public schools in the state of Sergipe. The starting point for the experience is the SerCidadão program, which is linked to the State Network for Citizen Education, highlighting pedagogical practices aimed at training students as subjects of rights and agents of social transformation. The text shows how these actions have promoted the development of critical awareness and the engagement of young people in public life, creating spaces for listening and social participation within the school environment. Based on concrete experience in a public school in the interior of Sergipe, especially in high school, the article details initiatives that bring students closer to the structural dimensions of politics, strengthening the link between education and democracy. In addition, a pedagogical practice carried out in elementary school is also presented, focused on Political Literacy through the reading and retextualization of legal texts, as a strategy to awaken a critical sense and understanding of socio-political structures. As a result of the experiences lived in basic education, the article shares the research and pedagogical intervention developed in the Professional Master's Degree program at the Federal University of Sergipe, culminating in a proposal for Literacy and Political-Citizen Practice. Finally, it shares a training proposal to strengthen young leaders in state schools in the south-central region of Sergipe, reaffirming the power of citizen education as an instrument of emancipation and the construction of a more just and democratic society.

Este artigo apresenta a construção de uma proposta de Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da educação básica em escolas públicas do estado de Sergipe. A experiência parte do programa SerCidadão, articulado à Rede Estadual de Educação Cidadã, e evidencia práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã crítica de estudantes enquanto sujeitos de direitos e agentes de transformação social. O texto destaca como essas iniciativas têm impulsionado a formação de cidadãos conscientes e engajados na sociedade, criando condições de participação social. No decorrer deste artigo, há o detalhamento da vivência concreta da educação política em uma escola pública do interior de Sergipe, com ênfase nas ações realizadas no ensino médio. Além disso, apresento uma prática pedagógica desenvolvida no ensino fundamental, voltada para o Letramento Político, demonstrando como é possível mobilizar textos legais e dispositivos curriculares para despertar nos estudantes o senso crítico e a compreensão das estruturas sociopolíticas que os cercam. Como desdobramento dessas experiências na educação básica, o artigo também compartilha a trajetória de pesquisa e intervenção pedagógica no Mestrado Profissional da Universidade Federal de Sergipe, por meio do desenvolvimento de uma proposta de Letramento e Prática Político-Cidadã. Por fim, socializa uma proposta formativa voltada à formação de lideranças jovens, atualmente em curso em escolas estaduais da região centro-sul do estado, reafirmando a potência da educação cidadã como caminho para a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Do programa “Ser Cidadão” à Rede Estadual de Educação Cidadã

O Programa *Ser Cidadão*, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEDUC), surge como uma proposta inovadora de Educação Cidadã com o objetivo de formar jovens do Ensino Fundamental e Médio para o exercício pleno da cidadania. Idealizado por Isabela Mazza e com base no artigo 205 da Constituição Federal,

que garante a educação como direito de todos, o programa busca fortalecer a consciência cívica dos estudantes, preparando-os para compreender o Estado Democrático de Direito e o conjunto de direitos e deveres individuais e coletivos que estruturam a cidadania, tendo em vista a participação social e política de maneira ética e responsável em todas as dimensões da vida comum. A iniciativa também se alinha aos preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reforçando a importância da educação para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Cientes de que a efetividade da democracia depende, em grande medida, da participação ativa e consciente de seus cidadãos, o programa *Ser Cidadão* propõe-se a promover conhecimento teórico sobre direitos e deveres, mas também a prática de uma cidadania responsável e solidária. Para tanto, a metodologia adotada considera as especificidades de cada território, reconhecendo as diferentes realidades e necessidades dos jovens sergipanos. Desse modo, a participação da juventude no processo político e social se torna um objetivo central do programa, que busca estabelecer um vínculo entre os estudantes e a política local, estadual e nacional, por meio de atividades práticas como visitas guiadas a órgãos públicos e diálogos com personalidades políticas do estado.

A implementação do programa tem gerado resultados significativos, inclusive no início do mês de abril do corrente ano, foi publicada uma portaria de nº 2706/2025 que institui o programa SerCidadão no âmbito da Rede Estadual de Ensino, ou seja, uma iniciativa que estava em parte das escolas da Rede Estadual, a partir da normativa, será implementada em 100% das unidades escolares estaduais de Sergipe. Ademais, o respectivo programa oportunizou a criação da Rede Estadual de Educação Cidadã, que já conta com a participação de professores de 40 unidades escolares. Os educadores participantes têm desenvolvido práticas de educação para a cidadania a partir de abordagens transdisciplinares integradas ao currículo escolar, proporcionando aos alunos uma compreensão profunda do seu papel como cidadãos e a importância de sua inserção na vida pública. O programa representa, assim, um

modelo de educação cidadã que vai além da sala de aula, promovendo a proximidade entre os jovens e os processos democráticos de sua sociedade, estabelecendo um compromisso com a formação de sujeitos mais conscientes, autônomos e engajados com o presente e o futuro do país.

Como professora da Rede Pública Estadual de Educação de Sergipe, tenho um profundo respeito pelo Programa *Ser Cidadão*, já que graças a ele, eu tive a oportunidade de integrar a Rede Estadual de Educação Cidadã em Sergipe e contribuir com a sua expansão. Em 2023, por meio de um convite da técnica da SEDUC, Isabela Mazza, que entrou em contato comigo por indicação de um professor da capital que conheceu o meu trabalho com jovens do Ensino Médio, eu conheci a Rede e aceitei a proposta de fazer parte dela. Esse convite foi o primeiro passo para uma jornada que me levou a propor a expansão dessa educação para toda a região Centro-Sul do estado, com o objetivo de transformar a realidade de nossos jovens.

O trabalho que estamos realizando em Sergipe é, sem dúvida, uma grande realização coletiva, fundamentada no compromisso e na colaboração mútua. A rede de educadores, gestores e jovens tem se fortalecido a cada ação, a cada passo dado, e, com o tempo, estamos vendo o impacto dessa educação transformadora na vida dos estudantes. A proposta de Educação para a Cidadania, além de formar cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, tem aproximado os jovens das questões que impactam diretamente suas vidas e suas comunidades. É com muita alegria e orgulho que compartilho o que temos feito, como temos feito e, sobretudo, onde desejamos chegar: um país mais participativo, democrático e com jovens cada vez mais preparados para exercer sua cidadania de forma plena.

A educação política no contexto do Ensino Médio de uma escola do interior de Sergipe: projeto Conexão Cidadã

A educação política nas escolas, sobretudo no Ensino Médio, deve ocupar lugar de centralidade nos debates curriculares, não como

um conteúdo estanque e isolado, mas como eixo transversal capaz de fomentar o pensamento crítico, a autonomia e a cidadania ativa. Em um cenário cada vez mais complexo, atravessado por polarizações ideológicas, desigualdades sociais e desinformação, formar sujeitos conscientes de seus direitos e deveres é um compromisso ético da educação pública de qualidade. Nesse contexto, nasce o projeto Conexão Cidadã, desenvolvido no Centro de Excelência Professor Abelardo Romero Dantas, como uma iniciativa pedagógica inovadora, ancorada na metodologia de projetos e no compromisso com a formação integral dos estudantes.

Inspirado pela leitura da Coleção *Em Miúdos*, da autora mineira Madu Macedo, o projeto partiu da necessidade de tornar os textos legais acessíveis, compreensíveis e significativos para os jovens. A obra, que retextualiza as principais legislações brasileiras em uma linguagem dialógica e visual, foi ponto de partida para que professores e alunos adentrassem no universo da educação política. Como afirma Silva (2021, p. 49), a leitura precisa acontecer para construir sentidos dentro dos contextos sociais, políticos e culturais – o que, por vezes, tem sido negligenciado no ambiente escolar tradicional. Ao reconhecer os limites da prática pedagógica convencional, que, muitas vezes, se distancia da realidade dos estudantes, nós professores do projeto decidimos ir além dos muros da escola. Após rodas de conversa e estudos coletivos, fomos às ruas da cidade de Lagarto identificar onde e como os direitos previstos na Constituição estavam sendo violados. Essa escuta ativa do território permitiu a construção de uma aprendizagem situada, fundamentada na realidade dos próprios alunos, e representou um passo decisivo para o engajamento genuíno da juventude.

No seu ano inaugural, o *Conexão Cidadã* elegeu como recorte temático a equidade de gênero, com ênfase na formação de jovens mulheres líderes. A escolha foi fruto de um processo democrático e fundamentado na matriz de priorização GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), que ajudou a selecionar, entre os diversos problemas mapeados, aquele que exigia ações mais imediatas e potentes. A temática permitiu que os estudantes compartilhassem vivências, questionassem desigualda-

des e propusessem soluções a partir de suas próprias trajetórias e leituras do mundo. Já no ano de 2024, em meio ao contexto eleitoral, o projeto avançou para um novo patamar de atuação: a criação de um Laboratório de Políticas Públicas coordenado pelos próprios estudantes. O recorte temático daquele ano foi justamente políticas públicas, e, em uma abordagem que aliou teoria e prática. Dessa maneira, os alunos passaram a investigar, por meio de pesquisas e escuta comunitária, os problemas que mais afetavam a população do município de Lagarto. Essa escuta ativa, articulada a mentorias com especialistas convidados, possibilitou um aprofundamento temático raro no contexto da educação básica, corroborando com a premissa de que precisamos formar os jovens para que sejam capazes de intervir conscientemente na esfera pública e problematizar, bem como ressignificar, as estruturas sociais vigentes (ANDRADE; ROZA; DAMACENO, 2022, p. 14).

O processo culminou na elaboração de uma Carta Compromisso, construída coletivamente pela juventude do projeto *Conexão Cidadã*, contendo propostas baseadas em diagnósticos reais e dialogadas com os marcos legais previamente estudados. O documento foi apresentado em um fórum com a presença de mais de 200 jovens, contando com a participação dos candidatos a prefeito do município de Lagarto, num momento político de alta polarização no território. A atitude dos estudantes foi exemplo de maturidade democrática e recebeu destaque em diversos portais de notícia locais, demonstrando o impacto concreto da educação cidadã no tecido social. Mais do que uma prática pontual, o *Conexão Cidadã* consolidou-se como um programa pedagógico contínuo e estruturado. Seu sucesso está atrelado à pertinência dos temas abordados e à forma como se organiza: de maneira colaborativa, com grupos de trabalho. A experiência gerou frutos visíveis, como o aumento no rendimento escolar, maior engajamento em sala de aula e desenvolvimento de habilidades comunicativas, reflexivas e propositivas. O nosso trabalho em Sergipe evidencia a importância da Educação Política dentro da escola (COSSON, 2010, 2011; DANTAS, 2010; DANTAS E CARUSO, 2011; DANTAS, COSSON e ESTRAMANHO, 2015).

Em síntese, o projeto *Conexão Cidadã* demonstra que é possível fazer Educação Política no Ensino Médio de maneira ética, crítica, participativa e eficaz. Ao articular leitura de textos legais, escuta do território, metodologias ativas e diálogo com o contexto social e político, a escola transforma-se em espaço de formação cidadã plena. A experiência aponta caminhos para uma educação mais justa, democrática e transformadora – uma educação que reconhece os jovens aprendizes como sujeitos históricos capazes de intervir e construir novos futuros.

Letramento Político no Ensino Fundamental

O letramento político, enquanto prática educativa voltada à formação crítica e cidadã dos sujeitos, tem se consolidado como uma necessidade urgente diante dos desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade brasileira. No contexto do Ensino Fundamental, essa abordagem torna-se ainda mais relevante, considerando-se a etapa de formação identitária e social dos estudantes. A experiência pedagógica aqui relatada foi desenvolvida por mim em uma turma do 9º ano C do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, na cidade de Lagarto/SE, e teve como eixo estruturante a leitura crítica da obra *Constituição em Miúdos I*, com o objetivo de fomentar o protagonismo juvenil e a apropriação consciente dos direitos e deveres constitucionais.

A proposta teve como objetivo geral promover o letramento crítico-social a partir da leitura da *Constituição em Miúdos I*, ampliando o repertório dos estudantes e preparando-os para o exercício efetivo da cidadania. Para tanto, foi elaborada uma sequência didática que integrou múltiplas linguagens – textual, audiovisual, gráfica e oral —, de maneira a diversificar os modos de apreensão e expressão dos saberes trabalhados. A metodologia adotada contemplou momentos de leitura, apreciação estética, debate, escrita criativa, escuta ativa e intervenção social, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e dialógico.

A primeira etapa do trabalho consistiu em avaliar o conhecimento prévio dos estudantes acerca da Constituição Federal, além de in-

troduzi-los ao contexto histórico e aos princípios fundamentais que regem a Carta Magna de 1988. Utilizando-se da organização da sala em formato de círculo, o espaço foi intencionalmente pensado como locus de escuta e partilha. Após esse levantamento inicial, foram apresentados os exemplares da Constituição Federal e da obra *Constituição em Miúdos I*, além da exibição do vídeo “Constituição Cidadã”, o que contribuiu para o despertar da curiosidade e da consciência histórica dos estudantes.

Nas etapas seguintes, os alunos foram convidados a explorar a releitura da Constituição proposta por Madu Macedo. A escuta de uma mensagem gravada pela própria autora permitiu humanizar a leitura e aproximar os estudantes do projeto de democratização do acesso ao texto constitucional. A leitura compartilhada de trechos selecionados da obra foi seguida de sínteses orais e produções gráficas, como a elaboração de uma nuvem de palavras com base nas situações reais vivenciadas pelos estudantes e suas comunidades, revelando assim a potência do texto legal quando mediado por práticas significativas.

Para Cosson (2011),

Todo letramento político só se efetiva quando promove práticas que tratam das habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, à participação decisória, à resolução pacífica de conflitos, ao viver em uma comunidade em que se reconhece igualmente o direito de cada um, em que há respeito pelo outro. Todo letramento político deve ser guiado por valores ou atitudes que sustentam e favorecem a vida democrática, tais como tolerância, diversidade nas relações sociais, interdependência, igualdade, equidade e liberdade (COSSON, 2011, p. 10).

O projeto ganhou corpo e profundidade e os estudantes foram desafiados a identificar problemas sociais concretos que evidenciassem a negligência da Constituição em suas comunidades. Esses problemas foram retextualizados em histórias em quadrinhos (HQs), nas quais os alunos exerceram sua criatividade e senso crítico para representar e de-

nunciar as situações de descumprimento dos direitos fundamentais. A referida prática está amparada na proposta defendida pelo GNL, ao destacar a importância do caráter democrático das instituições escolares que devem assegurar uma trajetória que faça sentido para os sujeitos em formação:

Em resposta às mudanças radicais que estão em curso na vida profissional, precisamos trilhar um caminho cuidadoso, que ofereça aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades para o acesso a novas formas de trabalho por meio do aprendizado da nova linguagem de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, como professores, nosso papel não é simplesmente ser tecnocratas. Nosso trabalho não é produzir trabalhadores dóceis. Os alunos precisam desenvolver a capacidade de falar abertamente, de negociar e de se envolver criticamente com as condições de suas vidas profissionais (GNL, 2021, p. 111).

Com base nas discussões anteriores, os alunos iniciaram o planejamento coletivo para a produção de um podcast, cujo roteiro foi elaborado de forma colaborativa. A proposta foi convidar uma liderança local ou uma figura significativa da comunidade escolar que tivesse relação com a luta por direitos e a vivência da cidadania. Esse movimento visou ampliar os horizontes dos estudantes, conectando o conteúdo trabalhado em sala com a realidade do seu entorno, valorizando os saberes locais e fortalecendo o vínculo escola-comunidade. Isso vai ao encontro do que afirma Dantas (2010) que associa a democracia à participação política e à educação.

A experiência foi marcada por entusiasmo, responsabilidade e envolvimento, demonstrando o quanto os estudantes são capazes de realizar ações de impacto quando mobilizados por metodologias participativas. Assim, a experiência desenvolvida no Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes reafirma a importância da escola como espaço de formação cidadã. O uso de textos legais acessíveis, como a *Constituição em Miúdos I*, aliado a estratégias metodológicas que valorizem a escuta, a criação

e o protagonismo juvenil, mostra-se eficaz para a promoção do letramento político. É preciso, portanto, continuar investindo em práticas educativas que despertem a consciência crítica e fomentem o desejo de transformação social entre os nossos estudantes.

[...] podemos inferir que a escola deve formar cidadãos que reconheçam as contradições da vida social e se vejam como parte delas; que se percebam capazes de reescrever e reelaborar as demandas do mundo que os cerca; que reflitam sobre a natureza dos preconceitos, das opressões, das injustiças e, como agentes transformadores, possam desnaturalizar tais sistemas de dominação (ANDRADE, ROZA; DAMACENO, 2022, p. 15).

Da Educação Básica à Universidade Federal: Letramento e Prática Política-cidadã no Mestrado Profissional

A partir desse trabalho com Letramento Político no Ensino Fundamental, uma experiência educativa que vem rompendo barreiras e provocando reflexões potentes sobre o papel da escola pública na formação cidadã, eu decidi levar essa prática pedagógica para a universidade como objeto de pesquisa acadêmica do meu mestrado. Sendo assim, a proposta central da investigação foi o Letramento Político na educação básica como ferramenta de formação crítica e emancipatória da juventude.

O mestrado, no formato profissional, cumpriu, nesse contexto, uma função essencial: permitir que uma experiência pedagógica nascida na escola pública ganhasse corpo teórico, legitimidade acadêmica e visibilidade institucional. Diferente dos mestrados acadêmicos tradicionais, o mestrado profissional reconhece o valor da prática docente como campo de produção de conhecimento e de transformação social. Assim, essa ponte entre escola e universidade rompe a lógica da subalternidade histórica da educação básica frente ao saber universitário. Ao trazer a escola pública para o centro do debate acadêmico, o mestrado profissional

reafirma a potência do cotidiano escolar como lugar de pesquisa, de criação e de protagonismo docente.

Desse modo, compreendo que o espaço escolar, especialmente quando mobilizado por uma proposta de Letramento Político, deve ser atravessado pelas vozes dos estudantes, suas histórias, demandas e sonhos. É nesse território que se forja a possibilidade de contribuir para o pleno exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia (COSSON, 2011). Nessa perspectiva, é fundamental que o Letramento Político não se restrinja ao campo das produções científicas e acadêmicas, mas que também seja pensado, discutido e vivenciado a partir do contexto da educação básica. Se desejamos formar sujeitos comprometidos com o bem comum e com os valores democráticos, é imprescindível iniciar esse processo a partir do lugar em que a juventude se encontra: a escola. Ao mesmo tempo, é imprescindível articular essa prática ao papel social da universidade, que precisa produzir conhecimento situado e comprometido com a transformação social, devolvendo à sociedade saberes que a sirvam e a impulsionem na construção de um projeto coletivo mais justo e equitativo.

O Letramento Político, portanto, surge nessa experiência como um direito formativo que deve ser garantido desde os primeiros anos da educação básica. A escola pública, nesse contexto, assume o compromisso de formar cidadãos críticos, incentivando os estudantes a refletirem sobre o mundo ao seu redor, a compreenderem como o poder se organiza em suas vidas e a agirem de forma consciente diante das desigualdades e injustiças sociais (FREIRE, 1987). Nesse sentido, a experiência desenvolvida em Lagarto comprova que é possível promover essa formação, mesmo diante de desafios estruturais e limitações históricas. Com criatividade, compromisso e apoio institucional, construímos um caminho educativo que pode (e deve) ser replicado em outras realidades. Trata-se de um exemplo vivo de que a educação é, de fato, o ponto de partida para a mudança social, especialmente quando dialoga com os saberes e vivências dos territórios. Dessa forma, foi de grande importância, enquanto professora, compreender durante o mestrado que,

embora já praticasse o letramento político há algum tempo, só percebi plenamente sua abrangência e relevância quando cheguei ao mestrado. Isso porque a formação inicial não nos prepara para essa prática, e foi no ambiente acadêmico que pude dar nome e compreender a profundidade dessa abordagem, como também afirmar sua centralidade na formação de cidadãos engajados. Vale ressaltar o que Cosson (2011) nos ensina:

Outro requisito é oferecer aos alunos experiências positivas de participação democrática, cuidando para que essa experiência não leve à frustração. Para desenvolver as competências, o conselho dos estudiosos é no sentido de estimular os alunos a se engajarem em projetos reais ao mesmo tempo a participarem de simulações e oficinas que lhes forneça habilidades e conhecimentos. Com referência às conexões democráticas, é fundamental que o estudante perceba que sua ação não é individual, mas sim social. Ao conscientizar-se de como proceder, a recomendação do conselho é integrar o aluno em uma comunidade da qual possa participar ativamente (COSSON, 2011, p. 55).

Portanto, esse trabalho é um convite para repensarmos o papel da escola pública na formação política da juventude e uma convocação para que a universidade continue abrindo portas para as práticas transformadoras que nascem nas salas de aula do Brasil. Espera-se que o letramento político não seja exceção, mas parte integrante do currículo e da vida escolar de todas as crianças e jovens do país.

Uma decisão acertada: o caso da Diretoria Regional Educação 2 (DRE2)

A região Centro-Sul do estado de Sergipe tem vivenciado, nos últimos anos, uma transformação silenciosa, porém potente, no campo da educação para a cidadania. O que começou como uma experiência pedagógica conduzida por mim e outros dois colegas da rede

pública estadual, hoje se consolidou como um movimento regional em defesa da educação para a cidadania nas escolas. O que era uma prática isolada tem se constituído como um programa de formação de lideranças jovens. O respectivo programa visa formar estudantes do ensino fundamental e médio em temas ligados à cidadania, à democracia, à leitura crítica das leis e à participação ativa nos espaços públicos. Sendo assim, com a participação de professores, gestores e comunidades locais, a iniciativa articula teoria e prática, promovendo ações formativas, rodas de conversa, produção de materiais autorais e visitas a espaços públicos que, historicamente, não são acessados pela maioria da população.

A decisão da DRE2 em abraçar a educação para a cidadania como política pedagógica regional revela a importância de se reconhecer e fortalecer propostas que nascem da base da escola pública. Mais do que uma ação pontual, trata-se de um posicionamento político e pedagógico que enxerga os jovens como sujeitos de direitos e como agentes de transformação da sociedade. A experiência da DRE2 comprova que, quando se aposta na formação crítica desde a educação básica, os resultados extrapolam os muros da escola. Nessa perspectiva, há um fortalecimento das redes de proteção social, uma revalorização do papel dos professores e uma reconstrução do vínculo entre educação e democracia. O caso da DRE2 é, sem dúvida, um exemplo de decisão acertada. A escolha por investir na formação político-cidadã, em um tempo de tantos retrocessos democráticos, representa um ato de coragem e compromisso com o futuro. Ao afirmar que a cidadania se aprende, se vive e se ensina desde cedo, essa iniciativa reposiciona a escola pública como protagonista na formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes.

Mais do que uma política pedagógica, o que está em curso na região Centro-Sul de Sergipe é um movimento de esperança, uma esperança que se constrói no cotidiano escolar, nos encontros formativos, nas palavras que ganham sentido novo e nos olhares que descobrem, pela primeira vez, o que significa ser cidadão. O programa desenvolvido pela DRE2 configura-se como uma proposta formativa voltada tanto

para professores quanto para estudantes, articulando temáticas fundamentais como educação para a cidadania, letramento político, políticas públicas, comunicação e liderança. A iniciativa parte do princípio de que a formação cidadã deve ser construída coletivamente, a partir dos territórios e das realidades vividas nas comunidades escolares. Assim, por meio de metodologias ativas e de uma abordagem prática e participativa, as escolas envolvidas são desafiadas a desenvolver projetos inovadores e criativos de impacto social, com o objetivo de atender às demandas locais e fortalecer o protagonismo juvenil. Essa proposta reafirma o papel da escola pública como espaço de formação integral e de transformação social, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Para a efetivação do programa, a DRE2 já firmou parcerias estratégicas com diversas instituições que reconhecem a importância de investir em uma educação voltada para a cidadania. Duas universidades – uma pública e outra privada –, além de duas organizações não governamentais, a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo, já integram oficialmente o plano de trabalho da iniciativa, com ações confirmadas e alinhadas aos objetivos do programa. Essa coalizão interinstitucional é fundamental para o fortalecimento de uma educação cidadã, pois amplia as possibilidades de atuação formativa, integra saberes e práticas de diferentes setores da sociedade e reafirma o compromisso coletivo com a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos. Trata-se de um movimento potente de articulação entre escola, universidade, poder público e sociedade civil, que reconhece a educação como eixo estruturante para a construção de um outro futuro possível.

Conclusão

Em síntese, com base nas experiências vivenciadas e analisadas ao longo deste artigo, é possível afirmar que a educação para a cida-

dania, quando concebida a partir dos territórios e das realidades socio-culturais dos sujeitos envolvidos, consolida-se como uma potente estratégia de transformação social. A experiência sergipana evidencia que é plenamente viável implementar políticas públicas educacionais que alcancem a educação básica com intencionalidade formativa voltada ao fortalecimento da consciência crítica, da participação democrática e da intervenção qualificada dos estudantes em suas comunidades. Espera-se, portanto, que este artigo reforce a urgência de incorporar, nos currículos de outras redes de ensino, práticas sistemáticas de educação para a cidadania, educação política, letramento político como eixos estruturantes da formação cidadã.

Enquanto professora da rede pública estadual e pesquisadora comprometida com a formação de sujeitos políticos, reafirmo que as ações implementadas em Sergipe apontam para um novo paradigma da educação pública: aquele que compreende a escola como espaço fundamental na consolidação de uma cultura democrática. Mesmo diante de desafios estruturais, é possível conceber e executar políticas educacionais inovadoras, que valorizem o saber docente, fomentem parcerias interinstitucionais e coloquem os estudantes no centro do processo de aprendizagem crítica. A institucionalização da educação para a cidadania como política pública nacional é, portanto, um passo necessário e urgente. Afinal, educar para a cidadania é, antes de tudo, acreditar que a escola pública pode e deve ser um espaço de resistência, de emancipação e de esperança.

Ademais, é imprescindível reconhecer que a consolidação de uma educação voltada à cidadania exige investimento contínuo em formação docente, interdisciplinaridade curricular e fortalecimento das práticas pedagógicas centradas no diálogo e na escuta ativa. Não podemos permitir que a vivência democrática na escola se restrinja a eventos pontuais ou projetos isolados, ao contrário, deve constituir-se como prática cotidiana, enraizada na gestão escolar, no planejamento didático e nas relações interpessoais. Assim, o compromisso com a formação de sujeitos históricos e críticos precisa ser assumido coletivamente. Logo, a

construção de uma escola verdadeiramente democrática é um projeto político-pedagógico que demanda coragem, engajamento e uma visão transformadora da educação pública. Sigamos, então, em Sergipe e para além do nosso estado construindo uma educação para a cidadania com compromisso e engajamento social.

Referências

ANDRADE, A. de M.; ROZA, E. S.; DAMACENO, T. M. dos S. S. **Gêneros da Linguagem: Intersemioses e Práticas de Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.

COSSON, R. Letramento Político: Trilhas Abertas Em Um Campo Minado. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, n. 7, p. 49-58, 2011.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, n. 3, p. 25-36, 2010.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer XI**, no3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPO NOVA LONDRES. Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais. **Revista Linguagem em Foco**, v. 13, n. 2, 2021. p. 101-145.

Humberto; COSSON, Rildo; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, Cristiane Brum e SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo (Org.). **Comunicação, educação e democracia no legislativo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

DANTAS, Humberto e CARUSO, Vinicius. Politização nas Escolas: o quando os jovens compreendem essa demanda?. **E-legis**, Brasília, n.7, p. 22-33, 2º semestre 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Senado Federal. Constituição em Miúdos I. In: MACEDO, M. **Constituição em Miúdos**. 5. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL, Lei nº 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.

SILVA, G. E. A. Desenvolvimento do letramento crítico: possíveis caminhos a partir de contribuições da pedagogia crítica, da análise crítica do discurso e da exploração de inferências. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2021.

Cleciane Santos Alves é professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Educação de Sergipe e professora pedagoga da Rede Municipal de Educação de Lagarto/SE. Graduada em Letras e Pedagogia, especialista em “Alfabetização e Letramento” e “Metodologias Ativas aplicadas ao ensino”, mestra pela Universidade Federal de Sergipe em “Estudos da Linguagem e Práticas Sociais”, com pesquisa voltada para o “Letramento Crítico e a Prática Político-Cidadã”. Para além disso, é cronista, gestora de projetos educacionais, formadora de professor, membro das Redes Nacional e Estadual de Educação Cidadã, ativista social e coordenadora dos projetos “Conexão Cidadã”, “Vocalizando o Silêncio” e “Lidera Aí”. A educação para ela é mais do que profissão, é causa.

Rede de organizações para o desenvolvimento de ações de educação política em ambiente virtual

Humberto Dantas
Renato Eliseu Costa

Resumo

Desde 2008, a Fundação Konrad Adenauer do Brasil desenvolve ou apoia cursos de iniciação política em ampla rede de parcerias. Inicialmente, até 2020, tais ações eram presenciais e, principalmente, atendiam jovens de ensino médio de escolas públicas da Grande São Paulo. A partir da pandemia, a iniciativa se concentrou no plano virtual e pôde ser observada em dois formatos. O primeiro, associado à continuidade adaptada dos cursos presenciais diante do distanciamento social. O segundo, sob o formato de um curso robusto, composto por quatro módulos, que durou entre 2023 e 2024. Este artigo busca compreender características das atividades desse biênio por meio de dados de presença, adesão e conclusão, bem como a partir de avaliações e formulários de pesquisa. Será possível notar que as ações se voltaram para pessoas com afinidade à política, o que não arrefece o compromisso com o amadurecimento da democracia a partir da educação política.

Abstract

Since 2008, the Konrad Adenauer Foundation of Brazil has been developing or supporting political initiation courses in a wide network of

partnerships. Initially, until 2020, these actions were face-to-face and mainly served high school students from public schools in Greater São Paulo. Since the pandemic, the initiative has focused on the virtual level and can be observed in two formats. The first, associated with the adapted continuity of face-to-face courses in the face of social distancing. The second, in the form of a robust course, made up of four modules, which lasted from 2023 to 2024. This article seeks to understand the characteristics of the activities during this two-year period using attendance, enrollment and completion data, as well as evaluations and survey forms. It will be possible to note that the actions were aimed at people with an affinity for politics, which does not dampen the commitment to the maturing of democracy through political education.

Introdução

Entre 2008 e 2020, a Fundação Konrad Adenauer (KAS) do Brasil apoiou diretamente a realização de cursos livres de Iniciação Política. O programa era único, composto por três encontros, cuja duração, ao longo da história, variou entre três horas e 90 minutos por aula. As principais temáticas tratadas estavam associadas à Democracia, à Cidadania e à organização do Estado brasileiro. Entre 2009 e 2019, sob o mesmo formato padrão, formaram-se 11.393 pessoas.

Em 2008, ocorreu apenas uma turma piloto em Guarulhos-SP. Até o início de 2020, as ações ocorreram de forma presencial, concentradas na Região Metropolitana de São Paulo e, inicialmente, em equipamentos públicos da Secretaria Estadual da Justiça. Adiante, as atividades foram deslocadas para escolas de Ensino Médio da rede pública, envolvendo, em etapas posteriores, projetos sociais e escolas do parlamento de cidades do entorno da capital paulista. Exceções, com turmas realizadas na Baixada Santista e na Região Metropolitana de Campinas ocorreram ao longo de toda a trajetória das ações presenciais.

A pandemia do Covid-19 trouxe uma nova realidade às atividades, que passaram a se concentrar em ambiente virtual. A principal alteração

aqui está associada ao público-alvo: entre 2008, ano da experiência piloto, e 2010 o projeto esteve voltado a lideranças comunitárias de projeto da Secretaria de Justiça paulista, em parceria com a escola do parlamento da Assembleia Legislativa de São Paulo; a partir de 2011 os cursos se voltaram para jovens de Ensino Médio e foram inseridos nas atividades escolares regulares até o ano seguinte; entre 2013 e 2014, as ações se destinaram exclusivamente para as grades de atividades de projetos sociais parceiros que atendiam jovens de 15 a 18 anos. Até aqui, eram realizadas dez turmas anuais, mas em 2015 um aporte extra de recursos permitiu a expansão das atividades para 20 turmas anuais, número que até 2019 foi mais do que dobrado e representou a volta do atendimento a escolas públicas de Ensino Médio e o envolvimento de escolas do Legislativo no rol de organizações parceiras. A partir de 2020, com a ocorrência da pandemia, o oferecimento dos cursos passou a ser on-line, com as inscrições abertas na internet e ampla rede de entidades envolvidas na disseminação das atividades. Toda essa trajetória está descrita de forma acurada em diversos artigos, com destaque para Dantas et.al (2010), Dantas (2016) e Dantas e Melo (2021).

Uma rede de parcerias para o desenvolvimento das atividades sempre foi característica marcante dos cursos de política aqui descritos. A primeira delas envolvia, predominantemente, os Centros de Integração da Cidadania (CIC's), programa da Secretaria da Justiça paulista; o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), escola da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; a Fundação Konrad Adenauer e a Fundação Mario Covas. O envolvimento de escolas públicas não representou a entrada da Secretaria de Educação de São Paulo na rede, pois os contatos com as unidades atendidas eram feitos, direta e inicialmente, pelo CIC, programa da pasta de Justiça. Adiante, a Secretaria deixou o projeto, assim como também a Fundação Mario Covas. Mais tarde, o ILP também se afastaria.

Uma nova configuração de parcerias, redesenhada principalmente entre 2013 e 2015, uniu a Fundação Konrad Adenauer, o Movimento Voto Consciente, o Banco Itaú e uma série de parceiros pontuais para

a realização das atividades. Eram escolas públicas, projetos sociais do terceiro setor, escolas do parlamento de câmaras municipais etc. A associação entre a instituição financeira e a KAS permitiu uma expressiva expansão do número de turmas a partir de 2015. Se inicialmente as ações eram realizadas em dez locais diferentes, em 2015 o projeto dobrou de tamanho, e em 2019 foram concluídas 42 turmas.

O ano de 2020 começou com quatro cursos presenciais até meados de março, sendo realizados em uma escola pública para estudantes do terceiro ano do Ensino Médio em São Bernardo do Campo (duas turmas), em um projeto de educação ambiental da Prefeitura de São Paulo e na Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Santos. O isolamento social impediu a continuidade das atividades em seu formato tradicional. Quando retomadas as ações, em junho, foi possível agendar mais 30 turmas on-line, com destaque para a disseminação das atividades para o interior de São Paulo a partir de câmaras municipais e do Legislativo estadual, para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para a Câmara Municipal de Pouso Alegre-MG, para a rede da plataforma de educação política “Politize” e para alguns projetos sociais parceiros que conseguiram manter suas atividades educativas. Foi o último ano de tais atividades.

Entre 2021 e 2022, as ações associadas a este projeto foram interrompidas, sendo o principal motivo a distância bastante significativa entre um volume expressivo de inscrições em cursos dessa natureza e o total, bastante reduzido, de presenças registradas e conclusão das atividades. O uso de recursos considerados estratégicos não parecia condizente com o desafio associado à expressiva adesão às atividades contraposto à baixa participação. O tempo tratou de mostrar que uma atividade gratuita e disseminada livremente pela internet, tem como característica central grande número de inscrições e baixo volume de comparecimentos. A despeito de tal percepção mais ampla, um elemento precisa ser destacado: a distância entre o comparecimento a pelo menos uma aula e o total de formados não era grande com base nas ações de 2020, o que sugeria que se havia alta quantidade de não adesão dos inscritos, o mes-

mo não ocorria a partir do contato do interessado com ao menos uma aula. Tal sentimento foi reforçado a partir de avaliações extremamente positivas das atividades por parte dos formados, com resultados bastante expressivos.

Diante de tais aspectos, com a participação da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, uma nova rede de parceiros foi formada para o desenvolvimento de ações de educação política em universo virtual. O objetivo deste artigo é descrever as atividades do biênio 2023-2024 no que diz respeito às suas características e resultados. Para tanto, a descrição do novo projeto ocupará a parte seguinte. Adiante, serão trazidos resultados das ações, promovendo-se uma reflexão associada ao total de inscritos, envolvidos, formados, percepções gerais do público-alvo sobre política e avaliações das atividades. Findada esta parte, uma conclusão será apresentada. O objetivo desse trabalho é descritivo, e não se pautará em hipóteses e análises a serem testadas de forma aprofundada. Busca-se aqui, apenas, desvendar as características e os resultados gerais do projeto, registrando academicamente o que se desenvolveu.

Características gerais do projeto

A rede de organizações envolvidas nesta nova etapa das ações de formação política, para além da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, tinha o Movimento Voto Consciente, a Escola de Ensino Superior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FipeEES) e o Banco Itaú. Cada parte deste coletivo tinha consigo funções específicas no projeto. A KAS é a editora do livro eletrônico, e gratuito, “Educação Política e Políticas de Educação” (DANTAS e LUZ, 2021) que serviu de base para um programa extenso de aulas, bem diferente do curso composto por três encontros do período de 2008 a 2020. O Movimento Voto Consciente ofertou a composição das peças de divulgação de cada curso para as redes sociais e trouxe consigo parte de uma extensa rede de professores envolvidos na publicação da KAS, que se prontificou a participar das ações on-line na qualidade de docentes. A FipeEES, faculdade recém-criada no

âmbito de uma fundação com mais de 50 anos de história em projetos de pesquisa e educação, disponibilizou toda estrutura para inscrições e emissão de certificados a partir do controle das presenças, assim como ofereceu a conta na sala de aula virtual utilizada e a sua estrutura de secretaria para acompanhar todas as atividades ao longo de dois anos. Por fim, o Itaú patrocinou as atividades com recursos que auxiliaram o Movimento Voto Consciente, e remuneraram os professores e a coordenação do curso. Todas as instituições envolvidas, dentro de suas possibilidades, contribuíram para a divulgação das atividades do projeto.

A primeira grande diferença desta ação para os cursos descritos na seção anterior está associada aos conteúdos. Enquanto o projeto que durou de 2008 a 2020 possuía três aulas em diversas ações iguais ao longo de cada ano, aqui foram criados quatro módulos temáticos compostos por quatro encontros cada um em periodicidade semanal. Assim, o programa era composto por 16 aulas, divididas igualmente em quatro módulos. Em 2023, cada aula tinha 120 minutos, tempo que foi reduzido para 90 minutos na edição de 2024 sem alterações das temáticas. No Quadro 1 é possível verificar a programação de cada um dos módulos com os respectivos títulos de suas aulas.

QUADRO 1, Módulos e aulas dos cursos de Política – 2023-2024

Módulo 1 – Princípios Gerais da Política	Módulo 2 – Estado e Políticas Públicas no Brasil	Módulo 3 – Legislativo, Política e Partidos	Módulo 4 – Estratégias Políticas e Comunicação
1 – História do pensamento político brasileiro	1 – Estrutura do Estado e burocracia	1 – Introdução ao processo legislativo e orçamentário	1 – Marketing político e estratégia eleitoral
2 – Estrutura do Estado brasileiro	2 – Participação popular, transparência e controle	2 – Política no nível subnacional – estados e municípios	2 – Representação de interesses, lobby e advocacy
3 – Democracia, cidadania e educação	3 – Direitos sociais, políticas públicas e desigualdade	3 – Governabilidade na realidade brasileira	3 – Opinião pública, pesquisas e análises
4 – Teoria política – por que estudar os clássicos	4 – Justiça, Judiciário e judicialização	4 – Sistema eleitoral e partidário no Brasil	4 – Mídia, comunicação e política

Outra característica relevante das atividades esteve associada ao corpo docente. Se os cursos realizados presencialmente na Grande São Paulo praticamente restringiam as ações ao universo de profissionais

que vivem em tal localidade, a ação on-line trouxe diversidade ao grupo de professores. Tendo por base o local de moradia, em 2023, das 32 aulas ministradas, 18 foram realizadas por professores que vivem no Estado de São Paulo, seis por docentes do Distrito Federal, seis por profissionais que residem no Nordeste, com divisão idêntica entre Bahia, Piauí e Pernambuco, e duas aulas foram realizadas diretamente do Rio de Janeiro. Em 2024, houve maior concentração paulista, com 24 das aulas sendo ministradas do estado, e Pernambuco, Distrito Federal, Bahia e Rio de Janeiro se distribuindo em dois compromissos cada localidade. A piora na diversidade, ainda assim, revela uma possibilidade importante e explorada nos cursos.

Tal preocupação se fortalece em relação ao público-alvo, tendo em vista o fato de que as ações virtuais passaram a permitir a participação de pessoas distribuídas por todo o país, bem como de fora dele. Assim, por exemplo, nos 32 módulos realizados em dois anos, excetuando o Amapá, todos os estados estiveram representados com ao menos uma adesão e seis inscrições foram feitas por pessoas que afirmavam viver fora do Brasil – mais detalhes dos resultados serão tratados na seção seguinte.

O modo de participação era bastante simples. A partir da disseminação de material padronizado de divulgação pelas redes sociais dos parceiros, com quinze dias de antecedência em relação à primeira aula, o interessado acessava um link onde dois blocos de dados eram solicitados: informações pessoais básicas, incluindo contatos necessários para o envio dos links das aulas, e perguntas atreladas ao interesse e à opinião da pessoa interessada por política. Respondido o formulário, dias antes do início do curso os inscritos recebiam o endereço virtual para a participação. O sistema escolhido para as aulas foi o Zoom, e no primeiro módulo de 2023 foram disponibilizadas 150 vagas. Como notou-se quebra expressiva entre o total de inscritos e as presenças, logo na primeira experiência, para além de aprimoramentos associados à comunicação das aulas, o total de vagas foi elevado para 200, e permaneceu desta forma até o final de 2024.

Importante notar que a partir do módulo 2 do primeiro semestre de 2023, os participantes presentes no terceiro encontro do curso corrente tinham acesso antecipado ao link de inscrição do módulo seguinte. Isso ocorreu no módulo 1 em relação ao módulo 2, no 2 em relação ao 3 e no 3 em relação ao 4 durante praticamente dois anos. O intuito foi garantir espaço de participação a quem se mostrou mais assíduo, presente e interessado nas atividades. Estes alunos tinham entre 24 e 48 horas de antecipação para a garantia de suas respectivas vagas. Curiosamente, sem que se note algo capaz de explicar o motivo, ao longo dos cursos ocorreram instantes em que o limite de vagas chegou a ser superado, inclusive em poucos dias, por questões de extrema procura, e momentos em que a adesão ficou bastante abaixo do limite máximo estabelecido.

Em sala, optou-se por dar voz apenas para o docente, uma vez que um excessivo número de participantes em lógica heterogênea poderia causar problemas de participação e convivência. Isso não impedia os presentes de utilizarem o chat para a digitação de comentários com dúvidas, observações e solicitações. Ao longo dos dois anos, e a despeito de um clima acentuado de polarização política vivido no país, não foi relatada pelos docentes qualquer participação que tenha causado constrangimento ou demandado atitudes mais extremas de exclusão ou mesmo chamada de atenção. O que se notou foi um clima de solicitação de conceitos, conteúdos e disposição para a apresentação de questões e comentários bastante pertinentes.

As aulas foram gravadas apenas para fins de registros das atividades aos parceiros envolvidos, e tais materiais não foram disponibilizados, nem mesmo, para os matriculados ausentes. A aferição de presença foi feita com base no seguinte cálculo: a pessoa precisava estar presente em sala por mais de 80% do tempo do encontro, e para receber o certificado do curso três ações eram essenciais: a inscrição, a presença em ao menos três das quatro aulas de cada módulo com base nos critérios estabelecidos e o preenchimento do formulário de avaliação do curso disponibilizado ao término da quarta aula de cada curso, que repetia parte expressiva das perguntas do instante de inscrição e adicionalmen-

te buscava a opinião/avaliação do participante sobre o curso como um todo. Os dados quantitativos de inscritos, presentes e concluintes serão destacados na seção dos resultados, a seguir.

Cumpridas todas as condições para a conclusão de cada curso, o participante recebia, por e-mail, um certificado de extensão universitária em formato PDF emitido pela Fipeees com um total de 16 horas de atividades acadêmicas. Com base nas informações aqui registradas, o projeto desenvolvido ao longo de dois anos foi descrito. No começo de 2025, por razões de natureza estratégica, o banco informou que não renovaria o apoio ofertado aos cursos. A rede foi temporariamente desfeita, os professores informados e o projeto de educação política passará por mais um instante de paralisação.

Resultados

O primeiro aspecto que merece atenção em relação aos cursos está associado aos volumes de inscrição, participação e conclusão. Ao longo de quatro semestres, como se pode notar pela Tabela 1, dificuldades de toda ordem ocorreram. A primeira: nem sempre o limite de vagas foi preenchido em sua totalidade, ficando abaixo de 200 – ou de 150 no primeiro módulo do primeiro semestre de 2023 – em sete das 16 turmas montadas. Para além disso, o comparecimento a pelo menos uma aula foi desafio dos mais expressivos. Na melhor ocasião, o módulo 4 do segundo semestre de 2023, 60% dos inscritos compareceram a pelo menos uma aula – mas aqui foi obtida a terceira pior quantidade de inscrições dos dois anos. Tal resultado poderia estar associado ao encontro do que seria um público menor, mas mais fiel. Ainda assim, não se pode dizer que uma atividade gratuita com quebra de 40% de seu público seja algo bem-sucedido em termos de compromisso. O pior resultado, neste caso, está associado ao módulo 4 do segundo semestre de 2024, com apenas 35% de pessoas que assistiram a pelo menos uma aula sobre o total de inscritos. A média dos percentuais está em 47% nos 16 cursos, ou seja, metade das adesões às atividades sequer a elas comparecem.

Em se tratando dos concluintes, o primeiro de todos os cursos trouxe resultado alarmante: apenas 21% dos presentes compareciam a pelo menos três aulas, preenchiam o formulário de avaliação da atividade e eram contemplados com um certificado da FipeEES. A partir deste número, os inscritos passaram a receber mensagens semanais com lembretes sobre a aula, e nunca mais se registrou algo aquém de percentuais próximos a 30% de concluintes em relação aos participantes, chegando-se a 57% no módulo 3 do primeiro semestre de 2024 – o que ainda foi preocupante. A média dos 16 cursos é equivalente a 37% de concluintes sobre o total de comparecimentos, o que cai para 18% se o volume considerado for o de inscritos. Em resumo: o curso perde metade dos inscritos em relação aos presentes, e cerca de 60% dos presentes, e 80% dos inscritos, em relação aos formados. As razões que levaram o grupo responsável por estes cursos a desistir das atividades básicas em 2020, voltaram a se repetir, e relatos de outras experiências gratuitas desse tipo, em temáticas diversas, tendem a mostrar cenários semelhantes.

TABELA 1. Adesão e participação nos cursos de Política

	1º Semestre			2º semestre		
2023	Inscritos	Participantes	Concluintes	Inscritos	Participantes	Concluintes
Módulo 1	163	77	16	216	103	45
Módulo 2	200	81	28	174	94	46
Módulo 3	208	96	28	193	100	34
Módulo 4	219	99	28	113	68	30
2024	Inscritos	Participantes	Concluintes	Inscritos	Participantes	Concluintes
Módulo 1	202	87	33	214	79	29
Módulo 2	119	70	25	247	97	40
Módulo 3	91	46	26	147	74	23
Módulo 4	68	36	12	214	75	26

A despeito das dificuldades relatadas, importante compreender as características do público que adere a cursos desse tipo em ambiente virtual. Se consideradas as pessoas, como únicas, que se inscreveram, excetuando-se quantas vezes e em quantos módulos ao longo de dois anos:

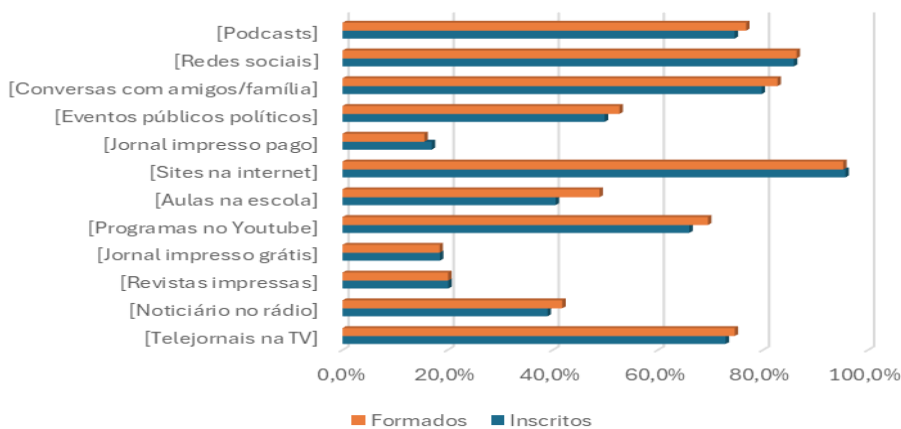
60% são mulheres e 40% são homens. Com exceção feita ao Amapá, todos os estados brasileiros tiveram representantes inscritos em relação ao local de moradia, com destaque para São Paulo com quase um terço, Rio de Janeiro com 15% e Ceará com 10%. A soma destas três unidades já equivale a quase 60% das pessoas que demonstraram interesse pela atividade, mas é importante destacar, por exemplo, seis inscrições do exterior, com origens em Lisboa, Santiago do Chile, Milão, Bogotá, Florença e Colón. A média de idade ficou em 32 anos, com máxima de 81 e mínima de 14 anos. Por fim, em termos de escolaridade, 32% das pessoas afirmaram ter pós-graduação completa, o que em alguma medida afastou o curso de um público mais amplo e, possivelmente, mais distante do tipo de informação a ser disseminada. Outros 31% tinham graduação incompleta, 21% tinham diploma de nível superior e, por fim, 10% tinham pós-graduação incompleta. A soma destas quatro categorias de escolaridade responde por mais de 94% das pessoas que se aproximaram do curso, o que distancia muito a atividade de um público mais amplo.

Feita a caracterização do público que procura cursos dessa natureza, percebendo-se diversidades com predominância feminina desproporcional e escolaridade elevada, o intuito é compreender aqui a relação destas pessoas com a política. Nesse caso, como os posicionamentos em relação às perguntas feitas podem mudar, serão consideradas todas as inscrições realizadas e todas as respostas aos formulários de avaliação. Importante salientar que em relação a estes dois instrumentos de coleta de informação algumas perguntas se repetem, tendo em vista o objetivo de medir um mínimo de influência das aulas sobre a opinião das pessoas.

A primeira questão diz respeito à busca por informações. Ao todo eram apresentadas doze fontes de notícias políticas e respondia-se SIM ou NÃO ao uso cotidiano de cada uma. Nota-se pelo Gráfico 1 que há pouca diferença entre as mais de 2.800 inscrições e as mais de 550 respostas aos questionários de conclusão – o total de concluintes é inferior ao número de respostas finais, pois os critérios de certificação envolviam aspectos mais amplos do que se inscrever e avaliar o curso.

A média simples das fontes de informação entre os inscritos é de 55%, enquanto no instante de avaliação é de 57%, algo muito discreto. O volume de fontes utilizadas é alto, com 6,6 por pessoa entre inscritos e 6,8 entre os formados (que serão chamados assim aqui), o que representa um primeiro indício de que o público atraído para os cursos é politizado e os programas estariam se destinando a “falar para convertidos”.

GRÁFICO 1. Fontes de informação política – inscritos e formados



Nota-se nos resultados do Gráfico 1, também, que os meios virtuais de informação política se destacam sobre os demais: podcasts, redes sociais, e principalmente os sites, se sobressaem sobre jornais e revistas impressas, e o rádio. A TV e o Youtube são exceções a tal afirmação: a primeira ainda tem boa audiência, e o segundo é discretamente menos intenso que as demais formas virtuais. Duas fontes adicionais merecem destaque aqui: as aulas nas escolas e as conversas, este último tópico bastante intenso e capaz de reforçar a ideia de que o público do curso é politizado.

Para se compreender melhor a relação dos presentes com a política, um conjunto de seis perguntas sobre título de eleitor, relação com o voto, gosto pela política, envolvimento com as eleições, com os partidos e com eventuais candidaturas podem adensar este debate. Entre

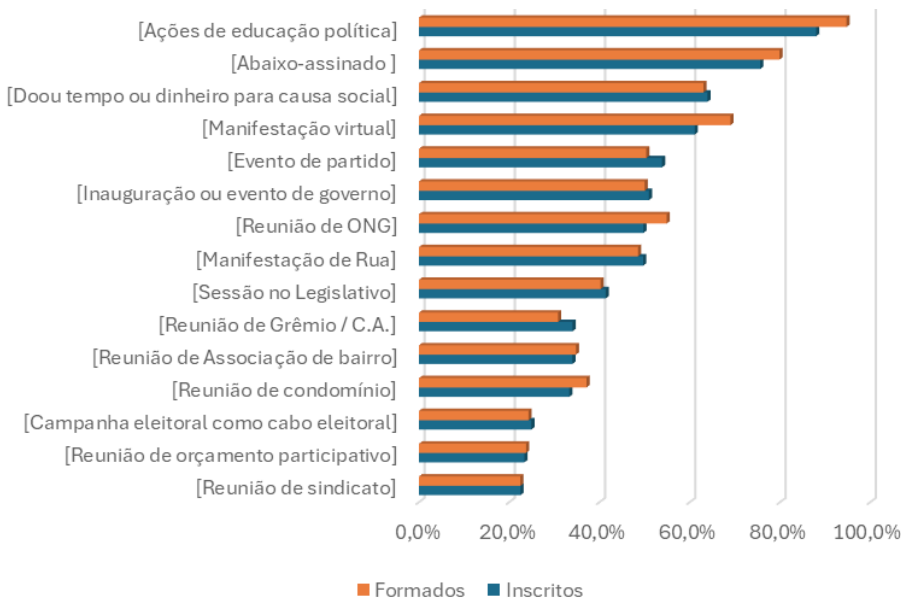
os inscritos, 64% afirmaram que tirarão ou tiraram o documento com menos de 18 anos, percentual expressivamente alto para esta pergunta na realidade brasileira. Este percentual sobre um ponto entre os formados. Sobre o voto, para 87% dos inscritos ele representa um direito, mais do que uma obrigação, o que também sobe um ponto entre os formados. Em relação à política, 87% nos dois grupos afirmaram “gostar dela”, contra 13% que indicam não gostar, mas entender que se trata de algo importante. Eis aqui mais um evidente sinal de que os cursos atraíram pessoas muito fortemente próximas à temática, o que era esperado em relação à forma aleatória de divulgação e à livre adesão, mas talvez tenha escapado do propósito de converter pessoas descrentes e distantes.

Sobre o acesso ao voto, mais de 98% dos inscritos, e mais de 99% dos formados já votaram na vida, o que em um país cujo comparecimento às urnas é classificado como compulsório, apenas ilustra o fenômeno. Em relação à participação eleitoral, 40% afirmam sentir que serão sempre eleitores, mas 30% dizem que um dia podem se filiar a um partido, enquanto outros 25% cogitam um dia se candidatarem, com outros 5% afirmando já terem sido candidatos. Entre os formados, esses percentuais se alteram, respectivamente, para: 43% de eleitores, 27% de potenciais filiados, 24% de possíveis candidaturas e 5% de candidatos. Sobre os partidos políticos, por fim, 68% de formados e inscritos dizem simpatizar com uma ou mais legendas, com outros 15% se dizendo filiados ou tendo passado formalmente por uma agremiação desta natureza. A soma desses dois resultados equivale a mais de 80% de pessoas com proximidade às legendas, algo inimaginável ao senso comum brasileiro. Em linhas gerais, aqui, este conjunto de perguntas reforça de maneira ainda mais intensa a fala aos convertidos.

Os questionários também buscavam entender em que medida as pessoas inscritas e aquelas formadas tinham algum tipo de participação ativa em diferentes frentes. As 15 ações apresentadas no Gráfico 2 tiveram variações significativas entre elas, com 23% de atuação em reuniões de sindicatos para inscritos e formados, e cerca de 90% de participação em atividades de educação política – como cursos, palestras etc. A média de

atividades relatadas é de sete por pessoa entre os dois grupos pesquisados, o que mostra intenso ativismo, sendo que apenas 2% dos inscritos e 1% dos concluintes afirmaram não participar, ou não ter participado, de qualquer dos exemplos citados. Aqui, as pequenas distâncias entre os públicos nos quesitos apresentados não parecem indicar que a atividade inspirou ou alterou o padrão de participação política, mas apenas sugere se tratar de públicos com características discretamente distintas.

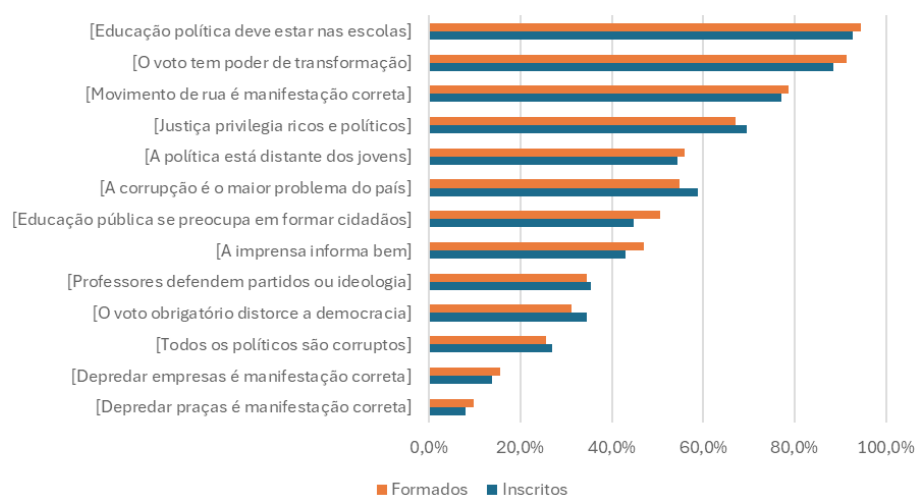
GRÁFICO 2. Instrumentos dos quais os envolvidos participaram



A última bateria comum para os dois questionários estava associada à tentativa de se medir o grau de concordância do respondente com treze frases capazes de indicar algum tipo de relação e percepção política dos participantes. Existiam quatro respostas possíveis a cada afirmação: concordo totalmente, concordo em partes, discordo em partes e discordo totalmente. No Gráfico 3, as percepções estão transformadas em médias que podem variar entre 100% para concordo totalmente e 0% para discordo totalmente. A análise aqui proposta indica que não há

grandes mudanças entre os grupos de inscritos e formados, e as crenças na democracia e na política estão presentes em algumas das percepções sobre as sentenças – que no gráfico têm suas essências descritas, mas não estão na íntegra.

GRÁFICO 3. Grau de concordância com sentenças



Aqui seria possível afirmar que três delas tendem à concordância total: “a educação política deveria estar nas escolas”, “o voto tem poder de transformação” e “movimentos de rua são formas corretas de manifestação”. Outras três possuem grau relativo de concordância: “a justiça privilegia os ricos e os políticos”, “a política está distante dos jovens” e “a corrupção é o maior problema do país”. Em posição de neutralidade, com viés de discordância parcial entre os inscritos, está a ideia de que “a educação pública se preocupa em formar cidadão”. Em posição de relativa discordância está a afirmação de que a “imprensa informa bem”, os “professores nas escolas defendem partidos e ideologia” e o “voto obrigatório distorce a democracia”. Em lógica mais afeita à discordância total: “todos os políticos são corruptos” e depredar praças e empresas são formas corretas de manifestação. Tais resultados sugerem que os respondentes possuem percepções relevantes sobre a democracia e a polí-

tica, deixando temas mais evidentes nas categorias de concordância ou discordância plenas, e colocando em caráter relativo questões associadas a debates mais intensos e capazes de separar percepções.

Para encerrar esta análise de resultados, exclusivamente para os formados algumas perguntas buscavam entender algo sobre a utilização e a avaliação da atividade. Diante de quatro alternativas fechadas, 34% dos formados indicaram que o curso servirá, predominantemente, para conteúdos associados aos estudos. Outros 32% destacaram a utilização no trabalho ou na profissão. Cultura geral foi a resposta de 19%, estratégias políticas e partidárias alcançou 12% e “outros” terminou com 2%.

Sobre a avaliação, quesitos gerais dos cursos foram apresentados e o respondente podia dizer se achava muito ruim, ruim, regular, bom ou muito bom. Transformar estas posições em valores de 0 a 10 permitiu o cálculo de médias. As variáveis ligadas aos professores trouxeram os seguintes resultados: conhecimento do docente sobre o assunto (9,3), conteúdos abordados pelo professor em sala (9,2), linguagem utilizada (9,1) e didática (9,1). Sobre o funcionamento da ação: material didático disponibilizado (9,0), pontualidade (9,2), horário e regularidade das aulas (9,1) e, por fim, uma avaliação geral que atingiu 9,2 pontos. Tais resultados, a despeito de exacerbado número de desistências e de não comparecimentos, colocam as ações em um patamar de excelência para seus concluintes que merece atenção.

Assim, por fim, os graus de adesão com algumas sentenças associadas ao curso podem contribuir para a finalização dessa percepção positiva. É de 78% o grau de concordância com a ideia de que o curso “mudou minha forma de entender a política”, mesmo o público sendo composto por pessoas bem próximas ao tema. Ademais, atinge de 90% concordância a ideia de que os cursos “trouxeram muitos conhecimentos novos”, 97% o grau de “recomendação das atividades a outras pessoas”, mesmo percentual que aponta que as “atividades devem continuar sendo oferecidas” e de que o curso “estimula a tolerância e o respeito”. Por fim, atinge 96% de concordância a lógica de que os professores “respeitam diferenças partidárias em aula”, algo absolutamente

estratégico e essencial a tal atividade. Por fim, registra 91% de concordância a afirmação de que o curso estimulou “conversas sobre política nas relações pessoais” dos participantes.

Conclusão

O curso de formação política desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia no Brasil, ao oferecer um espaço de reflexão e capacitação para cidadãos que desejam entender ou se engajar ativamente nos processos políticos e sociais do país.

O projeto de educação política apresentado desenvolvido entre 2023 e 2024 enfrentou, como principal obstáculo, o desafio de garantir a participação efetiva dos inscritos ao longo de seus módulos. A queda acentuada entre os que manifestaram interesse e aqueles que, de fato, acompanharam as aulas revela um problema estrutural comum em atividades formativas gratuitas oferecidas em ambiente virtual: a distância entre o engajamento inicial e a permanência até o final do curso. Ainda que estratégias de lembrete e priorização de vagas para alunos assíduos tenham sido adotadas, elas funcionam como gatilhos de adesão e persistência, mas não resolvem a evasão estrutural. Elas atuam como mitigadoras, não solução definitiva. Os dados indicam que o curso perdeu aproximadamente metade de seus inscritos já na fase inicial de comparecimento, e apenas 18% chegaram à certificação.

Outro ponto a ser destacado é o perfil do público. A proposta inicial da formação era ampliar o acesso à educação política, alcançando novos públicos e disseminando conceitos fundamentais para a cidadania democrática. Contudo, os dados apresentados mostram que os cursos acabaram atraindo majoritariamente pessoas com alto nível de escolaridade, forte interesse prévio por política, de cidades e áreas centrais e com considerável engajamento cívico. Ou seja, em grande medida, as ações comunicaram-se com um público já convertido à temática, o que reduziu o potencial de transformação social mais abrangente que ações dessa natureza poderiam alcançar.

Há uma barreira de entrada implícita que impede o acesso e permanência de públicos com menor escolaridade, recursos ou capital cultural. Esses dados evidenciam a importância de se adotar estratégias de inclusão e interiorização para garantir que o curso possa atingir uma maior diversidade de públicos, promovendo um engajamento político mais amplo e representativo. O curso, embora bem-sucedido em termos de conteúdo e metodologia, precisa avançar para garantir que amplos segmentos da população, especialmente aqueles mais marginalizados, tenham a oportunidade de participar e se beneficiar dessa formação.

Apesar disso, os resultados qualitativos entre os concluintes foram expressivamente positivos. A avaliação dos professores, dos conteúdos, da metodologia e da organização do curso foi constantemente elevada, com médias superiores a 9 em quase todos os quesitos, com a ressalva de que estas são as notas daqueles que efetivamente ficaram até o final. Além disso, os relatos indicam que a atividade gerou impactos significativos na compreensão da política, no respeito às diferenças e na promoção de conversas no ambiente pessoal, mesmo entre um público previamente engajado. Assim, podemos dizer que o curso demonstrou ser um importante mecanismo para promover a educação cívica, o que contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

A qualidade do conteúdo não foi suficiente para manter o participante até o fim. Isso sugere que fatores extracognitivos – como tempo, motivação intrínseca, sobrecarga de compromissos ou falta de conexão emocional com a atividade – desempenharam papel central no abandono e que só gratuidade e ambiente virtual não garantem engajamento duradouro.

Para o futuro, duas sugestões metodológicas merecem destaque. A primeira refere-se à necessidade de emparelhar dados de inscrição e de avaliação da mesma pessoa, permitindo verificar se, e como, as percepções sobre política foram alteradas ao longo do curso. A segunda envolve a análise por módulo, com o intuito de compreender quais temáticas despertam maior interesse, retenção e transformação nos participan-

tes. Essas abordagens podem fortalecer o monitoramento de resultados e oferecer elementos mais precisos para a qualificação das próximas edições.

Ainda como forma de aprimorar a efetividade e o alcance dos cursos de educação política, pode-se pensar na construção de módulos específicos voltados a públicos periféricos, juventudes ou tradicionalmente desengajados do debate político, com conteúdo adaptados em linguagem acessível, exemplos contextualizados e estratégias de engajamento que valorizem a realidade local. A incorporação de elementos gamificados e mecanismos de incentivo prático à permanência – como trilhas de progressão, desafios interativos e recompensas simbólicas – pode contribuir significativamente para a retenção dos participantes, especialmente da juventude.

Por fim, o encerramento do curso em 2025, por decisão da instituição parceira financiadora, interrompeu uma trajetória promissora de formação política em ambiente virtual. Essa decisão revela, mais uma vez, a fragilidade de projetos sociais altamente dependentes de financiamento externo e reforça a importância de pensar em modelos mais sustentáveis e integrados às políticas públicas de educação cidadã. Ainda assim, o legado da iniciativa, especialmente junto aos formados, reafirma a relevância de investir em práticas de formação que promovam o fortalecimento da democracia por meio da educação política. A continuidade e a expansão de iniciativas como esta são essenciais para consolidar a cultura democrática, que vá além do simples exercício do voto, mas que envolva um engajamento ativo e consciente nas decisões políticas do país.

Referências

DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M.I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, v. 1, 2016.

DANTAS, H.; MELO, T. Apego a valores democráticos – qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo? **Juventude.br**, São Paulo, volume 19, número 1, 2021.

DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

Humberto Dantas é doutor em Ciência Política pela USP, com atuação destacada em educação política. Cumpriu estágio de pós-doutoramento na FGV-SP, na área de Administração Pública, com pesquisa sobre políticas de educação política. Parceiro em ações de educação política da KAS desde 2008. É professor universitário, palestrante e consultor em temas relacionados à democracia, cidadania e sistema eleitoral. Coordena a graduação em Gestão Pública da FipeEES e a pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. É consultor da ONG RenovaBR, presidente do Movimento Voto Consciente e conselheiro da Associação de Escola do Legislativo.

Renato Eliseu Costa é doutor em Políticas Públicas pela UFABC e professor da ESALQ-USP, onde integra o Departamento de Administração e Economia e o programa de pós-graduação stricto-sensu em Administração. Também atua como docente do mestrado e doutorado em Políticas Públicas da UFABC. Possui experiência em consultorias para instituições como Banco Santander, UNICEF e outras organizações de destaque, e tem atuado em projetos de formação, avaliação e gestão pública. Foi professor da FipeEES e publica regularmente com a Fundação Konrad Adenauer (KAS) desde 2021.

A educação política na agenda do cooperativismo – o caso do Paraná

Daniely Andressa da Silva
Diogo Tavares
José Roberto Ricken

Resumo

Este artigo apresenta o Programa de Educação Política do Cooperativismo no Estado do Paraná, implementado pelo Sistema Ocepar, entidade de representação institucional do cooperativismo paranaense. Idealizado em conjunto com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), este programa foi iniciado, em um formato piloto, durante o processo eleitoral de 2018 e ampliado nas eleições de 2022, tendo alcançado caráter permanente em 2023. A iniciativa tem promovido a participação, a conscientização e o engajamento do público cooperativista na política, contribuindo para o fortalecimento da representação institucional do setor.

Abstract

This article presents the Political Education Program for Cooperatives in the State of Paraná, implemented by the Ocepar System, the institutional representative body for cooperatives in Paraná. Conceived in conjunction with the Organization of Brazilian Cooperatives (OCB), this program was initiated in a pilot format during the 2018 electoral process and expanded in the 2022 elections, reaching a permanent character in 2023. The initiative has promoted the participation, awareness

and engagement of the cooperative public in politics, contributing to the strengthening of the sector's institutional representation.

Introdução

O cooperativismo, enquanto modelo econômico e social, é baseado na participação democrática e na autogestão. Um ambiente político estável, segurança jurídica e políticas públicas assertivas são essenciais para o pleno desenvolvimento deste modelo econômico. Por isso, não é de hoje que os cooperativistas participam da política nacional. Desde a Assembleia Constituinte de 1988, o cooperativismo tem se organizado de modo coeso para influenciar o processo decisório no Congresso Nacional, por meio da formação de frentes parlamentares e da articulação com outros grupos de interesse em diferentes ramos.

Com o tempo, o amadurecimento da democracia trouxe novos desafios para o exercício da cidadania. Nas últimas eleições no Brasil, foi possível observar o crescimento da aversão à política em nossa sociedade, impulsionado por um processo de polarização que ultrapassou o ambiente político-eleitoral, afetando famílias, empresas e demais espaços de socialização (NUNES; TRAUMANN, 2023). O ambiente cooperativista não está imune a esse fenômeno.

O alto custo informacional do sistema eleitoral brasileiro, que elege deputados, senadores, governadores e o presidente em um único pleito, contribui para o desconhecimento sobre o funcionamento do processo e a falta de accountability dos políticos. O volume e a velocidade de informações, potencializadas através do uso das redes sociais, somados ao fenômeno da desinformação impõe dificuldades ao eleitor na decisão consciente do seu voto. Nesse cenário, em que a desinformação se espalha rapidamente, ter acesso a informações confiáveis e análises fundamentadas torna-se fundamental para a participação e engajamento consciente na política (CAVASSADA; CERVI, 2018). Além disso, o grau de importância atribuído às eleições presidenciais e a complexidade envolvendo a relação entre as instituições fomentam um certo desconheci-

mento sobre o papel e a relevância do Poder Legislativo na democracia (SANTOS, 2000; AMORIM NETO, 2003). Essas circunstâncias, somadas a fatores da cultura política e aos desafios inerentes à prática democrática, favorecem a desconfiança da sociedade em relação às instituições. O resultado disso é o descrédito, a apatia e a omissão.

É nesse contexto que o Sistema Ocepar e o Sistema OCB, instituições que têm como objetivo fomentar o desenvolvimento das cooperativas como modelo socioeconômico no estado do Paraná e no Brasil, respectivamente, tomaram a iniciativa de organizar o “Programa de Educação Política para o Cooperativismo Paranaense”. Com o propósito de incentivar a participação, a sensibilização e o engajamento do público cooperativista na política, o programa busca promover o voto consciente, disponibilizar informações de qualidade e capacitar cooperativistas, visando ao fortalecimento da representação do setor.

Este artigo pretende apresentar o Programa de Educação Política desenvolvido pelo Sistema Ocepar e se organiza em três partes. No primeiro capítulo, descreve-se brevemente o cooperativismo paranaense, seus aspectos jurídicos, indicadores econômicos e números de representação que dimensionam a relevância do setor para o Paraná e para o Brasil. No segundo capítulo, aborda-se a organização política do cooperativismo no contexto da democracia brasileira, e como surge o Programa de Educação Política em meio aos novos desafios de amadurecimento democrático. Também são apresentados os objetivos do programa e seus aspectos de organização durante o período eleitoral. Por fim, são referidas as ações do programa para uma educação política permanente, enfatizando as atividades realizadas em períodos não eleitorais que buscam colocar o público em contato com as instituições democráticas e o trabalho de representação e defesa institucional do cooperativismo.

1. O cooperativismo paranaense

O Cooperativismo identifica um sistema econômico de organização dos meios de produção e distribuição de resultados, com vistas a

assegurar o desenvolvimento econômico e social de seus associados, em um modelo de equilíbrio entre capitalismo e o socialismo (FRANKE, 1973).

As cooperativas são sociedades que concretizam um modelo mundialmente reconhecido a partir de sete princípios norteadores, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), quais sejam: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade¹.

No Brasil, a definição das sociedades cooperativas é dada pelo artigo 4º da Lei n. 5.764/1971, que as conceitua como sociedades de pessoas, que contribuem reciprocamente com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, tendo como principal objetivo a prestação de serviços aos seus sócios diferindo de outros modelos societários tais como as sociedades empresárias, cuja finalidade é o lucro (BULGARELLI, 1998).

A cooperativa tem sua razão de existir na intenção de servir ao cooperado seja subsidiando tecnicamente o exercício da atividade econômica explorada por este, seja viabilizando melhores condições para a aquisição conjunta de produtos ou serviços, seja oportunizando o acesso a mercados, tudo dentro do que estipula seu estatuto e objeto social.

De um lado a cooperativa estrutura-se para servir e auxiliar o desenvolvimento da atividade de seu cooperado (titular da atividade econômica principal), de outro, este utiliza-se destes serviços no exercício de sua atividade econômica, além de estar no comando da própria cooperativa, na condição de seu sócio, deliberando sobre sua gestão e influenciando a tomada de decisão sobre suas operações e rumos. Trata-se, portanto, de um modelo complexo, que identifica, na figura central do cooperado, simultaneamente a condição de sócio, usuário e fornecedor (STÖBERL, 2018).

De acordo com o artigo 5º da Lei 5.764/1971, as cooperativas poderão adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, sendo classificadas, atualmente, em 8 diferentes ramos de

1 <https://aciamericas.coop/pt/nuestro-trabajo/identidad-cooperativa/>

atuação, quais sejam: i. agropecuário, voltado à assistência técnica para produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e pecuários; ii. crédito, caracterizado pela oferta de serviços financeiros aos associados; iii. consumo: voltado à aquisição de produtos e serviços; iv. trabalho, bens e serviços: relacionado à prestação de serviços especializados por seus associados; v. saúde: tem como cerne a prestação de serviços de atenção à saúde humana, tais como serviços médicos, odontológicos, hospitalares e outros; vi. transporte: atuação no transporte de cargas e passageiros; vii. infraestrutura: serviços essenciais como energia, telefonia e habitação; e viii. Seguros, que compreende o mais recente ramo de atuação, voltado ao mercado segurador.

Contudo, pode-se pontuar que para além da dimensão de mercado, em que as cooperativas se estruturam com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus cooperados, estas sociedades também atuam em uma segunda dimensão, relacionada à representação de interesses de seus associados. Isso se deve, em especial, ao modelo de participação, implícito na teoria das organizações cooperativas, fundadas na ajuda mútua entre os cooperados, a partir da soma de esforços em prol do bem comum e da prevalência dos princípios cooperativistas, dentre eles a gestão democrática (STÖBERL, 1998).

Por todas essas características, as cooperativas incorporam um regime jurídico próprio, pautado em diretrizes como adesão voluntária, gestão democrática, distribuição equitativa de resultados (Artigo 4º da Lei 5.676/1971), fatores que identificam um modelo econômico que se traduz em desenvolvimento local e sustentável, distribuição de riquezas e geração de empregos.

Neste sentido, cabe referir que em 2024, no Brasil, foram registradas mais de 4,5 mil cooperativas, que somaram R\$ 1,16 trilhão em ativos, R\$ 38,92 bilhões em resultados positivos (sobras), reunindo mais de 23 milhões de cooperados e que geraram cerca de 500 mil postos de trabalho diretos (OCB, 2024).

No Paraná, dados de dezembro de 2024 apontam que as 227 cooperativas registradas somaram mais de 4 milhões de cooperados, gerando

R\$ 205,6 bilhões de reais em faturamento, R\$ 10,8 bilhões de reais em resultados líquidos (sobras) e foram responsáveis por mais de 146 mil postos de trabalho diretos, sendo que dos 399 municípios paranaenses, em mais de 130 a maior organização econômica é uma cooperativa (OCEPAR, 2024).

O cooperativismo representa um importante segmento da economia paranaense, uma vez que as cooperativas participam com cerca de 64% da produção de grãos do Estado e 45% da produção de carnes e produtos lácteos (OCEPAR, 2024). Além disso, quatro das maiores “empresas” do estado são cooperativas².

Atenta ao impacto positivo resultante da ação e organização das cooperativas, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, reconhecendo o papel fundamental do cooperativismo no desenvolvimento econômico sustentável e na promoção da inclusão social em todo o mundo. Com o lema “*Cooperativas constroem um mundo melhor*”, a iniciativa destaca a importância do modelo cooperativo em temas como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e o fortalecimento das comunidades locais, incentivando governos, em suas mais diversas esferas, e a sociedade civil a adotarem políticas que fortaleçam o setor. (Resolução ONU A/RES/78/289, aprovada na Assembleia Geral, 78ª sessão: 2023-2024).

A representação política do Sistema Cooperativista, por definição legal, é atribuída à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nos termos do artigo 105 da Lei n. 5.764/1971, compete à OCB, além de manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, exercer atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista.

2 AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Empresas do Paraná com participação do Estado figuram entre as 500 maiores do Sul**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Empresas-do-Parana-com-participacao-do-Estado-figuram-entre-500-maiores-do-Sul#:~:text=Copel%2C%20Sanepar%2C%20BRDE%2C%20Fomento,levantamento%20deste%20tipo%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em 8 abr. 2025.

Em âmbito estadual, a representação do setor se dá através de 27 organizações estaduais (Artigo 105, §1º da Lei n. 5.764/1971), a exemplo do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Paraná (Ocepar), órgão de representação e defesa do cooperativismo paranaense.

2. O programa de educação política do cooperativismo paranaense

Não é de hoje que o sistema cooperativista se organiza politicamente para defender seus interesses. A organização política do cooperativismo em períodos democráticos confunde-se intimamente com os momentos históricos da organização da nova ordem institucional da democracia brasileira. Há registros de ação organizada do cooperativismo na política democrática em 1984, sob o contexto histórico do movimento “*Diretas Já*”, que reivindicava eleições diretas para Presidente da República no cenário de abertura política do país.

A pressão popular por tempos de mudança e por democracia culminou na eleição indireta do primeiro presidente civil em 21 anos e no processo de eleições ocorrido em 1986, no qual os brasileiros foram às urnas para eleger a Assembleia Nacional constituinte. Embora alguns setores da sociedade defendessem a formação de uma Constituinte Exclusiva³, prevaleceu a tese do *Congresso Nacional Constituinte*, formado por deputados federais e senadores, que trabalharam entre 1986 e 1988 para a construção da nova Constituição. Neste contexto, surgiu a FRENCOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (2015) e comentaristas como Cascione (2018) e Ricken e Stöberl (2014), a FRENCOP teve sua origem em 1987, em uma atuação que buscava ga-

3 Órgão de expertos apartidários eleitos exclusivamente para a construção da Constituição.

rantir o ‘Ato Cooperativo’⁴ na nova Constituição, bem como a autonomia e independência das cooperativas em relação à atuação do Estado⁵; e a diretriz de apoio e estímulo ao cooperativismo⁶, diretrizes constitucionais que implementaram um arcabouço que embasou o desenvolvimento de legislações e políticas públicas de fortalecimento do modelo cooperativista.

A redução da tutela do Estado e a atuação da OCB foram fatores fundamentais para o estabelecimento de um cooperativismo livre e atuante politicamente, e que possibilitou a organização de uma frente parlamentar já no trabalho constituinte (PERIUS, 1989); (RICKEN; STÖBERL, 2014).

Desde então, a Frente Parlamentar do Cooperativismo tem sido recriada a cada nova legislatura, mantendo-se em um canal de diálogo constante com a OCB. Seu principal objetivo é representar os interesses das cooperativas no país e fomentar o crescimento do setor (JARDIM, 2023).

Há um entendimento entre os cooperativistas organizados de que o crescimento e fortalecimento do setor dependem de um cenário político que compreenda e respeite as características únicas desse modelo de negócios (OCB, 2025). Esse entendimento torna essencial e relevante o trabalho de convencimento, apoio técnico e sensibilização dos agentes públicos frente aos benefícios sociais e econômicos do cooperativismo. Assim, é necessário conscientizar a base cooperativista sobre a importância de um trabalho de representação forte e organizado frente às instâncias de poder.

Com o amadurecimento da democracia no Brasil, o aumento da complexidade e competição política, além de uma legislação cada vez menos permissiva em termos de participação do setor privado no processo eleitoral, torna-se fundamental um trabalho de representação política profissional e organizado.

4 Vide Art. Art. 146, inciso III, alínea ‘c’ da CF/88, e Art. 79 da Lei 5764/1971.

5 Art. 50, inciso XVIII, da CF/88.

6 Art., 174, §2º, da CF/88.

Além disso, as pesquisas indicam a crescente aversão da população à política e seu desconhecimento quanto ao papel dos parlamentares. Estudo realizado pelo DataSenado aponta que o baixo interesse por política, o desconhecimento sobre o sistema eleitoral, somados ao sentimento de desilusão e corrupção atribuídos à classe política são fatores que levam 60% dos entrevistados a declarar não lembrarem em quem votaram para Deputado Federal ou Senador nas últimas eleições. Dos 40% dos eleitores que recordam de seus candidatos, quase 40% declararam não acompanhar o trabalho dos parlamentares. Ainda, 68% declararam que acompanham com pouca frequência ou nunca acompanham as notícias sobre o que está sendo debatido pelos senadores⁷.

É nesse contexto que surge o Programa de Educação Política do Cooperativismo. Criado em 2018 por iniciativa do Sistema Ocepar em parceria com o Sistema OCB, em um contexto de eleições gerais bastante competitivas, conturbadas e polarizadas.

O objetivo do programa é fomentar a conscientização, participação e o engajamento do público cooperativista na política, buscando fortalecer a representação político-institucional do setor (OCEPAR, 2018); (OCB, 2018). O programa busca sensibilizar o público cooperativista sobre a importância da participação popular, do voto consciente, e da escolha de candidatos alinhados aos interesses do cooperativismo, que, se eleitos, possam integrar a FRENCOOP. Como princípios basilares do programa, compreendem-se: integridade, legalidade, neutralidade ideológica, suprapartidarismo e o respeito aos princípios democráticos.

(...) o programa tem por objetivo conscientizar sobre a importância do voto, disseminar a educação política junto aos cooperativistas do Paraná, contribuindo para o engajamento e a valorização das ações da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) no Congresso Nacional.

7 DATASENADO, Instituto de Pesquisa. Panorama Político 2022: O cidadão e o Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/panorama-politico-2022>.

Considerando todos os aspectos da lei, e mantendo a neutralidade partidária e ideológica, o projeto tem como premissa fundamental a defesa das bandeiras e demandas das cooperativas brasileiras” (RICKEN, 2023)⁸.

No quadro 1 apresentamos um resumo de intenções do programa, baseado nos seus objetivos, eixos de atuação e ações de educação política:

QUADRO 1. Resumo de intenções do Programa de Educação Política

Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar a conscientização, o engajamento e a participação política do cooperativismo e potencializar a sua representação político-institucional;- Impulsionar a eleição e reeleição de candidatos comprometidos com o cooperativismo e fomentar o engajamento político de jovens, mulheres e demais lideranças cooperativistas;- Conscientizar as cooperativas sobre o impacto das políticas públicas para os negócios;- Transparência e prestação de contas na atuação da Frencoop;- Ampliar a participação do cooperativismo na construção de propostas.
Eixos de atuação	<ul style="list-style-type: none">- Proposta para um Brasil mais cooperativo;- Boas práticas de atuação no processo eleitoral;- Comunicação e mobilização digital;- Prestação de contas da atuação de parlamentares;- Engajamento, participação e representação cooperativista.
Premissas	<ul style="list-style-type: none">- Envolvimento das Cooperativas, Ocepar e OCB;- Integridade, Legalidade, neutralidade ideológica e partidária, respeito aos princípios democráticos;- Temas de interesse do cooperativismo;- Informação e valorização das ações de representação;- Compromisso de integrar e fortalecer a Frencoop.
Possibilidades/ Ações	<ul style="list-style-type: none">- Formulação de propostas para candidatos ao governo estadual e ao legislativo;- Formação de lideranças cooperativistas, inclusive grupos de jovens e mulheres;- Canais de comunicação nas redes para compartilhar informações sobre eleição e candidatos;- Cursos e palestras de educação política e legislação eleitoral;- Encontros regionais com candidatos cooperativistas;- Formação de movimentos em prol do voto em candidatos cooperativistas;- Contato com partidos e movimentos para incluir o cooperativismo em suas plataformas.

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas pelo site do Programa de Educação Política da OCEPAR na edição de 2022.

8 Palavra do Presidente. A Importância do voto consciente. Ricken, José Roberto et al. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense: Relatório final**. Curitiba: Sistema Ocepar. 2023.

A Lei n. 5.764/1971, em seu artigo 4º, inc. IX, reconhece como característica precípua das sociedades cooperativas a neutralidade política, sendo ela um dos pilares fundamentais do programa de educação política. Entretanto, cumpre pontuar que a neutralidade político-ideológica não se confunde como omissão à participação política.

A omissão consiste na total abstenção na participação política e em relação à importância desta nas cooperativas e na sociedade como um todo. De outro lado, a neutralidade pressupõe a independência, o suprapartidarismo e o respeito à pluralidade de visões políticas, sendo este um pressuposto para as ações do programa e para o fortalecimento do debate democrático.

Para entender a importância dos investimentos e fomento da participação por meio de programas de Educação Política, é preciso pensar além das formas tradicionais da democracia representativa (DANTAS, 2012); (MOISÉS; 2010). Educar politicamente, habilitando a comunidade para participar da vida pública, é um modo de colaborar com o caráter qualitativo da democracia. Fomentar a participação e o engajamento, é modo de colaborar com a caráter quantitativo da democracia (DANTAS, 2010).

O setor privado e entidades de representação investem em Educação Política, por que entendem que a democracia é comprovadamente uma variável explicativa e necessária para o desenvolvimento econômico e para a cooperação entre diferentes setores da economia (NORTH, 1993); (PRZEWORSK, 1990); (ACEMOGLU; ROBINSON, 2013). A conceituação do programa de educação política do cooperativismo parte da premissa de que a participação política não é antagônica à representação tradicional organizada pelas federações, nem mesmo à democracia representativa exercida pelos parlamentares. Pode a participação cidadã ser complementar e fortalecer a representação e a democracia representativa. Por isso, é relevante investir em educação política.

Para atingir os objetivos do programa por meio de suas ações, a comunicação e a organização são aspectos primordiais. Desde a primeira edição do programa, o Sistema Ocepar disponibiliza conteúdos em di-

versos formatos como cartilhas, vídeos e cursos com uma ampla abordagem temática. Dentre os temas estão: o incentivo ao voto consciente, boas práticas eleitorais, mobilização digital, participação cidadã nas decisões políticas e engajamento da comunidade.

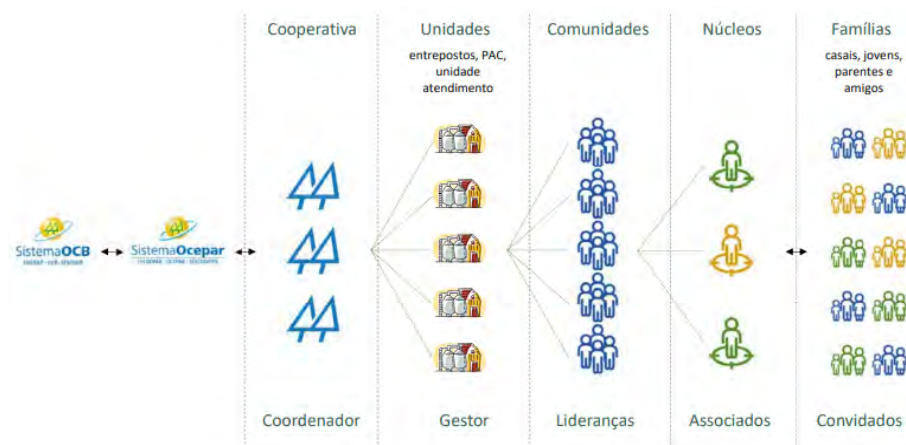
No entanto, a construção dos materiais e ações de Educação Política são feitas por meio de um diálogo permanente com a base. É importante considerar as características do público de cada um dos ramos do cooperativismo, e da cultura política onde está geograficamente inserida a cooperativa. Por isso, o programa se organiza através da nomeação de coordenadores indicados pelas cooperativas, para membros do Grupo de Trabalho (GT) de Educação Política, organizado pela Ocepar. Esses membros tornam-se multiplicadores relevantes e servem de canal entre o sistema Ocepar e as cooperativas, que, por sua vez, replicam os conteúdos do programa e realizam atividades de educação política junto a seus cooperados, colaboradores e comunidade em geral. A imagem 1 representa o fluxo de compartilhamento de informações no âmbito do programa.

IMAGEM 1. Fluxo de compartilhamento de materiais institucionais do Programa de Educação Política



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da OCB, OCEPAR (2025).

IMAGEM 2. Fluxograma de informações do Programa de Educação Política



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da OCB, OCEPAR (2018).

O GT do Programa de Educação Política conta com uma representação expressiva de coordenadores dos 7 ramos do cooperativismo⁹. Os coordenadores são peças-chave para a comunicação com a cooperativa, com o público cooperativista, e além de tudo, para engajar a comunidade local. No período eleitoral, eles cumprem um papel relevante não só de multiplicadores, mas de relações institucionais no diálogo constante entre cooperativas e candidatos.

Outra etapa importante do programa de Educação Política é o trabalho com as candidaturas. Esse trabalho é realizado por meio da adesão voluntária de candidatos que procuram o programa, que passam por um processo de imersão sobre o cooperativismo e a sua agenda de políticas, além de manifestarem o compromisso de atuarem em defesa deste segmento. Identificar a propensão em apoiar as pautas do cooperativismo no Congresso Nacional é requisito importante para a participação do candidato no programa:

9 O 8º ramo do cooperativismo ainda se encontra em fase de regulamentação, inexistindo, até o momento da edição deste artigo, o registro de cooperativas de seguros.

Quem apoia o trabalho em defesa das demandas cooperativistas, merece nossa confiança. O voto é nosso instrumento para fortalecer a Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENGCOOP) e, através dela, defender os interesses do setor no Congresso Nacional – Fala do presidente José Roberto Ricken promovida em materiais do Programa de Educação Política (RICKEN, 2022b).

A partir de critérios objetivos e do trabalho de monitoramento legislativo realizado pelas equipes técnicas da OCB e Ocepar, a exemplo da atuação em temas de interesse para o setor, é identificado o histórico político e do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol do cooperativismo durante seu mandato no Congresso Nacional ou, no caso de novos candidatos, de sua atuação junto à base cooperativista ou ainda em ações desenvolvidas em mandatos locais ou estaduais, no âmbito de qualquer um dos três Poderes.

Este levantamento tem como objetivo garantir transparência e facilitar o acesso do público cooperativista à prestação de contas das ações realizadas pelos candidatos, incentivando a cidadania e a participação política, contribuindo para a melhor decisão de voto a partir da identificação de candidatos relacionados ao cooperativismo.

Essa é uma etapa importante do trabalho considerando o custo informacional das eleições no Brasil. O custo informacional para a tomada de decisão em eleições competitivas nas democracias é muito alto (DOWNS, 2011). No Brasil esses custos são ainda mais elevados devido a características do nosso sistema eleitoral político (CAVASSADA; CERVI, 2018). O *sistema eleitoral proporcional de lista aberta*, para a eleição de *deputados*, fomenta a fragmentação partidária e uma alta demografia de candidatos em uma magnitude eleitoral geograficamente ampla (AMES, 2001).

Somente no estado do Paraná, nas eleições de 2022, 736¹⁰ candidatos em 28 partidos concorreram à 30 vagas para deputado federal pelo

10 Dados do DivulgaCandi do TSE sobre as eleições de 2022.

estado. Assim, cumpre destacar ao eleitor cooperativista a importância das eleições para o legislativo, através do mapa de candidaturas, filtrando desse grande universo de candidatos quem são aqueles que estão dispostos a defender a pauta do cooperativismo, independente de partido.

Dos 33 parlamentares federais que representam o Paraná no Congresso Nacional, 23 Deputados e os três Senadores integram a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Ao todo, a FRENCOP conta hoje com 248 deputados e 40 Senadores.

3. A Educação Política permanente: Sensibilização e fortalecimento da representação

A consolidação de uma cultura política ativa e propositiva no âmbito do cooperativismo demanda esforços contínuos e articulados de sensibilização e formação. A partir deste contexto, o Sistema OCB, e por conseguinte, o Sistema Ocepar, passaram a estruturar o Programa de Educação Política de modo permanente.

Essa estratégia compreende diversas iniciativas integradas que vão desde a constituição de espaços técnicos para debater temas relevantes da política para o cooperativismo, reuniões entre os coordenadores de Educação Política para planejamento das ações do programa, até ações de sensibilização sobre a participação política e formação de lideranças.

O GT permanente do Programa de Educação Política passou a realizar reuniões periodicamente, a partir do primeiro semestre de 2023. Essas reuniões funcionam como espaços de diálogo e construção coletiva, nos quais se definem prioridades temáticas, metodologias e estratégias de abordagem junto aos diferentes públicos. Esse processo participativo tem garantido maior aderência das ações às realidades das cooperativas e fortalecido o senso de pertencimento institucional.

A agenda permanente do GT é também um instrumento para acompanhamento e divulgação, para as cooperativas, das ações da FRENCOP e de demais agentes políticos que atuam em defesa do cooperativismo. No entanto, também discorre sobre o desenvolvimento de ações

voltadas ao aprofundamento técnico em temas relacionados à agenda institucional do cooperativismo e à educação política em período pós-eleitoral.

Esse é um componente estratégico do programa com a promoção de encontros e diálogo com parlamentares, burocratas e representantes de órgãos públicos. Estes momentos, por um lado, oportunizam a apresentação de pautas prioritárias do setor aos agentes públicos e, de outro, propiciam aos representantes maior compreensão das pautas e da relevância econômica e social do modelo cooperativista, além de subsídio técnico para suas atividades (OCEPAR, 2023).

O que motiva a participação de agentes públicos nestes momentos é a busca por subsídios informacionais (RICKER, 1987; KREHBIEL, 1991; LIMONGI, 1994). Esse diálogo permanente oferece valor informacional aos representantes, que muitas vezes, se utilizam dos conteúdos e pleitos trazidos pelas cooperativas para orientar o trabalho de construção de proposições legislativas e políticas públicas.

Além do diálogo com autoridades, o Programa de Educação Política também promove cursos e encontros com especialistas de diferentes áreas que tratam da política. Com uma abordagem multidisciplinar que compreende debates com especialistas da área de Ciência Política, Direito, Comunicação, Filosofia, Relações Internacionais e Economia entre outras áreas do conhecimento correlatas a política, estas ações buscam aprofundar o conhecimento teórico dos membros do GT e orientar tecnicamente as cooperativas, promovendo uma arena de difusão do conhecimento e de subsídios para que os membros do GT possam incentivar o engajamento e participação da base, e reforçar o compromisso do cooperativismo com a democracia e a participação proativa.

Dentro do eixo de capacitação do programa, em 2024 o Sistema Ocepar customizou um programa de pós-graduação *latu sensu*, com o propósito de contribuir para a compreensão, pelas cooperativas, da dinâmica do sistema político brasileiro e cenários globais. A ideia é difundir a compreensão do sistema político como elemento essencial ao posicionamento estratégico das cooperativas e do cooperativismo.

Ainda, nessa esteira, uma das ações do programa é a organização anual do Fórum de Educação Política. A realização do fórum constitui outro vetor de ampliação da educação política cooperativista. Este evento reúne lideranças cooperativas, autoridades públicas, acadêmicos e representantes da sociedade civil para discutir temas estruturantes da política, estadual e nacional, e seu impacto sobre o cooperativismo.

Por fim, integram as atividades de sensibilização, formação e informação do programa a publicação semanal de informes técnicos, disponibilizados às cooperativas, bem como a realização de visitas cívicas que imergem o público cooperativista – incluindo diretorias executivas, lideranças regionais e cooperados – no contato com os trabalhos de representação do Sistema Ocepar, do Sistema OCB e com as instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

4. Considerações Finais

O Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense representa uma resposta estratégica e inovadora aos desafios contemporâneos enfrentados pela democracia representativa e pelo sistema cooperativista. A iniciativa se destaca por integrar, de forma articulada, ações de formação, mobilização e sensibilização voltadas à promoção da participação cidadã e ao fortalecimento da representação política do setor.

Ao fomentar uma cultura de engajamento político consciente entre cooperados, lideranças e comunidades, o programa contribui não apenas para a defesa de interesses do cooperativismo, mas também para a qualificação do debate público e o fortalecimento das instituições democráticas.

A proposta se insere em um contexto de crescente polarização, desinformação e apatia política, oferecendo um caminho concreto para a superação desses entraves por meio da educação e da organização coletiva.

Nesse sentido, a consolidação de uma estratégia de educação política permanente, como vem sendo estruturada no Paraná, reforça a vo-

cação democrática do cooperativismo, ao mesmo tempo em que amplia a sua capacidade de influenciar políticas públicas adequadas às suas especificidades, contribuindo para a construção de um ambiente político mais informado, engajado e responsivo. A neutralidade político-ideológica, enquanto princípio do programa, garante sua legitimidade e seu compromisso com a pluralidade de ideias, valores que sustentam uma atuação ética e responsável no espaço público.

A experiência paranaense mostra que a educação política, quando pensada como um processo contínuo e participativo, é capaz de transformar a representação institucional em um instrumento eficaz de transformação social. O movimento cooperativista é formado por um número expressivo de brasileiros que, organizados e bem-informados, podem contribuir para a escolha de representantes cada vez mais qualificados e comprometidos com a construção de políticas públicas eficientes não apenas para este segmento, mas para o país como um todo.

Referências

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Empresas do Paraná com participação do Estado figuram entre as 500 maiores do Sul**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Empresas-do-Parana-com-participacao-do-Estado-figuram-entre-500-maiores-do-Sul#:~:text=Copel%2C%20Sanepar%2C%20BRDE%2C%20Fomento,levantamento%20deste%20tipo%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em 8 abr. 2025.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: O que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400002>. Acesso em: 19 de Set. 2023.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: Uma defesa das regras do jogo. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Dispõe sobre o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1971.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CARVALHO, Fernanda Cavassana de ; CERVI, Emerson Urizzi . Imprensa brasileira e eleições presidenciais: a polarização do conteúdo jornalístico das revistas na web. **Cuadernos**, v. 42, p. 163-182, 2018.

CASCIONE, Silvio Ricardo Silva. **Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro.** 2018. xviii, 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COOPERATIVAS DAS AMÉRICAS. **Identidade Cooperativa.** Disponível em: <https://aciamericas.coop/pt/nuestro-trabajo/identidad-cooperativa/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

CRICK, Bernard. Education for citizenship: the citizenship order. **Parliamentary Affairs**, n. 55, v. 3, p. 488-504, 2002.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, ano XI, vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 3-11, 2010.

DATASENADO, Instituto de Pesquisa. **Panorama Político 2022: O cidadão e o Senado Federal.** Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/panorama-politico-2022>. Acesso em: 8 abr. 2025.

DOWNS, Antony. **Uma teoria econômica da Democracia.** Coleção Clássicos. São Paulo: Edusp, USP, 2011.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo.** São Paulo: Saraiva, 1973. 157 p.

JARDIM, Arnaldo. **Discurso no lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo 2023.** Brasília, DF, 18 abr. 2023. Discurso proferido durante o lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/noticia/arnaldo-jardim-reforca-importancia-do-cooperativismo-na-agenda-do-congresso-nacional>. Acesso em: 11 abr. 2025.

KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization.** Ann Arbor, University of Michigan Press, 1991.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente**. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Ed. 37, Páginas 3-38, 1994.

NORTH, Douglas. **“Autobiography”**. The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel, 1993.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. (2023), **Biografia do abismo**: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Editora HarperCollins.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agenda Institucional do Cooperativismo 2015**. Brasília: OCB, 2015.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 30 mar. 2025.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Brasil chega a 23,45 milhões de cooperados**. 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias/brasil-chega-a-23-45-milhoes-de-cooperados>. Acesso em: 08 abr. 2025.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Programa de Educação Política para o Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/solucoes/representacoop/educacao-politica>, Acesso em: 09 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense**: eleições 2018. Curitiba: Sistema OCEPAR, 2018. Cartilha institucional.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Atividades do GT dos coordenadores do Programa de Educação Política são retomadas**. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/noticias-representacao/sistema-ocepar-atividades-do-gt-dos-coordenadores-do-programa-de-educacao-politica-sao-retomadas-145534>. Acesso em: 8 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Paraná Cooperativo**. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

OCEPAR, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Programa de Educação Política**. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/solucoes/representacoop/educacao-politica>. Acesso em: 08 abr. 2025.

ONU. **Resolução A/RES/78/289, aprovada na Assembleia Geral, 78ª sessão, 2023-2024**. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/78/289. Acesso em: 08 abr. 2025.

PERIUS, Virgílio. Frederico. **O Cooperativismo na Constituinte**. 1. ed. Brasília: OCB, 1989. 49p.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge University Press, 1990.

RICKEN, Francis Augusto Goes; STÖBERL, Paulo Roberto. O Estado e a ação política organizada: Cooperativismo Agropecuário no estado do Paraná (1907-1988). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2014. DOI: 10.5380/recp.V5i2.38273.

RICKEN, José Roberto; MAFIOLETTI, Robson Leandro; SILVA, Daniely Andressa da; MILLÊO FILHO, Samuel Zanello. **Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense**: Relatório final. Curitiba: Sistema Ocepar. 2023.

RICKEN, José Roberto. “**Programa de Educação Política**”. Epígrafe presente em cartaz institucional do Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense. Curitiba: Sistema OCEPAR, 2022. Material gráfico. 2022b.

STÖBERL, Paulo Roberto. **Conceito de Sociedade Cooperativa**. In *Sociedades Cooperativas*. São Paulo: Lex, 2018. p. 25 -56.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**: Eleições 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

Daniely Andressa da Silva · Coordenadora de Relações Institucionais do Sistema OCEPAR – Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Diogo Tavares · Analista de Relações Institucionais do Sistema OCEPAR – Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

José Roberto Ricken · Presidente do Sistema OCEPAR – Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Educação política na era digital: desafios democráticos e a experiência da parceria Engeform- Movimento Voto Consciente

Bruno Souza da Silva

Resumo

O presente artigo explora a educação política na era digital com foco nos desafios democráticos impostos pelas redes sociais. Para isso, analisa a parceria entre a empresa Engeform Engenharia e o Movimento Voto Consciente (MVC) no que diz respeito ao seu Programa de Educação Política, destacando como essa iniciativa empresarial busca fortalecer a cidadania e a democracia em um ambiente digital complexo. O problema abordado é o seguinte: como a educação política pode ser mobilizada para enfrentar os desafios democráticos gerados pela interação política mediada por redes sociais no Brasil? O artigo investiga como iniciativas de educação política podem atuar em um cenário onde algoritmos promovem câmaras de eco e polarização, dificultando o diálogo e a reflexão. Nesse sentido, o principal objetivo é apresentar uma análise descritiva dos dados do relatório de atividades de 2024 da página @educacaopoliticaengeform no Instagram, dedicada à difusão de conteúdos educativos no âmbito da parceria supracitada. A análise inclui a visão geral dos seguidores, alcance, impressões, engajamento e publicações de destaque. Simultaneamente, o trabalho visa relacionar esses desafios da educação política digital com os enfrentamentos democráticos contemporâneos, conforme a literatura da

área. Os achados indicam que a educação política em ambientes digitais enfrenta limites e possibilidades.

Abstract

This article explores political education in the digital age, focusing on the democratic challenges posed by social networks. To this end, it analyzes the partnership between the company Engeform Engenharia and the Movimento Voto Consciente (MVC) with regard to its Political Education Program, highlighting how this business initiative seeks to strengthen citizenship and democracy in a complex digital environment. The problem addressed is the following: how can political education be mobilized to face the democratic challenges generated by political interaction mediated by social networks in Brazil? The article investigates how political education initiatives can act in a scenario where algorithms promote echo chambers and polarization, hindering dialogue and reflection. With this in mind, the main objective is to present a descriptive analysis of the data from the 2024 activity report of the @educacaopoliticaengeform Instagram page, which is dedicated to disseminating educational content within the framework of the aforementioned partnership. The analysis includes an overview of followers, reach, impressions, engagement and top posts. At the same time, the work aims to relate these challenges of digital political education to contemporary democratic challenges, according to the literature in the field. The findings indicate that political education in digital environments faces limits and possibilities.

A democracia revela-se como fenômeno multifacetado, cuja complexidade ultrapassa os arranjos institucionais que a formalizam. Em seu cerne, exige que o *demos* – o corpo político de cidadãos – participe de maneira substantiva na construção dos destinos coletivos, dentro de quadros jurídicos e sociais historicamente situados. Tanto na experiência das cidades-Estado gregas, quanto nas sociedades con-

temporâneas, o processo democrático autêntico manifesta-se na dinâmica entre sujeitos dotados de direitos políticos, os quais atuam no espaço público orientados por seus referenciais culturais, valores compartilhados e pelas informações que moldam suas percepções e preferências políticas.

Mais do que um sistema de regras, a democracia constitui-se como expressão cultural viva. Como bem observou Dahl (2001), sua sustentação demanda não apenas instituições robustas, mas sobretudo um tecido social impregnado de cultura política participativa – desafio que se complexifica radicalmente quando as interações políticas migram majoritariamente para o ambiente digital. Estes espaços, que poderiam encarnar a esfera pública deliberativa idealizada por Habermas (1984), por exemplo, convertem-se com frequência em arenas de fragmentação social.

Como demonstram Empoli (2019) e Moore (2022), a arquitetura algorítmica das plataformas digitais opera sob uma lógica perversa: maximizam o tempo de engajamento através da exploração de vieses emocionais e cognitivos, privilegiando conteúdos polarizadores em detrimento de informações complexas. O resultado é um ecossistema onde “a indignação vende mais que a reflexão” (EMPOLI, 2019, p. 47). Por sua vez, Moore (2022) destaca como a economia da atenção transforma cidadãos em produtos de um mercado político digitalizado no qual o cerne da representação política, outrora garantidora da legitimidade democrática, se vê em um desafio constante. Ou seja, cidadãos vão deixando de desenvolver habilidades e comportamentos salutareos para o convívio democrático, como lidar com a diferença, na medida em que se brutalizam, transformando-se em consumidores de conteúdos políticos direcionados pelas redes sociais.

Se no século XX, como diagnosticou Putnam (1996), o mal-estar democrático manifestava-se através da apatia política e do esgarçamento do associativismo civil, hoje paradoxalmente enfrentamos o fenômeno oposto: uma hiperatividade virtual que gera mais ruído do que diálogo, mais performance do que deliberação substantiva. Nesse sentido, a

qualidade da democracia contemporânea mostra-se, portanto, intimamente vinculada à natureza das interações entre cidadãos informados e eticamente comprometidos com o bem comum, o que tem se perdido em meio às redes fragmentadoras e, por vezes, violentas.

Eis o dilema central de nosso tempo: preservar o potencial democrático das interações políticas quando estas ocorrem predominantemente em ambientes digitais moldados por algoritmos que fomentam “câmaras de eco”, ou seja, espaços autorreferenciais onde apenas as visões consolidadas encontram ressonância (SUNSTEIN, 2017). Neste cenário, a ação comunicativa proposta por Habermas (1984) encontra-se esvaziada quando as próprias condições do diálogo são pré-formatadas por lógicas tecno-comerciais que determinam quem pode ser ouvido e quais ideias merecem circulação. O desafio, portanto, é reconstruir pontes para a interação cidadã fora das bolhas digitais através das quais o exercício de se fazer política com o outro – e não a despeito do outro – ganhe novamente sentido.

Vale destacar que este cenário de fragilização democrática não é exclusividade brasileira, mas assume contornos particulares no país. Conforme alertam Levitsky e Ziblatt (2018), a erosão das democracias contemporâneas frequentemente começa não por golpes tradicionais, mas pelo gradual enfraquecimento das normas informais que sustentam as instituições. A respeito disso, não é exagero chamar a atenção para o processo no qual a deseducação política contribui para erodir as bases democráticas. No caso brasileiro, essa dinâmica se potencializa quando, como mostra Benevides (1996), historicamente negligenciamos a educação política como ferramenta de formação para o contraditório, essencial ao jogo democrático. A autora já alertava, em plena redemocratização, que “não há democracia vigorosa sem cidadãos capazes de pensar politicamente” (BENEVIDES, 1996, p. 228), diagnóstico que ganha urgência renovada na era das plataformas digitais. Isso porque há uma necessidade, cada vez mais latente, dos cidadãos pensarem politicamente para além dos seus interesses imediatos e predileções político-ideológicas apaixonadas se a perspectiva for qualificar o processo

político com vistas à execução de projetos de longo prazo. Na lógica das redes sobressai o imediatismo e não o cálculo político racional, fruto de uma reflexão sobre os rumos da coletividade.

Em suma, ao invés de ampliar as possibilidades de interação social dos cidadãos com vistas à qualificação da política e à construção de uma cultura baseada no acompanhamento dos representantes políticos, nas inovações participativas e na oxigenação da democracia representativa, as redes têm distanciado os que são diferentes. Quando os aproxima, comumente ocorre numa perspectiva de confrontos, reiterando aspectos da polarização política na qual a sociedade brasileira ainda continua mergulhada. Diante desse quadro, quais as saídas possíveis?

Certamente, um diagnóstico infalível inexistente. Mas os caminhos passam pela qualificação do processo democrático, mais detidamente no que diz respeito à relação entre os desafios e potencialidades de educar politicamente os cidadãos a fim de capacitá-los a encontrar saídas políticas para as diferenças existentes na sociedade, de modo que não redundem em confrontos sistemáticos insolúveis, mas se convertam em negociações possíveis. Isto é, o caminho da política democrática a partir de princípios focados em tolerância e consciência cívica alicerçados em processos de educação política.

Justamente nesse contexto descrito, iniciativas como a parceria da Engeform Engenharia Ltda. e o Movimento Voto Consciente (MVC) representam tentativas de preencher parte dessa lacuna de formação cidadã voltada à valorização da democracia e ao equilíbrio nas relações entre os diferentes. Ao produzir educação política também no ambiente digital desde 2020, o Programa de Educação Política Engeform enfrenta o duplo desafio identificado na literatura, a saber: i) combater a erosão das normas democráticas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018) através do fortalecimento institucional pela formação de base, voltada à conscientização da importância do convívio democrático, conhecimento sobre as instituições e reflexão sobre os processos políticos vivenciados e; ii) buscar materializar a visão de Benevides (1996) sobre educação política como prática cotidiana de construção da cidadania ativa, a qual recentemente

precisa ser adaptada aos novos códigos da comunicação digital que impõe seus desafios à sociabilidade política.

Conforme lembra Dantas e Almeida (2015), a educação política é uma espécie de dívida histórica do país, sobretudo ao considerar que a transição democrática brasileira (pós-1988) priorizou reformas institucionais e negligenciou a formação política dos cidadãos. Em outros termos, a educação política no Brasil permanece como uma matéria pendente da redemocratização, com consequências diretas, hoje, na qualidade da participação digital contemporânea. Também Lahuerta (2020) alerta para a retração da escola como espaço de formação política que deixa um vácuo ocupado pelas lógicas comerciais das redes sociais – um terreno fértil para a erosão democrática e o acirramento dos confrontos violentos. Portanto, a reconstrução do lugar público da escola na vida de uma sociedade democrática deve emergir como condição para que projetos de educação política digital, por exemplo, não reproduzam as mesmas desigualdades de acesso que marcam o ambiente da vida *offline*.

Mas o desafio de educar para a cidadania em meio às tensões políticas da democracia brasileira não se restringe ao universo educacional dos jovens, sobretudo no ambiente escolar. Há uma geração de adultos que não foram educados politicamente ainda jovens com vistas à atuação como cidadãos, conforme apontam Silva e Luz (2021) ao chamar a atenção para o papel da sociedade civil organizada e, inclusive, das empresas em estimular processos de educação voltados para o fortalecimento da cidadania e a democracia como forma de contribuir para mitigar o déficit cívico, como é o caso do Programa de Educação Política Engeform-MVC.

Diante do quadro exposto, a pergunta que guia o artigo aponta para o desafio evidente: como a educação política pode ser mobilizada para enfrentar os desafios democráticos gerados pela interação política mediada por redes sociais no Brasil? Para responder a essa questão, o artigo analisa a experiência de educação política a partir de um dos eixos do Programa de Educação Política da Engeform-MVC, que vale enfatizar,

trata-se de um programa suprapartidário de formação política levado adiante no âmbito de uma empresa privada.

O eixo em questão é o dos conteúdos de educação política produzidos ao longo do ano de 2024 para a página do Instagram @educacaopoliticaengeform, o qual conta com a assessoria de conteúdo digital e design da Manalais Comunicação e é resultado, direto, da parceria entre a empresa Engeform Engenharia Ltda. e o Movimento Voto Consciente (MVC). Conforme sinalizado, desde 2020 há produção de conteúdos digitais, embora o início do programa tenha ocorrido em 2018 com o objetivo de promover ações de fortalecimento da cidadania e de formação política tanto para o público interno da empresa (seus colaboradores e parceiros) quanto para um público externo, formado pela comunidade virtual através da rede social do programa.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise descritiva de informações que compõem o último relatório apresentado pela assessoria supracitada a respeito dos seguintes pontos: i) visão geral dos seguidores da página; ii) alcance e impressão acerca das publicações; iii) engajamento e visitas; iv) publicações e stories de destaque. Simultaneamente, relaciona os desafios de se promover educação política no ambiente digital de forma orgânica frente aos desafios democráticos na era digital apresentados anteriormente por referências da área.

Educação Política na prática: análise da rede social @educacaopoliticaengeform

Processos de educação política por meios digitais não são, necessariamente, uma novidade. Há redes muito potentes e outras ainda promissoras promovendo explicações sobre conteúdos políticos e realizando postagens cotidianamente com foco na conscientização cidadã voltada à qualificação da democracia no ambiente virtual. É o caso, por exemplo, do @politize!, uma organização não governamental (ONG) que possui em abril de 2025 cerca de 168 mil seguidores em sua página do Instagram e mais de 2.470 postagens. Da mesma forma, a Rede Nacional

de Educação Cidadã (@redenec), outra ONG, centrada no impulsionamento do ecossistema de educação cidadã, a qual conta atualmente com 36 postagens e mais de 1.000 seguidores.

A despeito das diferenças em termos de volume de publicações e seguidores das páginas, o que chama a atenção é a proliferação mais recente de iniciativas educacionais voltadas à formação política que buscam ocupar o espaço das redes sociais, as quais tem se colocado como um dos maiores desafios da democracia brasileira, conforme argumentado anteriormente. A página @educacaopoliticaengeform soma-se a esse desafio de promover conteúdos educativos em política, mas possui uma característica diferente do que é mais comumente encontrado: trata-se de uma iniciativa empresarial voltada à conscientização cidadã na medida em que é parte de um programa permanente de educação política mais amplo. Ou seja, não se trata de uma iniciativa da sociedade civil organizada na forma de uma ONG, de projetos relacionados ao Poder Público como comumente há diversos processos educativos a partir de Escolas do Legislativo ou de Escolas de Governo, mas de uma empresa que assume um compromisso de responsabilidade social mediante seus colaboradores a comunidade a ela ligada.

Há diversas empresas nos últimos anos preocupadas em contribuir com a qualificação do voto, a conscientização sobre a participação política eleitoral e a realização de ações pontuais voltadas à educação política. No entanto, o diferencial do Programa de Educação Política Engeform-MVC e do seu eixo voltado à educação política através de uma rede social é o caráter de perenidade do programa.

Embora a página tenha sido criada em 2020 com o objetivo inicial de abrigar vídeos educativos dos chamados Embaixadores da Democracia, conjunto de dezenas de colaboradores da empresa que passaram por um processo formativo específico sob coordenação do MVC de modo mais aprofundado em 2019 e que foram desafiados a produzirem vídeos educativos na forma de uma competição para as redes sociais, os relatórios de acompanhamento anual são mais recentes. Isso porque, com o passar do tempo, a página passou a cumprir com outros objetivos que não

apenas abrigar os vídeos. Por meio dela tem sido produzidos conteúdos periódicos, tais como: lives de debate público com especialistas sobre temas políticos de destaque ao longo dos últimos anos, *quizes* educativos, stories informativos, curiosidades políticas, dicas de livros e conteúdos bibliográficos especializados, glossários políticos, dicas para um voto consciente, explicações sobre políticas públicas específicas, divulgação dos outros eixos do Programa de Educação Política tais como realização de palestras formativas e ações concretas de cidadania, entre outros.

Em 2024 os conteúdos deram conta de toda essa variedade apresentada, sendo importante destacar que os cuidados teórico-conceituais relacionados aos temas trabalhados e a manutenção de uma postura suprapartidária nas publicações resultam de encontros periódicos entre três partes: colaboradores do setor de comunicação da Engeform (responsáveis diretamente pela gestão do programa), coordenação do projeto por parte do MVC e a Manalais Comunicação. Os dados referentes ao relatório de atividades da página @educacaopoliticaengeform de 2024 apontam para as potencialidades e os desafios da educação política no meio digital e devem ser compreendidos levando-se em conta que se trata de uma página que busca crescer de forma orgânica, sobretudo a partir dos seus colaboradores e pessoas ligadas a eles, bem como os que se relacionam direta ou indiretamente com a empresa.

No que diz respeito ao primeiro ponto destacado na seção anterior referente ao relatório, **a visão geral dos seguidores da página**, após o fechamento dos dados em dezembro de 2024, a página já contava com 2.749 seguidores e possuía 853 publicações. Ao longo de todo o ano de 2024 havia conquistado 492 novos seguidores. Ao todo, a base de seguidores cresceu de modo mais tímido, em 2,4% em relação a 2023 quando possuía 2.678. Em 13 de abril de 2025 o número já saltou para 2.899 seguidores, aumento de 150 seguidores quando comparado aos dados de 2024. A despeito do volume de seguidores é importante ressaltar que o crescimento tem sido contínuo nesses anos, o que aponta para a capacidade de gerar engajamento dos conteúdos mesmo frente aos desafios impostos pela lógica algorítmica das redes sociais, as quais conforme

salientado nos apontamentos da literatura valorizam mais conteúdos de indignação do que de reflexão (EMPOLI, 2019). Ainda considerando os dados do relatório de 2024, um dos picos de ganhos de seguidores havia sido no mês de maio (79 novos) a maior parte deles tendo chegado à página do dia 29/05 em uma postagem sobre a lei ao incentivo ao esporte associada às Olimpíadas.

Em relação ao segundo ponto elencado, o **alcance e impressão acerca das publicações**, o relatório da Manalais aponta que em 2024 foram 312.726 contas alcançadas, 40% a mais que em 2023, e 363.835 impressões, 12% a menos que no ano anterior. Alguns conteúdos impulsionados contribuíram para a elevação das métricas a fim de expandir o nicho e o alcance da página. Já no que diz respeito aos *reels*, vídeos curtos e verticais compartilhados pela rede social semelhantes aos identificados no TikTok, eles contribuíram também para a elevação da métrica de impressões. Como no ano de 2024 foram publicados menos conteúdos em formato *reels*, isso impactou diretamente o número de impressões, ficando mais baixo que em 2023.

Portanto, a preocupação exposta no debate teórico de que as linguagens digitais têm sido um verdadeiro desafio à democracia encontra ressonância no comportamento da página, por exemplo. Isso porque algumas formas de exibição dos conteúdos educativos acabam despertando mais a atenção dos usuários do que outras, sobretudo os vídeos quando comparados à conteúdos publicados na forma de carrosséis informativos com explicações mais detalhadas, imagens, infográficos etc. O desafio dos vídeos curtos, refletindo do ponto de vista das contribuições para educar politicamente os usuários é que, por vezes, elaborações mais sofisticadas acerca de temas específicos necessitam da dimensão dialógica mais desenvolvida.

A esfera pública deliberativa teorizada por Habermas (1984), voltada à formação de um espaço discursivo onde cidadãos livres e iguais debatem questões de interesse comum, com vistas à formação de opinião pública racional e à influência sobre o sistema político, se mostra desafiadora no ambiente digital marcado pela simplificação. Uma vez

mais: redes sociais, em tese, potencialmente ampliam o acesso mais livre e igualitário aos conteúdos, mas algoritmos têm criado novas exclusões e, o comportamento dos usuários pode ser uma barreira à lógica argumentativa que está no âmago da educação política cidadã.

Quanto ao terceiro ponto anteriormente apontado, referente ao **engajamento e visitas** à página, em 2024, o engajamento foi de aproximadamente 4.300 interações sendo que as visualizações do perfil apresentaram resultados muito próximos aos de visualizações. No entanto, vale destacar que o relatório aponta que a partir do mês de outubro de 2024 os números começam a crescer radicalmente, por causa de muitos anúncios feitos na plataforma acerca dos conteúdos publicados e como parte da estratégia para atrair mais seguidores utilizando-se também de vídeos e criação de novos quadros na página, o que tem se mostrado eficiente considerando o aumento logo no início de 2025 dos usuários.

Por fim, em relação ao quarto item elencado, **publicações e stories de destaque**, o relatório corrobora a percepção de que os vídeos curtos apontam para o caminho de maior eficiência no Instagram. No entanto, também chama a atenção para a importância de se manter a organicidade nas publicações e junto à comunidade virtual. As publicações em formato *reels*, com produção da própria Engeform que apresentou colaboradores dialogando diretamente com os seguidores, tiveram os melhores resultados durante o ano. Destaque para as publicações com fotos do time da Engeform as quais apresentam melhor desempenho quando comparadas às demais.

Nesse sentido a reverberação de campanhas de caráter cidadão da Engeform repercutiram de modo muito positivo na página, como é o caso das seguintes publicações: campanha de conscientização sobre a importância da doação de sangue; divulgação das atividades relacionadas à segunda edição do programa de formação dos “Embaixadores da Democracia” no âmbito interno das ações de educação política; repercussão de diversas palestras de conscientização sobre o voto e a importância da participação política nas Eleições de 2024 em diversos cantos de obras da empresa; colaboradores da empresa que interagiram

com a campanha que chamava a atenção para a importância da leitura segurando alguns livros em mãos.

Em outros termos, quando os colaboradores da empresa aparecem para a comunidade virtual, da qual eles também são parte, a comunidade reage de modo positivo. Isso aponta para a necessidade, ainda mais intensa, de formar esses líderes da empresa para que eles mesmos possam difundir conteúdos educativos de Educação Política na comunidade virtual ampliada, a qual provavelmente os identifica como pares, o que gera espontânea aproximação. Ainda em 2024 ocorreu também uma ação de cidadania na empresa voltada ao estímulo para a regularização do título de eleitor em todas as suas unidades. A postagem referente à essa ação contou com 88 publicações nos stories, sendo que as de maior destaque foram os stories com fotos de colaboradores da empresa segurando o título de eleitor (físico ou virtual) em mãos.

Considerações Finais

O estudo da experiência da página @educacaopoliticaengeform revela tanto os limites quanto as possibilidades da educação política em ambientes digitais marcados por lógicas algorítmicas que privilegiam o engajamento em detrimento da reflexão. Como demonstrado na análise, os dados de 2024 vão ao encontro da tese de Empoli (2019) e Moore (2022) sobre a arquitetura das plataformas: conteúdos simplificados em formato de vídeos curtos (reels) tiveram desempenho significativamente superior a materiais mais densos, como carrosséis explicativos. Esse cenário coloca um dilema prático – como conciliar a necessidade pedagógica de aprofundamento com as demandas da comunicação digital? A resposta parece estar, como sugere Benevides (1996), na capacidade de traduzir conceitos complexos para linguagens acessíveis sem perder o rigor teórico, estratégia que o Programa de Educação Política Engeform-MVC começou a explorar ao associar temas institucionais a possibilidades de intervenção prática no cotidiano (como a campanha dos títulos de eleitor), obtendo mais interações nos *stories*.

Por outro lado, o crescimento orgânico da página de 2,4% em 2024 evidencia os desafios de se construir uma esfera pública deliberativa (HABERMAS, 1984) em plataformas digitais que são marcadas por uma cultura do entretenimento e exploradas com finalidades comerciais. Apesar do alcance de 312.726 contas, a baixa penetração em novas bolhas (apenas 15% dos alcançados eram não seguidores) reforça o diagnóstico de Sunstein (2017) sobre as câmaras de eco. Contudo, a experiência analisada também aponta caminhos importantes: a participação direta dos colaboradores da Engeform nos conteúdos mostrou-se eficaz para gerar identificação e engajamento autêntico, sugerindo que a educação política corporativa pode ser uma via para romper a barreira da desconfiança que marca o ambiente digital – especialmente quando, como destacam Levitsky e Ziblatt (2018), as normas informais da democracia estão sob erosão.

Por fim, a iniciativa estudada demonstra que o setor privado pode desempenhar um papel inovador na educação política, conforme já alertava Dantas e Almeida (2015) sobre a dívida histórica brasileira nessa área. A perenidade do programa (desde 2018) e sua adaptação contínua aos códigos digitais, como a criação de quadros temáticos e o uso estratégico de impulsionamentos, mostram que é possível conciliar sustentabilidade institucional com relevância pedagógica. Embora não substituam políticas públicas de larga escala, experiências como a do Programa de Educação Política Engeform-MVC oferecem lições cruciais para um momento em que, como lembra Lahuerta (2020), a escola tradicional já não é o único espaço de formação cidadã e, dentro dela, tem ocorrido um esvaziamento dos conteúdos políticos motivados por reações em linha com interpretações reacionárias sobre os educadores e o papel da educação como produção de mão de obra qualificada ao invés de desenvolvimento seminal para o fortalecimento da cultura cívica. O desafio que permanece é como escalar essas iniciativas sem perder sua organicidade, uma questão que demanda novas pesquisas sobre modelos híbridos de educação política na era digital. Se as redes sociais são parte do problema da democracia digital, experiências como a aqui

analisada provam que podem ser também parte da solução. Desde que guiadas por princípios pedagógicos claros e que possuam compromisso genuíno com o interesse público.

Referências

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 223-237, 1996.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DANTAS, H.; ALMEIDA, R. E. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**, v. 4, n. 1, 2015.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do Caos** – como as *Fake News*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução Arnaldo Bloch. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LAHUERTA, M. Educação e política no contexto da crise contemporânea: formação para a vida civil e o lugar público da escola. In: BOTO, Carlota et. al (Orgs.). **A escola pública em crise**: inflexões, apagamentos e desafios. São Paulo: Livraria da Física, 2020, p. 355-380.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOORE, M. **Democracia hackeada**: como a tecnologia desestabiliza os governos mundiais. São Paulo: Editora Hábito, 2022.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SUNSTEIN, C. R. **#Republic**: divided democracy in the age of social media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

Bruno Souza da Silva · Doutorando, mestre e graduado em Ciências Sociais (UNESP/Araraquara). Pesquisador do Laboratório de Política e Governo (UNESP/Araraquara). Diretor do Movimento Voto Consciente (MVC) e coordenador do Programa de Educação Política Engeform. Professor há mais de uma década, ministrando aulas em diferentes disciplinas do Ensino Médio à Pós-Graduação em diversas instituições (UNESP, FESP-SP, Colégio Conexão Jaú e Colégio Natureza). Professor de cursos livres de Educação Política (KAS e Oficina Municipal). Comentarista de Política do Grupo EP nas rádios CBN Campinas e Ribeirão Preto. Colunista do blog Legis-Ativo, parceria entre o MVC e o Congresso em Foco. Contato: bruno-souza.silva@unesp.br

A educação política e o caso da coleção em Miúdos: um sopro de cidadania na mente dos brasileiros

Madu Macedo
Geraldo Cunha Neto

Resumo

O artigo apresenta a experiência da Constituição em Miúdos, e de toda “coleção em miúdos” como exemplo de democratização da linguagem jurídica, ao traduzir conteúdos legais para uma linguagem mais simples e acessível, aproximando o cidadão comum do entendimento de seus direitos e deveres. Por meio de livros acessíveis e atividades pedagógicas, jovens passaram a compreender seus direitos e deveres, tornando-se protagonistas sociais. O projeto é reconhecido por seu potencial transformador na formação de uma sociedade mais crítica, justa e democrática.

Abstract

The article presents the experience of Constituição em Miúdos (Constitution in Kids), and the whole “collection in kids” as an example of democratizing legal language, by translating legal content into simpler and more accessible language, bringing ordinary citizens closer to understanding their rights and duties. Through accessible books and educational activities, young people have come to understand their rights and duties, becoming social protagonists. The project is recog-

nized for its transformative potential in shaping a more critical, fair and democratic society.

Introdução

Neste texto vamos compartilhar a história da “Coleção em Miúdos”. Tudo começou de forma despretensiosa, por meio de uma conversa com o então Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, Dr. Florian Madruga. Onde surgiu a ideia de trazer a nossa Constituição Federal numa linguagem mais acessível aos nossos adolescentes. Desde então, o projeto tem se expandido por todo o país.

A “Constituição em Miúdos I”, primeira obra da Coleção em Miúdos, buscava trazer a compreensão das normas da nossa Constituição, o que fez com o que se tornasse a base para criação de diversas outras publicações de algumas de nossas legislações, visto que foi muito bem aceita pelos estudantes.

A expansão deste projeto só foi possível em razão do apoio de diversas instituições, parceiros e multiplicadores que viram na Coleção em Miúdos uma forma de fortalecer a educação para a cidadania contribuindo para a expansão de conhecimentos acerca dos direitos e deveres do indivíduo enquanto cidadão e com esse objetivo fomentar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Aqui compartilhamos as experiências de anos de trabalho com a Coleção em Miúdos e o impacto que este trabalho vem gerando na formação cidadã de nossas crianças, adolescentes e jovens cooperando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É justamente isso o que se pretende contar a partir de agora.

O caso da Coleção em Miúdos

A educação para a cidadania foi a força motora para o surgimento da Coleção em Miúdos, pois com o passar dos anos, por meio da

experiência dentro de uma Casa Legislativa, se percebeu o desconhecimento do processo legislativo e das leis em geral por parte da comunidade e até mesmo por parte de alguns parlamentares quando da assunção do cargo de legislador municipal, o que acabava por distanciar a população dos reais anseios almejados pela Constituição da República.

Daí, se estabeleceu por meio da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pouso Alegre, no início dos anos 2000, projetos visando a difusão de conhecimentos acerca desta temática. Tudo começou com a criação do projeto Câmara Mirim, composta por representantes das escolas municipais, estaduais e particulares do ensino fundamental II. O interesse dos alunos pelo tema fez com que os egressos do ensino fundamental II reivindicassem aos legisladores municipais a criação da Câmara Jovem, para os alunos do ensino médio, pois queriam continuar o aprofundamento nos estudos da temática abordada. Isso por si só já demonstra o interesse despertado nos alunos.

Diante do engajamento dos alunos, e a interação destes com o parlamento culminou em atividades práticas que demonstraram aos estudantes participantes dos projetos, a efetiva diferenciação entre as ações praticadas pelo poder legislativo e executivo, como forma de despertar nestes consciência política acerca das funções exercidas pelos poderes constitucionalmente estabelecidos na Carta Magna de 1988.

Com o passar do tempo, as atividades foram criando corpo e aumentando, sendo que, em 2014 na inauguração da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Unaí- MG , o senhor Florian Madruga, que à época presidia a Associação das Escolas do Legislativo e de Contas, e demonstrando a necessidade de se levar o estudo da Constituição para as escolas lançou um desafio para que pudessemos desenvolver um projeto de transformar, a essência da Constituição da República, numa linguagem mais acessível aos cidadãos comuns, com o viés de estimular a aplicação deste material principalmente nas escolas.

Assim nasce a Constituição em Miúdos I, que foi escrita em 2014 e lançada no 25º Encontro da ABEL, em junho de 2015 na cidade de Vitoria – ES. A partir de então, a Constituição em Miúdos através da capacitação

e incentivo de multiplicadores interessados na educação para a cidadania começa a ganhar adeptos e tomar forma em todo território nacional.

Naquele momento, surgiu a preocupação de fazer com que a Constituição em Miúdos não fosse mais um livro que fosse chegar até as escolas e ficasse exposto em suas prateleiras, aliás tal provocação, partiu da educadora e pesquisadora Beatriz Marcos Telles da PUC –SP. Foi então que surgiu a ideia de utilizar a Constituição em Miúdos no projeto **já desenvolvido** pela Escola do Legislativo professor Rômulo Coelho: a Gincana do Saber.

Diante disso, a Gincana do Saber, já realizada entre as escolas do município de Pouso Alegre – MG pela Escola do Legislativo passou a utilizar a Constituição em Miúdos I como tema de estudo dos alunos participantes. O projeto Gincana do Saber criado em 2008 consistia em um projeto que era escolhido um tema, onde os alunos o estudavam para participar de uma atividade lúdica de perguntas e respostas sobre a referida temática, aprendendo assim de forma divertida. Esta forma de aprendizado se expandiu para diversas escolas do Sul de Minas Gerais e foi ganhando mais adeptos país afora.

Com a utilização da obra Constituição em Miúdos por diversas Câmaras Municipais e Escolas do Legislativo que desenvolviam projetos com a Câmara Mirim e Câmara Jovem surgiu a necessidade de se criar um instrumento de fixação dos conteúdos dispostos no livro e a partir disso foi elaborada a cartilha de atividades em 2016, com diversos exercícios e facilitando ainda mais o aprendizado.

Em 2017 o projeto da gincana do saber tendo a utilização da Constituição em Miúdos como paradigma, ganha ainda mais dinamismo com a realização da gincana do saber regional, ocasião em que 25 (vinte cinco) cidades do sul de Minas Gerais participaram deste projeto.

A partir daí tivemos a certeza de que estávamos conseguindo quebrar as barreiras do desconhecimento das normas estabelecidas na Constituição da República, as crianças e jovens participantes do projeto conseguiam entender os anseios estabelecidos pelos legisladores constituintes, e se passou a ter certeza de que a Constituição em Miúdos não

seria mais uma obra que comporia as estantes das escolas ou as gavetas das escrivaninhas Brasil à fora.

No mesmo ano (2017) é lançada a obra *Constituição em Miúdos II* explorando outras temáticas alusivas ao conteúdo da Constituição da República e complementando o estudo do texto constitucional de forma ainda mais detalhada. Os livros passam a compor a “coleção em miúdos” que vai tomando forma. Os cidadãos passam a ser inseridos em espaços onde não chegavam. Os conhecimentos acerca dos direitos e deveres do indivíduo passam a ser melhor difundidos e passa a acontecer uma leitura mais dinâmica de jovem para jovem acerca das normas estabelecidas na Lei Maior.

O município de Pouso Alegre – MG foi o primeiro no país a instituir nas escolas municipais, o estudo da Constituição em Miúdos. As atividades tiveram início com o 4º ano do ensino fundamental I, e também no 8º ano, ambos por meio da cartilha de atividades especialmente desenvolvida para fixação dos conteúdos explorados.

Com isso, se passou a despertar uma maior necessidade do desenvolvimento de uma educação para a cidadania, se estabelecendo com diversas instituições públicas e privadas uma proposta inovadora para a transformação da sociedade. Vários municípios do Brasil começaram a instituir o estudo da Constituição Federal, utilizando as obras *Constituição em Miúdos I e II* e respectivas cartilhas de atividades.

Os livros, então, passam a ser uma parte deste projeto, desta conexão abarcada por educadores, professores, juristas, servidores públicos, agentes políticos, representantes da sociedade civil e cidadãos, em todo país, que passam a contribuir e impulsionar a difusão de informações estabelecidas na legislação brasileira visando impulsionar mudanças reais na sociedade, onde os direitos dos cidadãos sejam plenamente respeitados e difundidos.

Os direitos autorais das obras da “coleção em miúdos” foram renunciados em prol da sociedade. É importante ressaltar que desde o início a “Coleção em Miúdos” só foi possível graças a ABEL em parceria com o Senado Federal, por meio de sua gráfica, que acolheu o projeto e passou a editar e distribuir os livros a preço de custo, o que foi funda-

mental para a efetivação da ideia inicial do projeto, para que as informações ali contidas chegassem ao seu destino final, o cidadão. É justamente isso o que ressalta um dos grandes responsáveis pelo projeto da coleção em miúdos, Dr. Florian Madruga:

De uns tempos para cá tem-se ouvido muito falar em “Educação Legislativa” e “Educação para a Cidadania”. São expressões que não fazem parte da educação formal da grade curricular das Escolas, mas que têm sido bastante discutidas por jovens nas Escolas do País. Graças à Professora Madu Macedo, ex-Diretora da Escola do Legislativo de Pouso Alegre-MG, do Senado Federal e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas-ABEL, “Educação Legislativa” e “Educação para a cidadania” são assuntos do dia-a-dia nas Casas Legislativas e Escolas do Brasil. Madu Macedo é autora da “Constituição em Miúdos” e da “Coleção em Miúdos”, destinadas aos jovens estudantes, onde expõe e discute o que é ser cidadão e a prática da cidadania. É um tema de alta relevância, pois desperta nos jovens o senso do que é ser cidadão com todas as suas responsabilidades perante o País e seus cidadãos. Deve-se frisar que essas publicações são do acervo editorial do Senado Federal e são impressas por sua gráfica, que disponibiliza para todos os cidadãos.

A educação para a cidadania por meio da “Coleção em Miúdos” foi aumentando ainda mais. As pessoas se viram inseridas naquele ideal, multiplicadores foram surgindo, passou a existir uma interconexão entre professores e as obras foram se espalhando por todo país.

Com isso, professores e multiplicadores foram sendo capacitados em todo país, as pessoas que já vestiam a camisa da educação cidadã foram adotando as cartilhas da Coleção em miúdos em suas atividades. Todos foram importantes para que o projeto evoluísse em prol da sociedade e essa cadeia de pessoas interconectadas em um propósito único, começou a caminhar a passos largos.

Ou seja, todos os envolvidos foram tocados e imbuídos do mesmo propósito. Os jovens despertaram para o conteúdo da “coleção em

miúdos” e passaram a se integrar às normas da constituição passando da condição de meros coadjuvantes à condição de ator principal na sociedade brasileira, tendo a efetiva noção do roteiro estabelecido na Constituição da República.

Isso foi constatado em diversas manifestações de estudantes que aderiram ao estudo das obras, à exemplo da estudante Ana Clara Oliveira, do Centro de Excelência Professor Abelardo Romero Dantas, no município de Lagarto – SE, acerca de 70 KM da capital Sergipana:

Ter acesso à Constituição em Miúdos e conhecer o trabalho inspirador de Madu Macedo foi como abrir as portas para um novo mundo. A coleção em miúdos tornou-se um verdadeiro divisor de águas na minha vida, marcando meu primeiro contato com a Educação Cidadã e ampliando minha visão sobre o poder do conhecimento. Através desse material, compreendi que a cidadania não é algo distante, mas uma ferramenta real de transformação. Essa jornada de aprendizado me fez enxergar que, por meio da Educação Cidadã, posso construir um futuro melhor não apenas para mim, mas também para minha comunidade. Foi um despertar: deixei de apenas sonhar e passei a traçar caminhos concretos para transformar realidades.

Com o passar do tempo novas obras que passaram a compor a “coleção em miúdos” a Lei Maria da Penha em miúdos, o Estatuto da Criança e Adolescente, o código de defesa do consumidor em miúdos, o estatuto da igualdade racial em miúdos e neste ano de 2025 serão lançados o estatuto da pessoa com deficiência em miúdos e Agenda 2030 em miúdos.

Diante da aprendizagem das obras da Coleção em Miúdos pelos estudantes, podemos trazer os seus desdobramentos para a vida dos cidadãos, como por exemplo, o caso paradigmático a ser citado e descrito do depoimento da diretora da escola do Legislativo professor Rômulo Coelho em Pouso Alegre – MG, Manu Barreto quando estudado nas escolas regulares a obra Maria da Penha em miúdos:

Em 2022, trabalhamos com toda a Rede Municipal de Educação o Livro Maria da Penha em Miúdos; o estudo foi feito de modo transversal alcançando disciplinas como Artes, Literatura e História. Ao fim das atividades em junho, o então diretor de uma unidade do CRAS da cidade nos relatou que, de janeiro a maio de 2022 houve aumento de 63% comparado com o período de janeiro a dezembro de 2021 no número de acolhimentos relacionados à violência doméstica. E que, muitas das vezes, ele via a mãe chegar ao CRAS levada pelo próprio filho que já sabia até tipificar a violência. Obviamente essas mulheres já estavam sendo violentadas no ano anterior, mas começaram a identificar a violência a partir da ação multiplicadora da informação dos próprios filhos ou a partir do encorajamento vindo com as crianças.

Hoje são mais de 708 (setecentos e oito) municípios brasileiros que trabalham a educação cidadã em suas escolas por meio da coleção em miúdos. Até 2025 a gráfica do senado já havia impresso centenas de milhares de exemplares das obras da coleção em miúdos, a Constituição em Miúdos I está na sua 5ª edição e a Constituição em Miúdos II está em sua 3ª edição. Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas e o Ministério Público Estadual país a fora passaram a utilizar suas obras para a difusão da educação para a cidadania.

A Juíza Iracy Riveiro Mangueira Marques do Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe, que possui a Lei n 8.908 de 19 outubro de 2021, que “Dispõe sobre a inclusão do estudo da Constituição Federal, através do livro “Constituição em Miúdos”, por meio da publicação de domínio público e gratuito, disponibilizada pelo Senado Federal, como conteúdo transversal da grade curricular da educação básica, na rede pública estadual de ensino, e dá outras providências correlatas”, declarou o seguinte:

A Coleção em Miúdos é uma ferramenta de diálogo extraordinária na interface entre o Sistema de Justiça e o Adolescente. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, na Coordenadoria da Infância e Juventude, usamos a Coleção para fomentar o protagonismo juvenil,

potencializar a autonomia do adolescente e impulsionar a sua capacidade de exercício da cidadania enquanto instrumento de garantia de direitos e acesso à Justiça. Reputo a obra de Madu Macêdo o fato de que hoje não simplesmente ofertamos uma política de atendimento ao público infantojuvenil, mas construímos essa política judiciária com a participação efetiva do sujeito de direitos em desenvolvimento.

Os trabalhos realizados através das obras da “coleção em miúdos” também vêm sendo difundidos em universidades, em diversos projetos de educação para a cidadania. Os estudantes passaram a se sentir empoderados pelos conhecimentos adquiridos e acabaram por se transformar em multiplicadores perante sua família, sua escola, sua comunidade e perante a sociedade em geral.

Com isso se viu a verdadeira educação para a transformação, e os estudantes passaram a ser os agentes desta mudança. As obras da coleção em miúdos passaram a preparar o jovem a ser cidadão exemplar no futuro.

Neste sentido é o depoimento da professora Cleiciane do Estado do Sergipe:

Foi extremamente gratificante e formativo para mim conhecer a *Coleção em Miúdos*, da autora Madu Macedo, e poder trabalhar esse material com os meus alunos. Desse modo, foi possível observar a maneira como ele desperta nos jovens uma reflexão crítica sobre o mundo ao seu redor, de maneira que, enquanto professora, eu tive a oportunidade de ampliar os campos de visão e atuação dos meus alunos. Hoje, com grande satisfação, posso afirmar que *A coleção em Miúdos* está no campo da ciência, e eu, como pesquisadora, me sinto privilegiada por poder contribuir para a ampliação do conhecimento sobre essa importante obra.

A respectiva coleção se revela como um recurso pedagógico indispensável, especialmente no contexto da formação da consciência político-cidadã dos jovens. Ela oferece aos estudantes uma visão clara e acessível dos seus direitos, além de estimular a reflexão sobre sua atuação no cenário

social. Acredito profundamente que esse material é essencial para o desenvolvimento de jovens conscientes de seu papel na sociedade, capazes de se posicionar de maneira crítica e assertiva diante das questões que os envolvem.

Recomendo fortemente a *Coleção em Miúdos* a outros professores, pois sua abordagem inovadora e sensível é uma ferramenta poderosa para a construção de uma educação mais inclusiva e transformadora. Seu impacto vai além da sala de aula, tornando-se um instrumento crucial na formação de cidadãos críticos e atuantes, comprometidos com a justiça social, os direitos humanos e a construção de uma sociedade democrática.

A teoria aliada à prática das atividades desenvolvidas pelos multiplicadores materializou-se em conhecimento, os quais passaram a despertar na coletividade um desejo por mudanças. Os indivíduos começaram a entender que além do conhecimento dos direitos e deveres estabelecidos nas normas constitucionais e legislação infraconstitucional eram parte integrante deste.

A “coleção em miúdos” passa a ser uma forma de difusão de conhecimentos e diminuição de desigualdades sociais, na medida em que leva aos cidadãos conhecimentos necessários para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. É neste sentido o depoimento de Gabriela Silva, diretora da Escola do Legislativo de Marabá do Estado do Pará.

A Escola do Legislativo da Câmara de Marabá realiza projetos voltados para a coleção em miúdos, Constituição em miúdos, Maria da Penha, Estatuto da Igualdade racial e agora iniciaremos um projeto em parceria com a OAB sobre o Eca em miúdos. Essa coleção é muito importante, pois auxilia de maneira lúdica, contextualizada o ensino de normas jurídicas, políticas públicas, cidadania. A partir de exemplos do cotidiano a autora consegue envolver crianças, jovens e adultos em temáticas que são áspersas, de difícil compreensão e que não suscita interesse da população devido à linguagem jurídica. A coleção em miúdos informa e contribui para a for-

mação crítica dos cidadãos, especialmente do público estudantil de maneira acessível e brincante.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido através de projetos como: a Câmara Mirim, Câmara Jovem, Gincana do Saber contribui para o fortalecimento da democracia e para a efetivação dos direitos sociais, na medida em que alteram os padrões de comportamento, transformando a informação em conhecimento, o que desperta no cidadão uma visão crítica da administração levando os agentes políticos, enquanto executores de políticas públicas e orçamentárias, a buscar uma prestação mais eficiente.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo primeiro, ressalta que a nação tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Dentre os inúmeros objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil descritos no artigo 3º da CF/88 está a construção uma sociedade livre, justa e solidária.

E como se constrói uma sociedade livre, justa e solidária? Um dos caminhos é a educação política, já que esta ocupa um papel fundamental na formação de uma sociedade mais igualitária, fortalecendo a democracia.

Os cidadãos detentores de conhecimento e olhar crítico, ciente das normas administrativas transmitidas através dos ensinamentos promovidos por meio da “coleção em miúdos” contribuem para a formação de uma democracia fortalecida com a busca de valores sociais voltados para uma maior participação popular.

Norberto Bobbio assevera que:

[...] Um dos trechos mais exemplares a este respeito é o que se encontra no capítulo sobre a melhor forma de governo das considerações sobre o governo representativo de John Stuart Mill, na passagem em que ele divide os cidadãos em ativos e passivos e esclarece que, em geral, os governantes preferem os segundos (pois é mais fácil dominar súditos dóceis

ou indiferentes), mas a democracia necessita dos primeiros. Se devessem prevalecer os cidadãos passivos, ele conclui, os governantes acabariam prazerosamente por transformar seus súditos num bando de ovelhas de dedicadas tão somente a pastar o capim uma ao lado da outra (e a não reclamar, acrescento eu, nem mesmo quando o capim é escasso). (BOBBIO, 1986, p. 32).

Toda ação imbuída de intencionalidade pedagógica, busca a formação de seres humanos engajados na construção de uma nova sociedade, conscientes de seu papel como agentes de transformação, sejam membros ou não da administração pública. Os conhecimentos transmitidos através das obras da coleção em miúdos privilegiam a formação de novas lideranças políticas enquanto formação cidadã, além de ampliar na sociedade os valores de liberdade e igualdade, deveres a serem conquistados pela sociedade democrática. E para que se fale em democracia não se pode descuidar da necessidade de se estar diante de uma sociedade consciente dos seus deveres e obrigações enquanto cidadão. Este é o relato do senhor Roberto Lamari, presidente da ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas):

A Coleção em Miúdos representa um marco divisório para a educação legislativa e cidadã no Brasil por se tratar de livros com linguagem acessível, e que ensinam conceitos fundamentais sobre cidadania e democracia de forma descomplicada formando cidadãos críticos e engajados. Ao promover a leitura desde a infância, contribuímos para que as novas gerações compreendam seus direitos e deveres formando pessoas com cidadania plena. A ABEL apoia essa iniciativa, já que, desta forma estamos investindo no futuro de uma sociedade mais justa e participativa.

Em razão do vocabulário rebuscado presente na linguagem jurídica, e em contraponto a facilidade de compreensão do conteúdo dos livros da “coleção em miúdos” tem feito com que tais livros fossem apresentados em trabalhos na Universidade de Harvard e também na ONU

(Organização das Nações Unidas). Diversos artigos científicos foram publicados acerca das obras em revistas científicas, dissertações de mestrado tiveram como norte a capacidade de transformação da “coleção em miúdos” na escola, na sociedade e na família.

Como se pode verificar, a coleção em miúdos, tem cumprido seu papel transformador na sociedade, contribuindo a formação de cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres através do papel transformador que os multiplicadores e parceiros, se utilizando deste material, difundem em nossa sociedade.

Conclusão

A educação para a cidadania é a força que move, estrutura e dignifica a sociedade. Um projeto que nasceu de forma simples no sul de Minas Gerais alcançou horizontes que antes pareciam distantes. Este êxito não se deve apenas aos autores e colaboradores, mas, sobretudo, àqueles que acreditaram na ideia e aos multiplicadores que enxergaram o potencial de traduzir a linguagem jurídica de nossas leis em palavras que ressoam na vida dos adolescentes. Assim, despertamos um sentimento fundamental: o pertencimento, que é a essência do espírito de cidadania que habita em todos nós.

Quando caminhamos juntos em direção a um objetivo comum, essa união se torna a chave da transformação.

Os que apoiaram essa causa compreenderam que a mudança começa no indivíduo. Sem educação política e formação para a cidadania, as desigualdades sociais persistiriam, como sombras imutáveis.

A luta por igualdade e justiça deve guiar nossas vidas, e nada melhor do que a educação para iluminar os cidadãos, desde cedo, com as noções básicas do nosso ordenamento. Aqui reside o papel transformador da “Coleção em Miúdos”, que se propõe a contribuir com a sociedade.

Que continuemos unidos na busca por um sonho: o de que, ao transformar o indivíduo, possamos igualmente transformar o mundo. Ao compartilhar conhecimento, diminuiremos desigualdades e teremos

cidadãos mais atentos às ações e responsabilidades de seus representantes, sempre lutando por dignidade e justiça.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 32.

Madu Macedo · Formada em Letras pela UNIVÁS. Pós-graduada em Administração Pública. Autora dos textos da Coleção em Miúdos. Atualmente Conselheira da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e Diretora-Adjunta da Rede Nacional de Educação para a Cidadania.

Geraldo Cunha Neto · mestre em Direito Constitucional pela FDSM, especialista em Direito Público pela PUC -MG, Professor Universitário – Faculdade de direito UNA, Advogado.

De jornada improvável a construção necessária: o papel do RenovaBR na formação de lideranças políticas para a democracia brasileira

Marjorie Lynn Nogueira Santos
Henrique Curi

Resumo

O artigo analisa o RenovaBR como uma iniciativa suprapartidária de Educação Política voltada à formação de lideranças que pode contribuir para a qualidade da democracia brasileira. Em resposta à crise de representatividade e confiança nas instituições, a escola propõe uma formação técnica, ética e democrática para futuros políticos. A pesquisa combina dados eleitorais do TSE, avaliações internas e uma análise de impacto baseada no método de Retorno Social sobre Investimento (SROI). Os resultados apontam aumento nas taxas de candidatura e sucesso eleitoral, especialmente entre mulheres, além da presença crescente de *alumni* em funções técnicas da gestão pública. Conclui-se que a Educação Política qualificada pode reduzir incertezas, fortalecer a governança e contribuir para o aprimoramento da representação no Brasil. O RenovaBR se apresenta, assim, como uma resposta concreta e inovadora às crises que os regimes democráticos vêm sofrendo ao redor do mundo, sendo um Brasil um destes casos.

Abstract

The article analyses how RenovaBR, a supra-party political education initiative aimed at training leaders, can contribute to the quality of Brazilian democracy. In response to the crisis of representativeness and trust in institutions, the school proposes technical, ethical and democratic training for future politicians. The research combines electoral data from the TSE, internal evaluations and an impact analysis based on the Social Return on Investment (SROI) method. The results show an increase in candidacy and electoral success rates, especially among women, as well as the growing presence of alumni in technical public management roles. The conclusion is that qualified Political Education can reduce uncertainty, strengthen governance and contribute to improving representation in Brazil. RenovaBR thus presents itself as a concrete and innovative response to the crises that democratic regimes have been suffering around the world, Brazil being one of these cases.

1. Introdução

Considere um país estabelecido sob regime democrático, de governo representativo. As eleições – universais, livres e periódicas – ocorrem de forma transparente e o sistema eleitoral é regido a partir de duas formas: majoritário e proporcional. Independente do sistema eleitoral, os representantes eleitos pelo povo possuem diferentes responsabilidades e normas a serem seguidas durante seus mandatos – para nosso caso, consideremos quatro anos de duração independente do cargo.

A natureza da eleição proporcional exige uma atuação que encontre lastro na parcela da sociedade que elegeu o(a) político(a) neste cargo. Já no sistema majoritário, a responsabilidade torna-se maior: representar e governar para toda a população. A tarefa soa enorme e de especial importância para um país, um estado, um município – trata-se da eleição de um representante do povo.

Portanto, também soa trivial que estas pessoas eleitas foram preparadas para tamanho desafio. Seria, neste caso, pouco profícuo que políticos não soubessem como, de fato, trabalhar e organizar seu dia a dia, seus limites constitucionais, suas metas e responsabilidades e, por fim, suas possíveis entregas à população. Consideremos, então, que o político eleito precisaria compreender os mecanismos do aparato estatal, da coisa pública e diversos trâmites para que seu trabalho (e, no fim do dia, seu impacto social) sejam otimizados desde o primeiro dia como eleito. Mais uma vez, parece trivial, mas não é o que ocorre¹.

O cenário comum em diversas democracias ao redor do mundo, assim como a brasileira, é a existência de formações para lideranças partidárias que vão de acordo com os valores e diretrizes do próprio partido político. Ou seja, são escassos os exemplos de formações que se apresentam e, de fato, atuam de maneira suprapartidária.

Neste sentido, nosso artigo lança luz a um caso que, de forma inédita, apresenta uma escola de formação política suprapartidária no contexto brasileiro, o RenovaBR. Visando compreender os desdobramentos deste caso e sua importância para a democracia, a pergunta que buscamos responder é a seguinte: de que forma a Educação Política, através do RenovaBR, contribui para o regime democrático no Brasil?

Argumentamos que iniciativas como a do RenovaBR compreendem um pilar inexistente ao compromisso das democracias ao redor do mundo – não apenas de oferecimento de Educação Política à sociedade civil, mas focada naqueles que serão os representantes. Neste sentido, o papel do RenovaBR é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira, ao promover uma formação suprapartidária, democrática, com elevado nível técnico e teórico, e ética para os atuais e futuros líde-

1 É importante ressaltar, especificamente para o caso brasileiro, o papel das Fundações partidárias neste sentido. A formação partidária oferecida apoia e orienta, de forma diversa, os então líderes de seu partido que serão candidatos e, eventualmente, podem assumir algum cargo eletivo. No entanto, o foco desta discussão está em uma formação suprapartidária, livre de diretrizes partidárias: uma formação política enquanto política de Estado.

res políticos – dessa forma, visa-se reduzir a desconfiança frente à classe política brasileira, aprimorar a qualidade do debate público e, por fim, estimular a relação dos cidadãos com seus representantes.

Ao capacitar diretamente aqueles que exercerão mandatos eletivos ou atuarão em espaços da política institucional, o RenovaBR contribui para elevar os padrões de governança, ética pública e comprometimento com o interesse coletivo, essencial para a vitalidade e sustentabilidade do regime democrático no país.

A fim de responder nossa pergunta, valemo-nos de dados eleitorais presentes no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como número de candidaturas, número de votos para que possamos avaliar o desempenho das lideranças formadas pelo RenovaBR e que concorreram às eleições entre 2018 e 2024; dados internos acerca de avaliações sobre os políticos presentes nas formações do RenovaBR; e, por fim, de uma avaliação de impacto realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) a partir do método de Retorno Social sobre Investimento (SROI).

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: (1) na primeira seção, abordamos o contexto de fundação do RenovaBR e seus principais valores; (2) logo em seguida, exploramos os principais debates bibliográficos sobre educação política e a importância da atração e formação de bons e novos quadros em um sistema político; (3) já na terceira seção, organizamos alguns dados que evidenciam o impacto do RenovaBR e sua escalabilidade ao longo dos seus oito anos, principalmente em termos formativos e eleitorais; (4) e, por fim, apresentamos as principais conclusões do capítulo e apontamos possíveis caminhos de análise para a Educação Política para políticos no Brasil.

2. Desconfiança em relação à política e a Educação Política como resposta: o contexto de fundação do RenovaBR

Em 2017, o Brasil havia passado, recentemente, por períodos turbulentos para a política nacional: em 2013, uma onda de protestos

todo o país², a princípio pelo aumento da tarifa no transporte público, trouxe uma participação política pouco explorada por parte da população brasileira nos últimos anos – as manifestações nas ruas. E, embebido pelo sentimento *antiestablishment*, o ciclo de protestos deu voz à indignação frente a temas diversos – que, diretamente, afetaram a classe política. Já não se tratava apenas do aumento da passagem, mas da explicitação de uma crise mais profunda de representação política e institucional, envolvendo demandas difusas como combate à corrupção, melhoria dos serviços públicos e ampliação dos mecanismos de participação cidadã, fenômenos analisados por autores como Avritzer (2016), Alonso e Mische (2017) e Tatagiba e Galvão (2019), que enfatizam como esses protestos traduziram a emergência de novos repertórios políticos, o desgaste das instituições tradicionais e uma inédita reconfiguração dos espaços de mobilização social no Brasil contemporâneo.

No ano de 2016, ocorreu o segundo *impeachment* desde a redemocratização do país, em 1988. Dilma Rousseff (PT) foi afastada sob a acusação de irregularidades fiscais, popularmente conhecidas como “pedaladas fiscais”. Para além do debate sobre as razões jurídicas do processo, é interessante notar para a contextualização da desconfiança e descontentamento frente a classe política – nosso objetivo nesta seção – que o processo esteve permeado por forte caráter político, com diversos votos favoráveis ao *impeachment* justificados explicitamente pelo descontentamento popular frente ao desempenho político e econômico da gestão petista, refletindo uma crise de legitimidade mais profunda do que propriamente o aspecto técnico das acusações (NICOLAU, 2017; LIMONGI, 2017).

Até 2017, citamos pelo menos estes dois eventos³ que, em alguma medida, trazem à tona um contexto desafiador para aqueles que decidem

2 Para ver mais: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2023/06/05/junho-de-2013-o-passo-a-passo-dos-protestos-que-mudaram-o-brasil> – acesso em 15 de abril de 2025.

3 A operação Lava-Jato, iniciada em 2014, investigou um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, empresas privadas e políticos de diferentes partidos. Com a heterogeneidade de líderes partidários envolvidos na investigação, a operação contribuiu significativamente para o aumento da crimina-

participar da vida pública. As pesquisas de opinião pública demonstravam o cenário a ser enfrentado: apenas 28% dos brasileiros declararam ter interesse em política, um dos índices mais baixos da América Latina (LATINOBARÔMETRO, 2017); de acordo com o Instituto Ipsos, 94% dos eleitores não se viam representados por políticos em 2017; pela primeira vez, os brasileiros colocaram a corrupção como principal preocupação do país (LATINOBARÔMETRO, 2017); 65% dos brasileiros não confiavam no Congresso Nacional, 31% confiam um pouco e apenas 3% confiam muito (INSTITUTO DATAFOLHA, 2017); partidos políticos somam 97% dos respondentes entre aqueles que confiam pouco ou não confiam (Instituto DataFolha, 2017).

Os números apontavam para uma desconfiança e descrédito significativos para a classe política brasileira. Era preciso, portanto, resgatar a esperança/confiança de que bons representantes podem ser possíveis. Qual a proposta, então, para avançar neste hostil contexto? A aposta do RenovaBR foi na Educação Política como variável fundamental. É preciso informar, educar os futuros políticos para que atuem de forma ética, responsável e eficiente, independente de sua ideologia ou preferência partidária – o importante seria “elevar a barra de todo mundo” (MUFAREJ, 2021, p. 114). A diminuição da desconfiança frente ao eleitorado/sociedade civil viria através da Educação Política, ao passo que bons resultados fossem entregues à população.

3. Entre a teoria e a prática: o desafio de atrair e formar políticos para a democracia no Brasil

O exercício de uma determinada profissão requer alguns conhecimentos e, portanto, alguma formação básica para que, enfim, o indivíduo possa atuar no segmento. Ou seja, uma grade curricular que contemple experiências teóricas e práticas é necessária para avaliar a ap-

lização da política e, enfim, a má avaliação da classe política no país desde então (KERCHE; MARONA, 2022).

tidão para execução de tarefas básicas. Neste sentido, enquanto exemplo prático: caso queira me tornar um economista, é necessário que eu frequente, seja avaliado e aprovado no curso de Economia. Para tornar-me engenheiro, os ritos permanecem os mesmos. E caso eu queira me tornar um político? Caso eu queira, a partir de cargos eletivos, me preparar para a trajetória eleitoral e exercer um impacto social significativo no meu contexto de atuação?

Em primeiro lugar, é importante que exista um incentivo a candidaturas. O fortalecimento da democracia está intimamente ligado à atração das melhores pessoas para trabalharem em prol de seu funcionamento (DIAMOND, 1997). E, além do incentivo, é preciso criar mecanismos que permitam – e encorajam – novas pessoas a se candidatarem. A distância de competitividade entre aqueles que já possuem uma trajetória partidária ou um familiar com consolidado histórico político tendem a despontar em relação a pessoas sem os mesmos atributos – desde a entrada no partido desejado, a construção de redes de apoio, as instruções antes e durante a campanha eleitoral até mesmo a construção de diálogo com outros atores políticos que podem auxiliar o entrante na política. Trata-se de experiências e conhecimentos técnicos que dificilmente serão encontrados em algum curso convencional. E que, portanto, dificultam a acessibilidade para todo e qualquer cidadão – neste sentido, atingem a democracia como um todo, uma vez que impõe obstáculos à participação efetiva, competitiva em uma instância pública.

Este caráter estrutural é peça fundamental para que ocorra um afastamento sistêmico de pessoas fora do mundo da política institucional *a priori*. Portanto, ao mesmo tempo que é preciso tornar o setor público e, aqui especificamente, o cargo político atrativo para que boas pessoas se candidatem (HALL, 2019), é também preciso oferecer uma base de conhecimentos práticos que mostrem, na prática, que boas e inovadoras experiências podem ser possíveis no setor público. A carência de conhecimentos necessários para o enfrentamento das tarefas no cargo político apenas desmoraliza o serviço público e desencoraja os melhores indivíduos a serem atraídos para este setor (SCHUMPETER, 1961, p. 343). Por isso, construir

uma base sólida de conhecimentos que integra formações técnicas e teóricas é fundamental para a compreensão das estruturas políticas e para promoção do engajamento durante o período formativo (DANTAS, 2017).

Neste sentido, a escolha dos temas a serem abordados neste tipo de formação deve ser feita de maneira cautelosa, considerando, principalmente, o caráter suprapartidário e que mantém, porém, uma única bandeira: a democracia. Por isso, torna-se fundamental propor uma base de formação que contemple valores inegociáveis ao regime democrático e espírito republicano, ao passo que uma formação de caráter prático também seja contemplada.

A lógica formativa de Educação do RenovaBR foi, então, organizada a partir de dois grandes eixos: Fundamentos e Político, cada um subdividido em quatro trilhas específicas, visando uma formação consistente e alinhada a objetivos estratégicos. O Eixo Fundamentos trabalha aspectos mais conceituais e filosóficos, buscando desenvolver no indivíduo integridade, autoconhecimento, pensamento crítico e consciência de carreira política, promovendo a transição da dimensão pessoal para o exercício responsável da vida pública.

O Eixo Político, por sua vez, aborda desafios práticos e aplicados da política brasileira, como comunicação estratégica, processos eleitorais, dinâmica partidária e gestão pública. Aqui, o foco está em capacitar lideranças para resultados concretos em eleições e governança, articulando o conhecimento teórico ao exercício efetivo. Nesse sentido, o RenovaBR combina habilidades essenciais para que líderes possam atuar de maneira crítica na realidade política e social brasileira.

Por fim, o compromisso com essa estrutura em eixos e trilhas torna-se um parâmetro crucial para organização interna das ações educativas, permitindo uma gestão eficiente dos conteúdos, definição clara de objetivos pedagógicos e permanente curadoria de materiais didáticos. Este processo assegura uma coerência institucional, bem como uma flexibilidade para adaptação e melhoria contínua das formações oferecidas.

Para além da estrutura educacional oferecida pelo RenovaBR, outro ativo igualmente valioso é a rede de lideranças formada ao lon-

go dos anos. Trata-se de um grupo diverso de pessoas que compartilham compromissos com a democracia, a ética e a responsabilidade no exercício da vida pública. Mais do que o acúmulo de conhecimentos técnicos e práticos, essa rede proporciona um senso de pertencimento, apoio mútuo e fortalecimento de trajetórias políticas por meio da troca constante entre pares. A possibilidade de se conectar com outras lideranças comprometidas e atuantes gera um ambiente de confiança e aprendizado contínuo, fundamental para sustentar a atuação política ao longo do tempo.

A promoção da Educação Política para pessoas que têm a intenção e/ou propósito de serem atores politicamente ativos no âmbito eleitoral possui um objetivo claro: aumentar a confiança dos alunos e, consequentemente, diminuir a incerteza. A incerteza é qualquer falta de conhecimento seguro sobre o curso dos acontecimentos. Pode estar em qualquer parte do processo de tomada de decisão e afetar qualquer ator, sejam os políticos ou os eleitores. É através do nível de confiança que os atores políticos tomam suas decisões. Quanto maior o conhecimento contextual e o nível de informação, maior a confiança (DOWNS, 1957; DANTAS, 2017).

Em outras palavras, quanto maior o nível de confiança, de informação que a Educação Política proporcionar, especificamente aqui através do RenovaBR e sua formação suprapartidária baseada em valores democráticos e boas práticas a partir de evidências, maior a chance de melhoria na entrega dos resultados públicos – com uma gestão responsável, bem avaliada e com menor margem para contestações que poderiam abrir espaço para alternativas autoritárias.

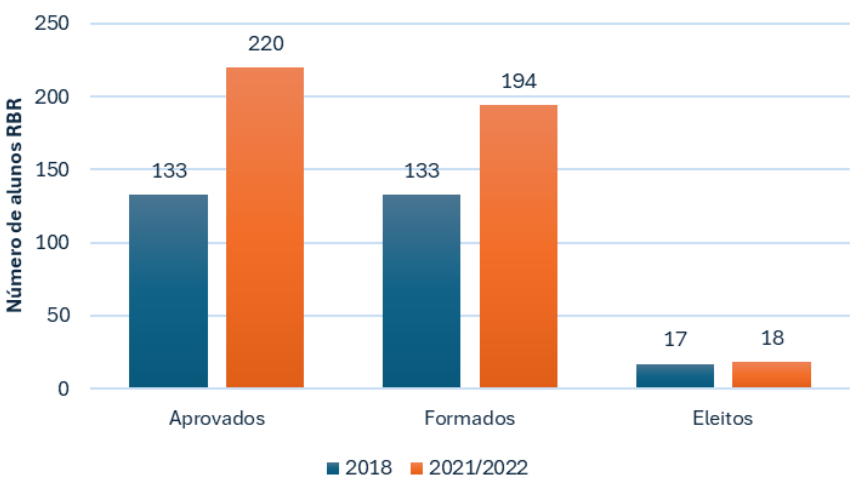
Os resultados sobre o impacto das lideranças formadas pelo RenovaBR são diversos e, na próxima seção, demonstramos como a Educação Política apresenta-se como uma variável fundamental na formação deste público – com retornos reais para o próprio desenvolvimento do aluno, mas também com números que demonstram o que é potencializar um aluno com agenda pública, com potencial de impacto para um público maior.

4. Renovação política em números

Ao longo dos ciclos de formação entre 2018 e 2024, o RenovaBR atraiu milhares de brasileiros e brasileiras interessados em contribuir ativamente para a política institucional, vindo de diferentes origens, regiões e trajetórias.

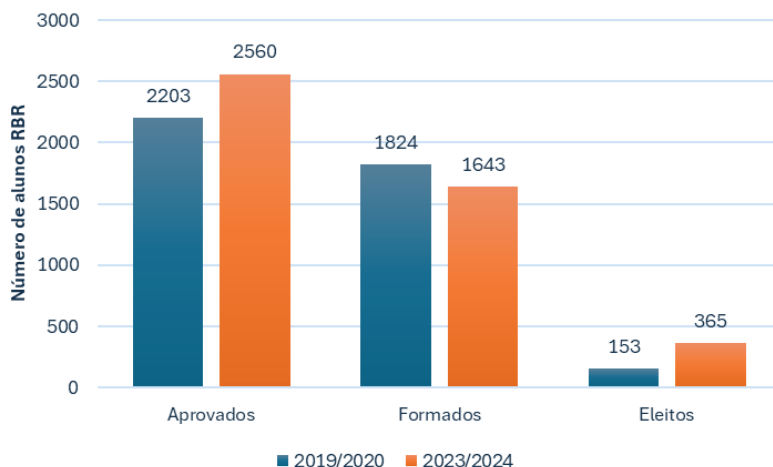
A fim de ilustrar a dimensão e a evolução do impacto do RenovaBR, apresentamos uma análise descritiva a partir de quatro indicadores-chave ao longo do tempo: o número de inscritos, ou seja, aqueles que se candidataram aos processos seletivos; o número de aprovados, que representa os selecionados para os ciclos formativos; o número de formados, ou seja, os que concluíram integralmente a formação oferecida; e, por fim, o número de eleitos, aqueles que alcançaram cargos eletivos após passarem pelo programa. A série temporal está organizada a partir dos ciclos de formação do RenovaBR, em biênios. Além disso, comparamos as eleições de porte semelhante para termos dimensão dos números.

GRÁFICO 1. Aprovados, Formados e Eleitos pelo RenovaBR durante o ciclo para as eleições federais (2018 – 2022)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e RenovaBR, elaboração própria.

GRÁFICO 2. Aprovados, Formados e Eleitos pelo RenovaBR durante o ciclo para as eleições municipais (2020 – 2024)

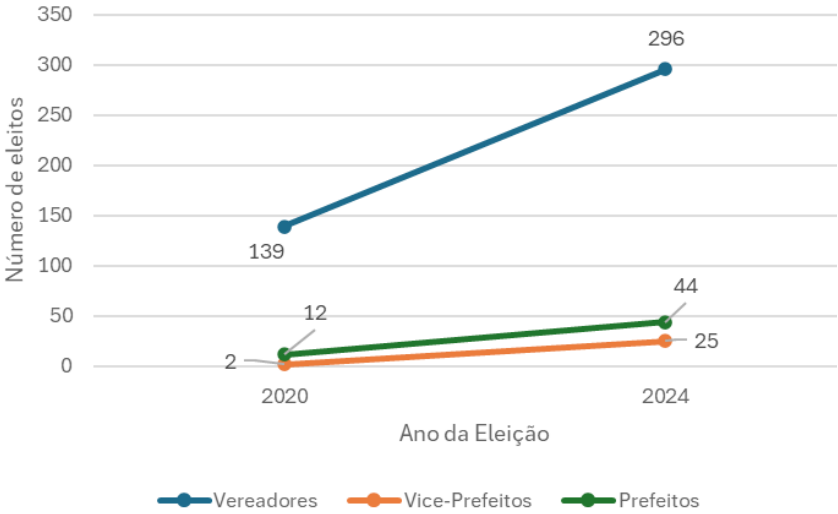


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e RenovaBR, elaboração própria.

Especificamente acerca dos dados eleitorais, acrescentamos a seguir os números referentes aos cargos eletivos conquistados por alunos formados pelo RenovaBR. Comparamos, novamente, os ciclos federais (2018 e 2022) e os ciclos municipais (2020 e 2024), a fim de manter a análise para os mesmos cargos.

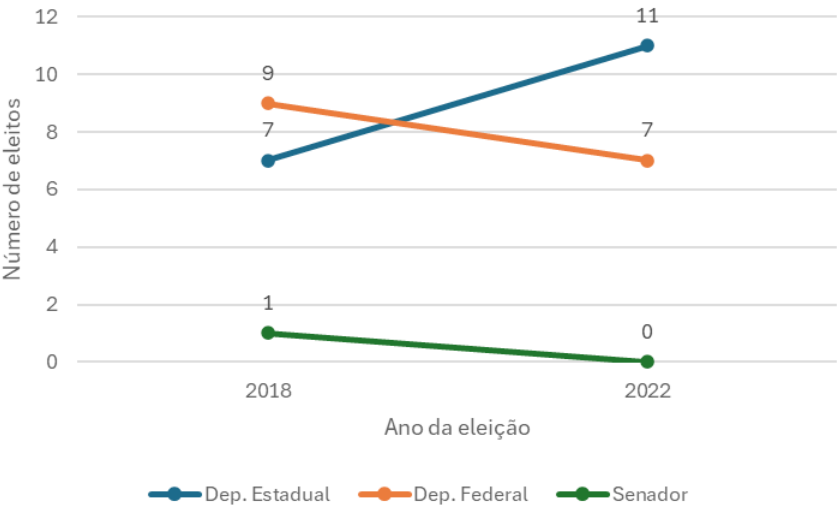
Os números evidenciam o crescimento não apenas no número de aprovados e formados, mas também, em números absolutos de eleitos em ambos os ciclos. Em termos de cargos federais e estaduais, a representação em 2022 aumentou ao observamos as macrorregiões com representantes que passaram pela formação RenovaBR – a capilaridade da representação alcançou o Nordeste, Norte, Sudeste e Sul em 2022 – em 2018, os eleitos concentraram-se apenas na região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Para o cargo de deputado federal, a eleição de 2018 era extremamente propícia para a entrada de novos candidatos, com uma abertura para candidaturas sem histórico eleitoral e com a principal disputa daquele ano, ao Executivo nacional, marcado pela quebra de hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (VASQUEZ, ARQUER e CURI, submetido).

GRÁFICO 3. Número de eleitos RenovaBR por cargo eletivo municipal (2020 – 2024)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e RenovaBR, elaboração própria.

GRÁFICO 4. Número de eleitos RenovaBR por cargo eletivo federal e estadual (2020 – 2024)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e RenovaBR, elaboração própria.

Em termos municipais, destaca-se a eleição de 2024 como o caso de maior crescimento da instituição ao longo dos anos – na ocasião, o RenovaBR além de ampliar o número de aprovados em sua seleção, alcançou uma taxa de sucesso eleitoral de 24,8% (foram 1470 candidaturas, com 365 eleitos) – sendo que, em 2020, a taxa de eleitos em relação ao número de candidaturas foi de 15,2% (com 1006 candidaturas e 153 eleitos).

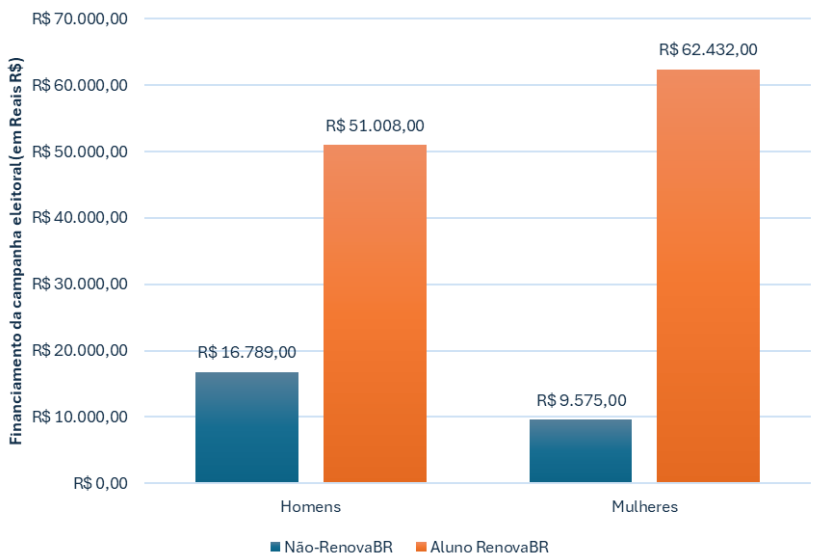
Por outro lado, a turma RenovaBR selecionada para a formação visando as eleições de 2024 também contou com a maior taxa de evasão dentre todos os ciclos. Uma das explicações levantadas internamente demonstrou a necessidade de uma nova metodologia pedagógica (DANTAS; ESTRAMANHO, 2015, p. 22), com uma formação que ainda contemple diversos perfis, com diferentes *backgrounds* e trajetórias⁴ – mas, com um direcionamento sobre aquilo que deve ser proporcionado a cada um desses perfis. Por exemplo, um aluno já experiente no planejamento e execução de campanhas eleitorais ou mesmo com um alto conhecimento teórico sobre partidos políticos, não precisará passar por tais módulos em sua formação – por outro lado, ainda precisará cumprir as aulas sobre o Eixo Fundamentos, que traz valores inegociáveis para a boa prática da política no RenovaBR.

Entre aqueles que se formaram, evidencia-se aqui a importância de ir além da análise descritiva sobre o desempenho nas urnas. Assim, destacamos o incentivo que a escola ofereceu aos seus alunos para se candidatarem (DAL BÓ et al., 2024; Santos, 2024). Considerando a formação de 2019 e 2020, com vista para as eleições municipais, a taxa de candidaturas daqueles que passaram pela formação do RenovaBR mais que dobrou – de 16% para 33% (DAL BÓ et al., 2024, p. 31).

4 Um aspecto fundamental, neste sentido, é compreender quem são e onde estão esses alunos que evadiram do curso. No caso, o perfil tende a apresentar proporcionalidade nos quesitos raça e gênero – as variáveis que mais se destacam nesta categoria são classe social e grau de ensino – 30,4% do total estão na classe média e 28,8% possuem Ensino Superior.

O incentivo à candidatura não ocorre sem uma base que propicie a viabilidade eleitoral desta jornada – e, neste sentido, a captação de recursos financeiros é variável fundamental para o sucesso eleitoral no Brasil (SPECK; CERVI, 2016; SILVA; CERVI, 2017). Por isso, consideramos avaliar a capacidade de financiamento que os políticos brasileiros tiveram na última eleição no país, em 2024. Em comparação, apresentamos os dados sobre o mesmo tema para políticos que se formaram no RenovaBR.

GRÁFICO 5. Financiamento eleitoral para campanha (2024)



Fonte: Mapa da Desigualdade Eleições Municipais (2024)⁵, elaboração própria.

Em um contexto geral das eleições municipais de 2024, candidatos homens à vereança receberam, em média, R\$16.789 para viabilizarem sua campanha. Já as candidaturas femininas receberam R\$9.575, uma diferença de 42%. Em contrapartida, alunos e alunas do RenovaBR ti-

5 Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmU5Zjk3NjMtNDVh-ZiooYzVhLTk1MWEtMTNiYWE5NjcoZTc3IiwidCI6IjdlZGNIbWZjKLTZlOD-gtNDMwYS1hNjU5LTVhZmZiY2QwMDIyOSJ9&pageName=90359e5d7415db-8d50a9> – acesso em 15 de abril de 2025.

veram um desempenho significativamente superior. Alunos RenovaBR, receberam, em média, R\$51.008, enquanto as alunas RenovaBR, receberam, em média, R\$62.432. Ou seja, a arrecadação de candidaturas masculinas RenovaBR apresentou um aumento de 203,9% (de R\$ 16.789 para R\$ 51.008), enquanto a captação de recursos por parte das mulheres candidatas RenovaBR cresceu 552,3% (de R\$ 9.575 para R\$ 62.432), como exposto no gráfico 3, acima⁶.

Já em relação ao desempenho eleitoral nas eleições de 2024, as mulheres formadas pelo RenovaBR alcançaram uma taxa de sucesso eleitoral de 16,1% – este resultado apresenta uma performance maior que o dobro da média nacional (6,93%). Neste sentido, iniciativas como o RenovaBR apresentam, portanto, concretamente um papel determinante na redução das desigualdades políticas, com uma formação fundamental para melhoria do desempenho eleitoral e, conseqüentemente, na representatividade de grupos historicamente marginalizados em cargos eletivos.

Estes resultados, porém, não estão isolados. A diferença entre públicos que passaram ou não pela formação é apontado, mais uma vez, entre os resultados avaliados por Dal Bó et al. (2024). Os autores demonstram a importância da formação em comparação àqueles que aplicaram para o processo seletivo do RenovaBR e não foram aprovados: especificamente em 2020, os alunos RenovaBR tiveram um aumento de 5,5 pontos percentuais em sua elegibilidade⁷, além de um aumento de 8% para 12,3%

6 É importante expor que o perfil das candidaturas que passaram pelo RenovaBR não representa, necessariamente, as mesmas características de uma candidatura média em todo o país. O desempenho eleitoral é multifatorial e, neste caso, envolve diretamente o rigoroso processo seletivo proposto pelo RenovaBR como variável importante para uma candidatura competitiva (DAL BÓ et al., 2024).

7 No artigo de Dal Bó et al. (2024), elegibilidade (*electability*) refere-se à chance de um candidato ser eleito, entre aqueles que efetivamente se candidataram. Ou seja, mede o quão competitivo é um candidato nas urnas, independentemente do fato de ele ter decidido concorrer ou não. Para isso, os autores comparam candidatos com perfis semelhantes — observando variáveis como escolaridade, experiência e desempenho em testes — e estimam quanto do desempenho eleitoral pode ser atribuído diretamente à formação oferecida pelo RenovaBR, controlando os efeitos de auto-seleção e da própria triagem do programa.

sobre a taxa de sucesso eleitoral. Além disso, participantes do RenovaBR tiveram uma probabilidade 68,8% maior de serem eleitos em comparação com este mesmo grupo.

A grata surpresa do RenovaBR se deu nos últimos anos, quando após a realização de um levantamento sobre onde e com o que os formados pela escola estavam trabalhando, deparou-se com um expressivo número de *alumni* em cargos na gestão pública – desde ocupações a nível federal, como o caso da presidência da Funai, até assessores em contextos municipais. O RenovaBR, anualmente, lança um *survey* para que os alunos que passaram pela formação atualizem sobre sua atual atividade profissional e de que forma estão impactando o seu contexto – o deste ano (2025) ainda está em curso, mas já são 712 alunos RenovaBR em espaços da gestão pública pelo Brasil.

Por fim, cabe destacar que o impacto do RenovaBR não é apenas medido a partir de resultados nas urnas ou em cargos estratégicos na gestão pública. A instituição também possui uma avaliação sobre uma avaliação de impacto social do seu projeto de formação, que se baseou em uma análise de custo-benefício, realizada em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

Ao considerar o ciclo de 2018 a 2022, a análise revelou que cada R\$1 investido nas formações políticas da instituição se transforma em R\$3,10 em benefícios a quem é atendido. Ou seja, o impacto gerado para o público atendido (alunos RenovaBR) foi 3 vezes maior que o valor investido⁸.

Além disso, mais de 60% dos participantes da pesquisa que utilizou-se da Avaliação do Retorno Social do Investimento (SROI)⁹ disse-

8 Essa conta não se trata de um retorno financeiro direto. O valor se reflete em benefícios como capacitação, educação política, formação em políticas públicas e acesso à rede qualificada.

9 O Social Return On Investment (SROI), ou Retorno Social do Investimento, é um tipo de avaliação de organizações criada pelo Cabinet Office do Reino Unido. O protocolo busca avaliar os projetos e programas e, a partir disso, realiza a mensuração do impacto observado. Trata-se de um dos métodos de avaliação mais reconhecidos dentro do campo de impacto social.

ram ter participado (ou estar participando) de outras atividades que também possuem potencial de contribuir para as mudanças positivas geradas ou potencializadas pela atuação do RenovaBR. Desses 60%, 71% afirmaram que, em comparação com outras instituições, o RenovaBR foi o único responsável por contribuir, de fato, para o desenvolvimento de sua consciência e práticas cidadãs e éticas; 68% com o RenovaBR o único a contribuir para o desenvolvimento de seu autoconhecimento; 73% para o desenvolvimento de uma maior perspectiva crítica e técnica; e 69% para o seu aprimoramento profissional.

Resultados como os apresentados acima demonstram o papel e o impacto da Educação Política na vida do aluno, para além de dados eleitorais ou estatísticas sobre sua atuação profissional. Os dados reforçam o papel estruturante da Educação Política na qualificação da representação e na promoção de uma política baseada em evidências, diversidade e diálogo.

Conclusões

O estudo de caso para a Educação Política trazido neste artigo é, antes de tudo, uma história de resposta a uma crise. O nascimento do RenovaBR se deu em um momento de profunda desconfiança nas instituições e no processo democrático brasileiro. O terreno era árido para a renovação política, marcado por desilusão e descrédito. Ainda assim, foi nesse contexto que uma aposta foi feita: a de que era possível preparar novas lideranças políticas por meio de educação de qualidade, ética e compromisso com o interesse público. Uma jornada improvável, mas necessária.

Essa aposta se materializou em uma estrutura educacional inovadora, desenhada especialmente para aqueles que pretendem atuar diretamente na política institucional. O RenovaBR se diferenciou ao propor uma formação técnica e cidadã para políticos, estruturada em eixos e trilhas com base em evidências, temas fundamentais da política brasileira e metodologias modernas de ensino. Mais do que uma escola, criou-

se uma rede diversa, suprapartidária, que compartilha valores democráticos e se fortalece na troca mútua de experiências e aprendizados. Essa rede se tornou um ativo essencial, capaz de reduzir incertezas e ampliar o repertório das lideranças políticas formadas ao longo dos anos.

Como demonstrado na seção anterior, os resultados dessa experiência são expressivos. A elevada procura pelos processos seletivos, o número de formados, os dados de sucesso eleitoral e a permanência de *alumni* em diferentes frentes do setor público e da sociedade civil evidenciam que há demanda — e há impacto — para uma formação política voltada às lideranças. Mesmo aqueles que não venceram as eleições passaram a contribuir de forma qualificada com o debate público, com políticas públicas e com a democracia.

De aposta à evidência, o RenovaBR consolida um espaço de aprendizado e articulação essencial para o fortalecimento da democracia. Um espaço onde lideranças de diferentes regiões, gêneros, raças e espectros partidários compartilham um compromisso inegociável: a defesa da democracia brasileira. Essa jornada, que começou diante do descrédito, hoje aponta para o que é possível construir quando se acredita — e se investe — no poder transformador da política.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/blar.12470>.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DAL BÓ, Ernesto, et al. When Democracy Refuses to Die: Evaluating a Training Program for New Politicians. No. 33251. **National Bureau of Economic Research**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3386/w33251>.

DANTAS, Humberto. **Educação política é instrumento fundamental à transformação**. FecomercioSP, 2015. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/educacao-politica-e-instrumento-fundamental-a-transformacao-diz-humberto-dantas-1>.

DANTAS, Humberto. **Educação política**: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**, 2015, 4.1. DOI: <https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v4e1.2015.p%25p>.

DIAMOND, Larry. **Consolidating democracy**: toward consolidation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

HALL, Andrew B. **Who Wants to Run? How the Devaluing of Political Office Drives Polarization**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos Cebrap**, edição especial “Dinâmicas da Crise”, São Paulo, p. 5–13, jun. 2017.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment**: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

MUFAREJ, Eduardo. **Jornada improvável**: a história do RenovaBR, a escola que quer mudar a política no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

SANTOS, Marjorie Lynn Nogueira. **A influência da formação política do RenovaBR no sucesso eleitoral de candidatos no Brasil**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 75-110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172303>.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 53-90, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201671>.

TATAGIBA, Luciana.; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em perspectiva: avanços e impasses da democracia. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, v. 108, p. 15-42, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>.

VASQUEZ, Vitor; ARQUER, Monize; CURI, Henrique. **Desafiando Duverger? Aumento nos candidatos para prefeito em disputas de turno único em 2020.** Manuscrito submetido para publicação.

Marjorie Lynn Nogueira Santos · Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Gestão e Políticas Públicas pelo Ibmec. Atuou em consultorias de gestão pública de 2016 a 2018. Foi Coordenadora-Executiva de auditoria cívica pelo Instituto de Fiscalização e Controle em 2019. Atuou como Gerente de Controle Social na Controladoria-Geral do Estado de Goiás. Atualmente é Diretora de Educação no RenovaBR.

Henrique Curi · Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com período sanduíche na Harvard University, com apoio do Fulbright Program. Atualmente, é Gerente de Educação no RenovaBR, atuando na formação e capacitação de novas lideranças políticas comprometidas com a democracia e o impacto social no Brasil.

■ A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER é uma fundação política da República Federal da Alemanha que, naquele país e no plano internacional, vem trabalhando em prol dos direitos humanos, da democracia representativa, do Estado de Direito, da economia social de mercado, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

Os principais campos de atuação da FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER são a formação política, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, o incentivo à participação política e social e a colaboração com as organizações civis e os meios de comunicação.

A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER está no Brasil desde 1969 e atualmente realiza seu programa de cooperação internacional por meio da Representação no Brasil, no Rio de Janeiro, trabalhando em iniciativas próprias e em cooperação com parceiros locais. Com suas publicações, a FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER pretende contribuir para a ampliação do debate público sobre temas de importância nacional e internacional.

■ Os *Cadernos Adenauer* versam sobre temas de interesse público, relacionados ao desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Privilegiam-se artigos que abarcam temas variados nos campos da política, da situação social, da economia, das relações internacionais e do direito.

As opiniões externadas nas contribuições desta série são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



adenauer-brasil@kas.de
www.kas.de/brasil